"A igualdade de oportunidades deveria ser um valor central das ciedades democráticas modernas. Desigualdades de condições sempre istem em qualquer sociedade e podem, inclusive, ser eticamente justiáveis. Por exemplo, ocupações que requerem muito esforço e estudo e que nplicam grandes responsabilidades devem ter remuneração elevada, ao sso que aquelas que não exigem qualificação e responsabilidade podem ter atificações menores. Ninguém acha estranho o fato de médicos terem lários mais altos do que os de recepcionistas, embora esse simples fato nplique certa desigualdade de renda (ou de condições). Mas em sociedades mocráticas, filhos de médicos e de recepcionistas deveriam ter chances uais de se tornar médico ou profissional. Em outras palavras, a desigualde de oportunidades de mobilidade social não pode ser justificada com se em termos aceitáveis na ideologia da sociedade moderna. A igualdade oportunidades, portanto, constitui um valor fundamental da sociedade oderna e pode ser usado para determinar em que medida uma sociedade é sta ou injusta."

ISBN 978-85-7460-332-2
9 788574 603322

ciências sociais

Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil • Carlos Antonio Costa Ribeiro

ANPOCS

Carlos Antonio Costa Ribeiro

Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil

PRÊMIO EDUSC ANPOCS

EDUSC

ANPOCS

Sumário

17 Prefácio

27 Apresentação

33 Introdução

38 Teorias de Estratificação Social: teoria liberal e análise de classes
49 Conceitos básicos: um exemplo hipotético
56 Os bancos de dados
57 Organização do livro

Capítulo 1
59 Mudança social

65 Desenvolvimento econômico
75 Urbanização e herança rural
80 O sistema educacional
87 Distribuição da população economicamente ativa e desigualdade de renda
96 Conclusão

Capítulo 2
101 Classes sociais e chances de vida

108 Análise de classes neo-weberiana
113 O esquema de classes neo-weberiano
119 Particularidades da classificação brasileira
131 Chances de vida e classes sociais
143 Conclusão

Capítulo 3
149 Mobilidade social, mudanças estruturais e desigualdade de oportunidades

154 Considerações teórico-metodológicas
157 Problemas da literatura brasileira
162 A estrutura de classes: distribuições de origem e de destino
168 Mobilidade vertical
172 Oferta e demanda (taxas de entrada e de saída)
178 Mobilidade estrutural
189 Fluidez social: taxas relativas de mobilidade
200 Educação e mobilidade social
207 Conclusão

Capítulo 4
209 A mobilidade social das mulheres: mercado de trabalho e casamento

214 Participação feminina no mercado de trabalho
217 O lugar das mulheres na estrutura ocupacional
223 Mobilidade vertical no mercado de trabalho
225 Taxas absolutas de mobilidade no mercado de trabalho
228 Desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho
231 Educação e mobilidade social
234 Mobilidade das mulheres via casamento
242 Conclusão

Capítulo 5
245 Mobilidade social no Brasil em perspectiva comparada

248 Taxas absolutas em perspectiva comparada
262 Taxas relativas de mobilidade social
290 Conclusão

295 Conclusões e Perspectivas

305 Anexo Estatístico

345 Bibliografia Consultada

10 Lista de Gráficos

12 Lista de Tabelas

15 Lista de Quadros

da população tem origem de classe (a maioria da população é composta por filhos de agricultores), o lento desenvolvimento do sistema educacional e a continuidade da divisão do mercado de trabalho entre setores modernos e tradicionais.

Depois da contextualização histórica, dedico o segundo capítulo à descrição das 16 classes sociais que utilizo. Descrevo a lógica teórica que guia a elaboração desse esquema de classes, bem como mudanças e continuidades nas desigualdades de condições relacionadas a elas entre 1973 e 1996.

No terceiro capítulo descrevo a estrutura de classes e os padrões de mobilidade social entre 1973 e 1996. Discuto a literatura anterior sobre mobilidade social no Brasil e proponho uma nova interpretação que combina efeitos estruturais e de fluidez social na explicação das taxas absolutas de mobilidade. Também discorro sobre o papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade intergeracional, bem como sobre o mecanismo que levou à diminuição das desigualdades de oportunidade ao longo dos anos.

No Capítulo 4, parto para a análise da mobilidade social das mulheres. Estudo os padrões de mobilidade via mercado de trabalho e via casamento, bem como o papel desempenhado pela educação nesse processo.

No Capítulo 5, faço comparações internacionais com o objetivo de verificar em que medida as taxas de mobilidade social no Brasil se aproximam e se diferenciam dos padrões encontrados em outros países.

Capítulo 1

Mudança Social

As análises sobre mobilidade social comparam a classe da família em que as pessoas cresceram, definida pela ocupação de seus pais, com a posição de classe que alcançam em sua vida adulta, definida ora pela primeira ocupação ora pela ocupação no ano em que foram entrevistadas. A primeira pesquisa que analiso neste livro foi realizada em 1973 e a última, em 1996. As pessoas mais velhas entrevistadas tinham 64 anos em 1973 e, imaginando que seus pais tinham em média 20 anos quando essas pessoas vieram ao mundo, então esses pais devem ter nascido em 1889. Isso significa que ao estudar a mobilidade social utilizando dados coletados entre 1973 e 1996 consideram-se fenômenos sociais que se iniciaram no final do século 19 e se estenderam até o final do século 20.

Ao longo do século 20, o Brasil passou por profundas mudanças. De uma sociedade rural e semicolonial, dominada pela economia das grandes plantações, transformou-se em uma predominantemente urbana, com parques industriais modernos e centros comerciais dinâmicos. No início da década de 1980, a economia brasileira era a oitava mais rica do mundo. Desde meados do século 20, exibiu um rápido desenvolvimento econômico, jamais registrado até então, mas nas décadas de 1980 e 1990 houve uma brutal desaceleração e a economia praticamente não cresceu. Apesar da crise econômica, o crescimento anterior certamente trouxe benefícios para a população. Uma maior proporção das famílias passou a ter acesso a bens e serviços que antes eram extremamente escassos ou inexistentes. Porém, ao mesmo tempo, o contraste entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho, na sociedade e na economia persistiu. A transição para a modernidade não se completou, ou então, como alguns autores preferem, houve uma "modernização conservadora" em que de-

sigualdades, contrastes sociais e geração de riquezas são complementares. Hoje o Brasil é relativamente rico em termos de seu produto interno bruto, mas permanece com altos índices de desigualdade de renda. Continua, portanto, a ser uma sociedade extremamente desigual, em que as famílias mais ricas têm renda média 27 vezes maior do que as mais pobres, em que 35% da população ainda está abaixo da linha de pobreza, e em que 60% dos trabalhadores ainda exercem ocupações manuais não-qualificadas.[14]

Quais as principais características macrossociológicas da modernização da sociedade brasileira? Por que existem níveis tão altos de desigualdade econômica e tantos contrastes sociais? Quais os principais fatores do desenvolvimento com desigualdade, da "modernização conservadora", que podem ser observados e explicados nas análises de mobilidade social? Para responder essas perguntas, é preciso estudar a história do Brasil desde suas origens como sociedade escravista até os dias de hoje. Certamente milhares de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos deveriam ser levados em conta. Sem negar todos esses meandros da história, proponho uma enorme simplificação ao enfatizar apenas três características para entender as causas do desenvolvimento com desigualdade que caracteriza o Brasil: a herança rural, a falta de recursos educacionais e a manutenção de setores tradicionais e modernos no mercado de trabalho. Esses três fatores estão fortemente relacionados aos padrões de mobilidade social derivados da relação entre classe de origem e classe de destino, tendo como principal variável interveniente a escolarização. A expressão herança rural descreve o fato de que a maioria das pessoas no mercado de trabalho tem origem em classes rurais (são filhos de trabalhadores rurais), portanto, é fundamental entender as características históricas da sociedade rural brasileira. A falta de recursos educacionais dificulta a mobilidade social, porque a escolarização pode ser uma das principais vias de ascensão social e de superação de desvantagens herdadas. Finalmente, a divisão entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho define as características das classes de destino das pessoas contemporaneamente.

14 Essa cifra refere-se à população economicamente ativa (homens e mulheres de todas as idades) em 1996 (PNAD), segundo a classificação ocupacional que apresentarei no próximo capítulo.

De acordo com o Censo 2000, menos de 20% da população brasileira encontrava-se em regiões rurais, entretanto, em 1996, mais de 60% dos trabalhadores, homens e mulheres, tinham origens nessas áreas, ou seja, quando tinham 15 anos seus pais eram trabalhadores rurais ou pequenos proprietários rurais. Essa herança rural não é um problema em si ou por causa das conseqüências psicossociais da mudança abrupta do meio tradicional para o moderno, como pensavam teóricos do homem marginal.[15] Mas pode significar uma desvantagem enorme no caso brasileiro, uma vez que a maioria dos trabalhadores rurais sempre foi muito pobre e a estrutura agrária sempre se caracterizou pela desigualdade e concentração de terras e riquezas. A maioria dos filhos de trabalhadores rurais não herdou os recursos sociais e econômicos que são extremamente importantes no processo de mobilidade social ascendente. Por causa das mudanças sociais rápidas, advindas da urbanização e da industrialização, bem como de sua tenacidade, dentre os filhos de trabalhadores rurais, apenas 1,1% foi capaz de chegar às posições de profissionais altamente qualificados, a mais alta na hierarquia de classes. A maioria, porém, não pôde aproveitar as oportunidades e ficou estacionada nas posições mais baixas – em torno de 60% ficaram em ocupações manuais não-qualificadas. Por um lado, as histórias de sucesso, de mobilidade ascendente de longa distância, são poucas em termos porcentuais e muitas em termos de números absolutos. Como há muitos filhos de trabalhadores rurais, o porcentual de 1,1% que obteve mobilidade até o topo corresponde a grande número de pessoas – 16% da classe de profissionais altamente qualificados. Por outro lado, as histórias de pessoas que não subiram, que experimentaram apenas mobilidade ascendente de curta distância, são abundantes tanto porcentualmente como em números absolutos – mais de 50% dos trabalhadores manuais não-qualificados são filhos de trabalhadores rurais. Se os filhos de trabalhadores rurais tivessem vindo de famílias menos pobres e se a estrutura agrária brasileira não fosse historicamente tão desigual, o número de pessoas que chegam às classes médias e altas seria muito maior. Haveria menos contrastes na sociedade brasileira. Ou, pelo menos, a maioria da população exerceria funções mais qualificadas. Conseqüentemente, o país teria se desenvolvido ainda mais rápida e duradouramente. Embora esta proposição seja contrafactual, uma vez que

15 Para uma crítica, ver Perlman (1976).

constitui uma suposição fictícia sobre uma história que não ocorreu,[16] parece-me plausível para entender as contradições da estrutura social brasileira.

A falta de recursos econômicos e sociais dos filhos de trabalhadores rurais, bem como dos filhos de outros trabalhadores não-qualificados, certamente diminuiu suas chances de ascensão social. Uma maneira eficiente de superar essa desvantagem seria a escolarização, que proporciona atributos educacionais fundamentais para o exercício de atividades e ocupações qualificadas. Ora, o sistema educacional brasileiro sempre foi muito precário e, durante todo o período de grandes transformações, entre as décadas de 1950 e 1970, não foi capaz de absorver a maioria das crianças e dos jovens em idade escolar. Essa deficiência do sistema educacional é, a meu ver, a segunda característica da modernização da sociedade brasileira que teve forte impacto sobre as chances de mobilidade social, a estrutura de classes e os altos níveis de pobreza e desigualdade. Entre as décadas de 1950 e 1970, quando o país se desenvolveu mais rapidamente, apenas algo em torno de 50% e 70% das crianças em idade escolar estavam matriculadas no ciclo básico ou no primeiro grau. A situação do ciclo médio e do segundo grau era ainda pior, visto que apenas de 10% a 20% dos jovens com idade relevante estavam matriculados. Isso significa que a maioria das crianças e dos jovens do período de industrialização não se qualificou adequadamente, conseqüentemente aumentaram as probabilidades de se tornarem trabalhadores não-qualificados com renda muito baixa. Também é plausível imaginar que, com mais e melhor escolarização, uma proporção maior de pessoas com origens nas classes mais baixas teria sido capaz de alcançar posições mais altas. Assim, o Brasil não seria uma sociedade com muitos pobres nem com altos índices de desigualdade.

Finalmente, argumento que a capacidade de classes e grupos ocupacionais mais altos de manter seus privilégios contribui para a manutenção das desigualdades. Essa capacidade pode ser entendida de duas formas, uma endógena e outra exógena. Endógena no sentido de que membros das classes e ocupações mais privilegiadas parecem ter sido capazes de garantir vantagens para que eles mesmos e seus filhos se mantivessem no topo da hierarquia. Por exemplo, observam-se privilégios no sistema educacional brasileiro, em que as melhores escolas de segundo grau são particulares e as melhores universidades,

16 Sobre proposições contrafactuais, ver Hawthorn (1993).

públicas. Quem tem dinheiro para pagar boas escolas de segundo grau garante universidade pública para seus filhos. Outros exemplos são: o financiamento de casa própria para a classe média e não para os pobres; a manutenção da aposentadoria integral de funcionários públicos em vez da expansão do sistema de previdência em geral; e as ações de grupos de profissionais liberais para controlar o preço de seus serviços em vez da livre competição. Ou seja, inúmeros mecanismos institucionais permitiram, ao longo dos anos de desenvolvimento, que pessoas das classes médias e altas garantissem privilégios em relação às outras classes. Em contrapartida, as características exógenas que garantem benefícios para as classes médias e altas estão relacionadas ao tamanho da população brasileira e ao tipo de mercado que se desenvolveu. Tendo em vista que o Brasil tem uma população enorme, o pequeno porcentual de pessoas nas classes mais altas (em torno de 30% da população) corresponde a um número enorme, mais ou menos 21 milhões de pessoas em 1970, que constitui um mercado consumidor de alto nível capaz de garantir altas taxas de crescimento durante boa parte do século 20. Não havia necessidade de incluir mais gente para que o desenvolvimento fosse acelerado. Embora pequena em números porcentuais, a "Bélgica brasileira", conforme a idéia popularizada por Bacha (1976, 1978, 1979), é enorme em termos absolutos e foi capaz não apenas de garantir o desenvolvimento da indústria e dos serviços modernos no Brasil, como também de contribuir para a perpetuação da desigualdade justamente quando o país crescia mais (BACHA; TAYLOR, 1976). Esse tipo de desenvolvimento econômico se dá sem que haja uma diminuição significativa dos setores excluídos e tradicionais, o que contribui para manter e aumentar os níveis de desigualdade. Mesmo com todo o desenvolvimento brasileiro desde meados do século 20, sempre houve em torno de 1,5 vez mais trabalhadores manuais urbanos do que trabalhadores não manuais.[17]

Os padrões de mobilidade social que serão analisados nos próximos capítulos estão intimamente ligados à herança rural, à falta de recursos educacionais e à manutenção da dicotomia entre setores modernos e tradicionais da economia. A herança rural – mais de 60% das pessoas ocupadas são filhas de trabalhadores rurais – predomina na distribuição das classes de origem e

17 Para um estudo comparativo sobre mudanças na estrutura ocupacional, ver Gangliani (1985).

portanto influencia diversas taxas de mobilidade social. As qualificações educacionais constituem um dos principais fatores entre origem e destino de classe; para entrar na classe de profissionais, por exemplo, é necessária educação universitária. A falta de recursos educacionais, portanto, restringe a mobilidade ascendente. A combinação dessas características das classes de origem e dos recursos educacionais relaciona-se à manutenção da dicotomia entre setores modernos e tradicionais na distribuição das classes de destino. Portanto, origem de classe, qualificações educacionais e destino de classes, tripé das análises de mobilidade, apresentam alguns aspectos historicamente condicionados no processo de modernização da sociedade brasileira.

A seguir, argumento que, para entender como essas três características da modernização brasileira estão relacionadas aos padrões de mobilidade e as mudanças na estrutura de classes, é necessário levar em consideração os seguintes períodos do desenvolvimento industrial:

- economia agrária e regime político oligárquico até 1930;
- política econômica de "substituição de importações" e governo varguista de 1930 a 1945;
- continuação da política de "substituição de importações" e governo democrático entre 1946 e 1964;
- expansão econômica e ditadura militar entre 1964 e 1982;
- estagnação econômica e democracia a partir de 1982.

Embora esses períodos sejam bem conhecidos na historiografia brasileira, suas conseqüências para a constituição da estrutura de classes por meio dos padrões de mobilidade social, tema deste livro, são pouco estudadas. Apresento, então, uma breve descrição dos cinco períodos que configuram a industrialização no Brasil e, em seguida, discuto a urbanização, enfatizando as características da sociedade rural, de onde provém a maior parte dos trabalhadores, seja diretamente, pela migração, seja indiretamente, como filhos de trabalhadores rurais. Numa terceira seção comento o desenvolvimento do sistema educacional e, finalmente, a evolução da distribuição dos trabalhadores entre os diversos setores da economia bem como os padrões de desigualdade e pobreza.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O fator que mais influencia as taxas de mobilidade social é a industrialização, que sempre vem acompanhada da urbanização. Portanto, é fundamental descrever as características da urbanização e da industrialização da sociedade brasileira. No Brasil, como em todas as outras nações modernas, o desenvolvimento econômico foi marcado pela industrialização.

Dentre as muitas maneiras de relatar o crescimento econômico, uma das mais simples e aceitas consiste na descrição da distribuição anual média do Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é uma expressão da produtividade geral dos trabalhadores de uma determinada economia. Tendo em vista que a população das nações também cresce ao longo dos anos, é importante observar o crescimento do PIB *per capita*, que é simplesmente o PIB dividido pelo total da população economicamente ativa em um determinado ano ou mês. O Gráfico 1 mostra essa evolução, mas antes de apresentá-lo descrevo algumas características do crescimento do PIB anual médio, que seguem o mesmo padrão do referido gráfico.

De acordo com PIB anual médio, no período pós-guerra, as taxas de crescimento econômico no Brasil foram as mais altas do mundo (ADELMAN, 2001). O crescimento médio do PIB brasileiro real foi de 7,7% ao ano entre 1948 e 1980 – esse porcentual é mais alto do que o de qualquer outro país que tenha vivenciado um desenvolvimento econômico rápido no mesmo período, como, por exemplo, o Japão, a Coréia do Sul, o Chile, a Irlanda e o México (ABREU; VERNER, 1997). Focalizando o período que vai de 1968 a 1974, quando houve o crescimento econômico mais rápido da história brasileira (o período do "milagre econômico"), verifica-se que a média anual de crescimento real do PIB chega a 11,2%. Embora, após 1974, a economia tenha mostrado alguns sinais de retração, o PIB real continuou a apresentar uma média anual de 7,1% entre 1975 e 1982. Foi somente após a segunda crise internacional do petróleo e a suspensão da rolagem da dívida externa em 1979 que as taxas de crescimento diminuíram. Na verdade, entre 1982 e 1999, a média anual do PIB real diminuiu até chegar a 1,9% ao ano, e a economia vivenciou um período de estagnação econômica. O início da crise da dívida externa em 1982 representou, portanto, um momento de reversão no processo de crescimento rápido que,

até então, havia caracterizado a economia e a sociedade brasileiras desde os anos 1930 e mais intensamente desde o término da Segunda Guerra Mundial.

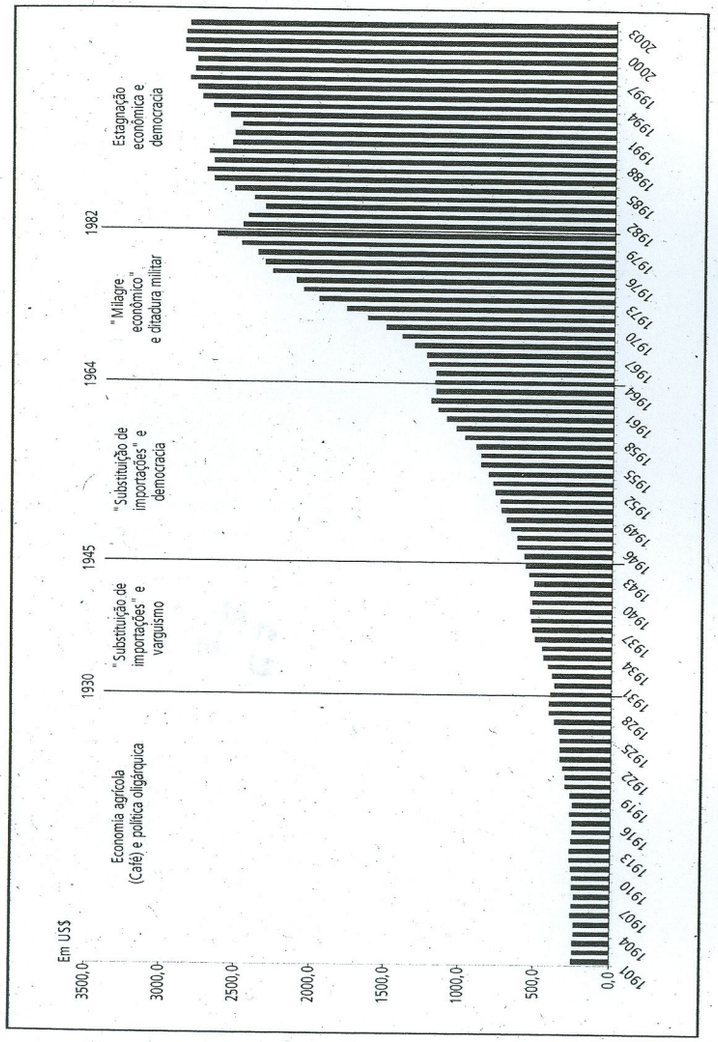
A industrialização foi o principal fator de geração do crescimento econômico no período pós-guerra. Entre 1950 e 1980, o setor industrial da economia aumentou, de maneira contínua, a sua participação na geração do PIB; o setor agrário diminuiu a sua participação e o setor de serviços foi responsável por 50% do PIB real. A industrialização foi o principal fator do crescimento econômico no Brasil de 1950 até 1980, quando o país chegou à sétima posição no ranking de produção industrial do mundo (BACHA; KLEIN, 1989; ABREU,1990). Embora, como descrevi anteriormente, a industrialização tenha se iniciado na década de 1930, foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial que passou a dominar a economia nacional.

As conseqüências desse processo de industrialização para o desenvolvimento econômico do país podem ser claramente observadas na evolução da distribuição do PIB *per capita* ao longo do século 20 (Gráfico 1).

No Gráfico 1 também se distinguem os cinco períodos que levaram a mudanças significativas nos padrões de mobilidade social e na estrutura de classes. Embora essas cinco fases sejam importantes, o efeito mais constante do desenvolvimento econômico, refletido na taxa de crescimento do PIB *per capita*, é a crescente importância do setor industrial até 1980 e a diminuição da sua participação na geração de capital nas décadas de 1980 e 1990. Esses dois fatores, como veremos adiante, são determinantes da urbanização acelerada, por um lado, e da redistribuição da mão-de-obra entre os setores agrário, industrial e de serviços, por outro lado. Tal processo de mudanças sociais pode ser compreendido melhor a partir da divisão entre cinco períodos da história brasileira do século 20.

O primeiro período é o de economia agrária, com fortes características coloniais, e de política oligárquica, marcada pelo clientelismo, que vai até 1930. A economia agrária de exportação caracterizou-se pela forte concentração fundiária no campo e por enorme exploração do trabalho rural. Embora durante o século 20 o setor agrário tenha se modernizado muito, a concentração fundiária e o grande número de produtores rurais vivendo para subsistência permanecem até os dias de hoje. Essa história de exploração do trabalho e de desigualdades no campo tem efeitos duradouros nos padrões de mobilidade social e desigualdades sociais observados no século 20, na medida em que

Gráfico 1 – PIB per capita (preços de 2003) – Brasil, 1901-2003



concentraram riqueza e perpetuaram a pobreza da população rural, origem social da maioria dos trabalhadores. Nesse período inicial, havia políticas econômicas favorecendo claramente a agricultura em detrimento da indústria. A produção de bens manufaturados praticamente inexistia, embora o mercado consumidor crescesse desde meados do século 19, quando o trabalho assalariado começou a se expandir continuamente. Apesar da existência de algumas indústrias têxteis, a maior parte das necessidades por bens manufaturados era suprida via importação. Em outras palavras, desde o período da República Velha (1889 a 1930) havia, com a economia cafeeira, alguns sinais de industrialização no Brasil.

Mas foi apenas a partir da Revolução de 1930, quando o poder das oligarquias rurais diminuiu enormemente, que a indústria começou a ter importância maior na economia nacional, paradoxalmente auxiliada pela depressão mundial dessa década.

Segundo a interpretação de Celso Furtado (1959), as possíveis conseqüências desastrosas da baixa do preço do café no mercado internacional foram evitadas a partir da compra e queima dos estoques excedentes. Essa política aparentemente irracional permitiu a manutenção do mercado consumidor, uma vez que o nível de emprego não caiu com a crise do setor cafeeiro. Paralelamente, o poder aquisitivo externo do país diminuiu drasticamente. Como a demanda por bens de consumo permaneceu constante, mas a importação desses produtos ficou muito cara, esse segmento da indústria brasileira teve chance de se expandir. Entre 1930 e 1939 foram criados 1232 estabelecimentos industriais, o que representa 2,6 vezes mais do que na década anterior (BRESSER-PEREIRA, 2003).

No final dos anos 1930 veio outro grande incentivo – o início da construção da grande usina siderúrgica de Volta Redonda. De fato, entre 1930 e 1945 estabeleceram-se condições básicas para a industrialização brasileira. Esse período foi dominado politicamente pela figura de Getúlio Vargas, que permaneceu na presidência. Seu governo também foi responsável pela modernização do Estado brasileiro em diversos outros aspectos, além de ter realizado inúmeras políticas previdenciárias e trabalhistas extremamente importantes para a grande massa de trabalhadores assalariados que passou a predominar na economia brasileira desde a abolição da escravidão em 1888 (SANTOS, 1979).

No período do pós-guerra, entre 1946 e 1955, restabeleceu-se a democracia, embora ainda sob forte influência de Vargas. Nesse período, a importação de equipamentos e matérias-primas foi facilitada e a de bens de consumo, dificultada. Dessa forma, o mercado interno de bens manufaturados de consumo era reservado para a indústria nacional, que se modernizava com tais incentivos. Assim se consolidava a indústria leve de consumo. Expandia-se também a indústria de bens de consumo mais complexos, como eletrodomésticos. Em 1953 foi fundada a Petrobrás, a qual alavancou a indústria química, que agora se somava à metalúrgica. Começava a predominar, dessa forma, o desenvolvimento de indústrias de bens de capital nacional. Entre 1947 e 1954 a participação dos bens de capital nacionais no mercado interno passou de 54,2% para 72,9% (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Todo esse desenvolvimento industrial se deu sem que investimento em infra-estrutura o acompanhasse. A partir de 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek, iniciou-se um período de enormes investimentos em infra-estrutura que culminaria com a inauguração de Brasília, em 1960, bem como de incentivos determinantes para a industrialização moderna cuja principal marca foi o setor automobilístico. De 1955 a 1960 o país não apenas mudou sua capital do Rio para Brasília como também partiu do zero para 133.078 veículos quase totalmente fabricados em território nacional – i.e., com taxa de nacionalização superior a 90%. Nesse período, o governo também incentivou a entrada de capitais estrangeiros. Além da instalação da indústria automobilística, expandiram-se a naval e a mecânica pesada, entre outras. As indústrias com capital estrangeiro vieram, em grande medida, com o objetivo de produzir para o mercado brasileiro e não apenas para exportar. Durante o governo de Juscelino, a industrialização finalmente passou da fase de produção de bens de consumo básicos para a fase de produção de bens de capital e bens de consumo complexos.

Em todo o período que vai de 1930 a 1960 o desenvolvimento industrial brasileiro se deu pelo processo de "substituição de importações". Ou seja, aproveitou-se o mercado interno que existia para produtos industrializados importados, os quais foram substituídos gradativamente por itens fabricados no Brasil. Essa substituição dava-se por meio de incentivos à produção nacional e ainda via investimentos diretos do Estado na indústria. A partir de 1961 ocorreram crises políticas e econômicas. Politicamente houve a renúncia de Jânio

Quadros e o golpe militar de 1964, que terminou com o período democrático que se estendia desde 1946. Paralelamente, as possibilidades de substituir importações começaram a se esgotar (TAVARES, 1972) e a inflação se agravava.

Embora o período de 1930 a 1964 termine com crises econômicas e políticas, não há dúvidas de que representou um momento decisivo de industrialização do país e da criação de um Estado burocrático moderno. Essas características econômicas e políticas estão fortemente relacionadas a enormes mudanças sociais, que serão exploradas em detalhe na análise dos padrões de mobilidade social e da estrutura de classes nos próximos capítulos, mas que também se expressam nos dados sobre a rápida urbanização (Gráfico 2), o crescimento constante do PIB *per capita* (Gráfico 1) e a movimentação de mão-de-obra entre os setores da economia (Gráfico 5).

Em 1964, inicia-se uma nova fase no desenvolvimento da sociedade brasileira. O golpe militar instaura um período que seria marcado pelo autoritarismo político, pela fase de maior crescimento econômico da sociedade brasileira e pela concentração de renda. O primeiro governo militar foi o de Castelo Branco, que logo ao assumir o poder teve que implementar políticas para conter a recessão que se iniciara em 1961. Essas políticas foram basicamente de contenção da inflação e de continuação do modelo de "substituição de importações", embora este já tivesse mostrado sinais de fraqueza (TAVARES, 1972). No entanto, agora a substituição se aplicava às indústrias de bens de capital e insumos básicos. Ambas as políticas econômicas pareciam ineficientes e foi apenas no governo de Costa e Silva, entre 1967 e 1969, que a economia começou a se recuperar. Iniciava-se o período de mais rápido desenvolvimento na história brasileira: a fase do "milagre econômico". Esse processo foi enormemente facilitado pela conjuntura de prosperidade na economia internacional que ajudou a ampliar os níveis de exportação brasileiros, por um lado, e pela concentração de renda, por outro lado.

De acordo com diversos autores (BACHA, 1973; TAVARES; SERRA, 1971), o crescimento econômico rápido entre 1968 e 1974 calcou-se num processo de concentração de renda e de divisão da indústria entre moderna e tradicional. Bacha e Taylor (1976), por exemplo, desenvolvem um modelo para explicar como o crescimento econômico se baseou em um processo de concentração de renda e, conseqüentemente, aumento da desigualdade. Tendo em vista que a economia nesse período produziu especialmente bens de consumo

duráveis de luxo (sendo o mais importante o automóvel), o mercado da classe média era suficiente para garantir altos níveis de desenvolvimento econômico que não afetaram a distribuição de renda de forma significativa.

Essa concentração de renda também foi acompanhada por um desenvolvimento industrial que, com o esgotamento da política de substituição de importações, caracterizava-se pela expansão de um setor moderno e a continuidade de um setor tradicional na indústria (TAVARES; SERRA, 1971). O setor moderno incluía as empresas capitalistas e públicas empregando tecnologia avançada. Por exemplo, as indústrias de automóveis, exploração de petróleo, mineração, bem como um setor financeiro moderno e uma série de serviços especializados. Paralelamente, coexistiam os setores tradicionais da indústria e dos serviços.

O mercado consumidor também se diferenciava entre consumidores com alta renda comprando bens de consumo duráveis (por exemplo, carros) e serviços especializados (por exemplo, serviços de diversos profissionais altamente qualificados), por um lado, e consumidores de baixa renda que se limitavam a produtos mais modestos (por exemplo, roupas e alimentos) e serviços básicos (por exemplo, transporte público e esgotos), por outro lado. Além disso, a classe média pôde se beneficiar dos serviços de pessoas das classes mais baixas que trabalhavam em atividades domésticas (de caráter claramente tradicional), como empregados pouco qualificados e com baixos rendimentos. A existência de empregadas domésticas, por exemplo, é um claro sinal da presença de serviços tradicionais numa economia moderna. Essa convivência entre moderno e tradicional é bem caracterizada pela imagem de que o Brasil seria uma mistura de Bélgica, desenvolvida e moderna, com Índia, subdesenvolvida e tradicional. A Belíndia inclui justamente a convivência entre esses dois setores (BACHA; TAYLOR, 1976).

Além disso, segundo alguns intérpretes, o governo militar implementou políticas que beneficiavam a classe média (BRESSER-PEREIRA, 2003). Dois exemplos são a expansão do sistema universitário e as políticas habitacionais. As universidades públicas foram largamente expandidas. Tendo em vista que tal iniciativa garante educação de qualidade para os filhos da classe média, que sempre tiveram mais chances de entrar na universidade, e que naquele momento a educação básica e de segundo grau não foram foco privilegiado de investimentos governamentais, pode-se considerar esse tipo de política como

uma forma de favorecimento das classes médias (CASTRO, 1986). Com relação ao setor habitacional, suas políticas foram utilizadas em grande escala para expandir o crédito imobiliário para a classe média, em detrimento das moradias populares. Embora tais políticas tenham claramente favorecido a classe média ao invés das mais pobres, deve-se levar em conta que durante esse período a classe média expandiu-se enormemente, como será exposto nos próximos capítulos. Portanto, políticas voltadas para esse grupo eram realmente necessárias, o que não significa que as destinadas às classes mais pobres fossem desnecessárias. Foi durante esse período, por exemplo, que as favelas nas grandes cidades se expandiram, em número e tamanho, de forma nunca vista antes.

Embora tais fatos estejam relacionados aos altos níveis de desigualdade de renda, também houve uma série de mudanças fundamentais que contribuíram para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas. O acesso a serviços e bens de consumo básicos ampliou-se na década de 1970 (ALBUQUERQUE; VILELA, 1993). Por exemplo, a migração para os centros urbanos significou maior acesso a serviços de infra-estrutura (luz, água, etc.), de saúde e de educação, bem como o acesso a bens de consumo como geladeira, rádio, televisão, etc. Ou seja, a desigualdade de acesso a bens de consumo e serviços básicos diminuiu bastante nesse decênio. Portanto, o desenvolvimento do período também representou uma diminuição dos níveis de pobreza e uma melhoria das condições de vida básicas da população.

Em 1973, com a primeira crise internacional do petróleo, recuaram as taxas de desenvolvimento econômico. No entanto, os benefícios do crescimento do período anterior alongaram-se até o final da década. De fato, o PIB *per capita* (Gráfico 1) continuou a avançar rapidamente até 1979, quando houve a segunda crise internacional do petróleo, e o país entrou numa forte recessão econômica. Outro evento que, fortemente associado à crise do petróleo, marcou o início de uma nova fase do desenvolvimento brasileiro foi o aumento dos juros da dívida externa em 1979. Como o endividamento externo ampliou-se, pelo menos desde o governo Kubitschek (1956-1960), o acréscimo dos juros significava forte recessão da economia, que já não apresentava os mesmos resultados desde 1974. No entanto, entre 1974 e 1979 as pressões inflacionárias e a crise econômica mais séria foram contidas. Essa contenção implicava

uma diminuição dos lucros dos empresários, que pressionavam o governo para reeditar a política econômica do período do milagre. Em 1979, Mário Henrique Simonsen, então ministro do planejamento, renunciou e Antônio Delfim Neto assumiu a pasta com o objetivo de reeditar o sucesso de 1966-1973 por meio de investimentos e incentivos financeiros estatais. Havia, no entanto, uma diferença fundamental: em 1967 o Brasil iniciava um período de recuperação e a economia internacional prosperava, ao passo que em 1979 o país começava a enfrentar uma crise econômica nacional e internacional. Percebendo o fracasso da política expansionista, o governo mudou a estratégia e conseguiu conter a crise mais profunda, apesar da já evidente desaceleração do crescimento econômico.

Em 1982, a economia mostrou alguns sinais de recuperação, mas a inflação começou a subir. Com a recessão internacional, as exportações caíram e, diante da moratória declarada pelo governo mexicano, os banqueiros internacionais suspenderam a rolagem da obrigação brasileira. Começava a crise da dívida externa. Ao contrário do que ocorria com a economia, o cenário político era de otimismo. O ano de 1982 foi fundamental no processo de redemocratização. Pela primeira vez desde a década de 1960, eleições diretas para governador foram realizadas e vários partidos, legalizados a partir de 1980, concorreram aos cargos máximos estaduais. O movimento sindical, em São Bernardo do Campo, também estava em plena atividade e se expandindo – em 1978 houve uma enorme greve de metalúrgicos e, em 1980, o PT (Partido dos Trabalhadores) estava entre os partidos recém-legalizados. Iniciava-se um longo período democrático que perdura até hoje.

Em contrapartida, a economia encontrava-se em crise e o processo inflacionário iniciava sua trajetória inercial que duraria até 1994, quando o Plano Real finalmente neutralizou a inflação e estabilizou os preços. Ou seja, 1982 representou o início de um longo período de estagnação econômica cujas principais expressões foram: a redução drástica do crescimento do PIB *per capita* (Gráfico 1), a diminuição dos investimentos e as altíssimas taxas de inflação. A crise tomaria toda a década de 1980, assolando diversos países latino-americanos. Diante disso, economistas norte-americanos (WILLIAMSON, 1990) propuseram o que ficou conhecido como Consenso de Washington. Segundo essa interpretação, a crise das economias latino-americanas nesse período originava-se da indisciplina fiscal (populismo

econômico) e do estatismo (protecionismo nacionalista). A solução seria a privatização e a liberalização da economia.

Em 1990, Fernando Collor de Mello assumiu o governo como o primeiro presidente eleito diretamente desde a década de 1960. Enfrentou logo de início a crise inflacionária, bem como começou os processos de liberalização da economia (abertura para o exterior) e privatização de empresas estatais. A esperada estabilidade da inflação não foi alcançada, mas as políticas de liberalização da economia e de privatização se instalaram, marcando um período que perdura até os dias de hoje. Em 1992, Collor foi destituído pelo Congresso Nacional, que obteve evidências de esquemas de corrupção envolvendo o presidente. Itamar Franco, vice-presidente de Collor, assumiu o governo e nomeou como ministro da economia Fernando Henrique Cardoso. Em 1994, este ministro coordenou a implantação do Plano Real, que finalmente acabou com a inflação inercial. Uma das conseqüências do fim da inflação inercial foi uma considerável redução no porcentual de pobres (de 42% para 35% da população), o que representou um decréscimo de 59 milhões para 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Embora a inflação tenha sido controlada e o número de pobres tenha diminuído, a economia não voltou a crescer de forma consistente, permanecendo praticamente estagnada também na década de 1990. Embora várias mudanças políticas e econômicas importantes tenham ocorrido, as duas últimas décadas foram de estagnação econômica e, por vezes, são denominadas com algum exagero de décadas perdidas.

Em 1994, Fernando Henrique foi eleito presidente e, em 1998, reconduzido ao cargo. Em 2003, Luiz Ignácio Lula da Silva elegeu-se presidente. Várias políticas econômicas e sociais implementadas nestes últimos três governos podem ter influenciado fortemente os padrões de mobilidade social, mas estes efeitos não serão observados neste livro tendo em vista que os dados analisados vão apenas até 1996.[18]

---

18 Os dados sobre mobilidade social disponíveis são os da PNAD de 1996 e da Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), também de 1996. Atualmente planeja-se, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), a coleta de novo banco de dados sobre mobilidade social e estratificação.

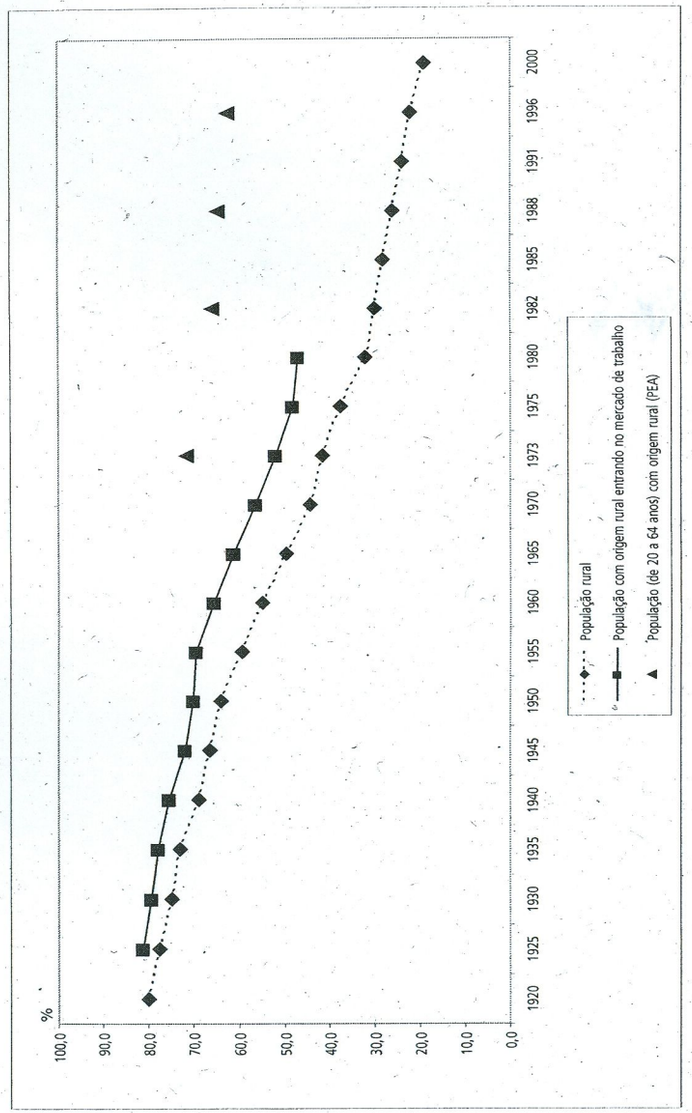
URBANIZAÇÃO E HERANÇA RURAL

A urbanização no Brasil começou antes do período de industrialização, por causa de atividades comerciais nas áreas urbanas que remontam ao período colonial (LOPES, 1979). Apesar disso, foi apenas com a industrialização acelerada a partir de meados da década de 1950 que a população rural começou a declinar mais rapidamente. A grande velocidade da industrialização implicou também na rapidez da urbanização. Isso significa não apenas que o crescimento significativo das cidades no Brasil é muito recente, mas também que a maioria da população nelas residente hoje em dia ainda é composta por filhos e filhas de pessoas que moravam no campo. Em 1996, mais de 60% dos trabalhadores brasileiros ainda tinham origens rurais, ou seja, eram filhos de trabalhadores do campo ou de pequenos proprietários rurais. O Gráfico 2 apresenta o decrescimento da população rural total, de trabalhadores com origem nas classes rurais por ano de entrada no mercado de trabalho (de acordo com coorte de idade de 5 anos) e em quatro anos específicos, desde 1920 até 2000.

Em 1960, havia no Brasil 39 milhões de pessoas nas áreas rurais e 32 milhões nas urbanas, respectivamente 55% e 45% do total da população. Dez anos mais tarde, cerca de 41 milhões de pessoas (44% do total da população) ainda viviam nas áreas rurais, ao passo que 52 milhões (56%) habitavam as áreas urbanas. Foi somente na década de 1970 que, pela primeira vez, o contingente populacional das áreas rurais decresceu em números absolutos. Ou seja, até a década de 1960, o Brasil era predominantemente rural, mas, nas décadas seguintes, a maioria da população passou a viver em áreas urbanas. Além disso, entre 1970 e 2000, não apenas o número relativo, mas também o número absoluto de moradores de áreas rurais diminuiu. A principal característica da urbanização no Brasil, quando comparado a outros países, é a rapidez da transformação: tudo se passou em uma geração.

De fato, a maioria dos trabalhadores, homens e mulheres, procede de famílias rurais. No Gráfico 2 há duas informações complementares à série indicando o declínio da população rural: o porcentual de filhos de trabalhadores do campo por ano de entrada no mercado de trabalho e o porcentual total de filhos de trabalhadores rurais em 1973, 1982, 1988 e 1996. Esses dados indicam que também há um declínio no porcentual de filhos de trabalhadores rurais

Gráfico 2 – Distribuição da população total vivendo em regiões rurais, de trabalhadores com origem rural (cujo pai era trab. rural) entrando no mercado de trabalho e de trabalhadores no mercado de trabalho com origem rural – Brasil, 1920-2000



ao longo dos anos. O que mais impressiona, no entanto, é a elevada proporção de trabalhadores com origens rurais que ainda persiste. Em torno de 47% das pessoas que nasceram entre 1967 e 1971 e começaram a trabalhar no início dos anos 1980 eram filhos de trabalhadores rurais. Em 1973, dentre todos os integrantes do mercado laboral, cerca de 71% eram filhos de trabalhadores do campo e, em 1996, mais de 60% ainda faziam parte desse grupo.

Tais números tornam-se ainda mais surpreendentes quando nos apercebemos que ser filho de trabalhador rural significa não apenas ter origem social no campo como também ter origem em famílias muito pobres. No Brasil, os trabalhadores rurais e pequenos produtores agrícolas sempre foram pobres. Essas famílias campesinas pobres, e em geral com prole numerosa, não possuíam muitos recursos econômicos e sociais para transmitir a seus filhos. A herança rural na realidade é caracterizada justamente pela falta de recursos. Essa situação parece ser mais acentuada no Brasil do que em outras sociedades em que há tradição de camponeses com produtividade rural lucrativa e onde há menor concentração fundiária. A estrutura agrária brasileira caracteriza-se historicamente pela coexistência de formas tradicionais e modernas de relações de trabalho e pela concentração fundiária, que é sinônimo de desigualdade de propriedade de terra.

Os números que descrevem o tipo de pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas indicam a modernização da produção dos grandes e médios empregadores, por um lado, e a manutenção das formas tradicionais de produção dos pequenos proprietários, por outro lado. Entre 1940 e 1996, mais de 50% dos trabalhadores do setor rural eram "pequenos agricultores e membros não-remunerados de suas famílias", a maioria praticando a agricultura de subsistência. O porcentual de empregados permanentes ficou em torno de 10% da mão-de-obra rural entre 1950 e 1996. A proporção de trabalhadores temporários diminuiu: em 1960, era de aproximadamente 20% e, a partir de 1970, em torno de 10%. Finalmente, o número de "parceiros" também decresceu de 11,3%, em 1950, para 1,6%, em 1996. Por um lado, a redução no porcentual de parceiros e empregados temporários indica a modernização das formas de produção, que passaram a utilizar mais maquinaria. Conseqüentemente, também se modernizaram as relações de trabalho, na medida em que os empregadores passaram cada vez mais a contar com trabalhadores permanentes, deixando de recorrer ao trabalho sazonal e de parceria. Por outro lado, mantive-

ram-se as formas de produção tradicionais, posto que os pequenos agricultores, empregando seus familiares sem remuneração, continuaram a constituir uma enorme parte das pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais.

Enfim, a modernização da produção agrícola não alterou a essência da estrutura agrária do país. Os dados sobre o número e a área de estabelecimentos rurais brasileiros entre 1940 e 1996 evidenciam que a propriedade rural permaneceu extremamente concentrada ao longo dos anos. Nesse período, mais de 85% de todas as propriedades rurais ainda eram de pequeno e médio portes, com menos de 100 hectares, e ocupavam menos de 20% da área total de propriedades rurais. Em contraste, as grandes propriedades, com mais de 100 hectares, eram menos de 15% e ocupavam mais de 80% da área de propriedades rurais. Em suma, a concentração fundiária e a desigualdade no acesso à terra permaneceram inalteradas durante todo o período para o qual há informações, desde 1940 até 1996, e provavelmente a situação era semelhante ou ainda mais concentrada antes disso.[19]

Inspeção mais minuciosa dos dados indica que os latifúndios e os minifúndios continuam a ser as formas mais comuns de propriedade da terra. De alguma maneira os latifúndios modernizaram-se, a agricultura tornou-se cada vez mais industrializada nas grandes propriedades rurais, que ocuparam um número cada vez menor de pessoas e tornaram sua produção gradativamente mais eficiente e lucrativa. Convivendo com essa modernização, encontram-se formas de produção tradicionais voltadas para a subsistência. Ou seja, a maioria dos minifúndios não se modernizou.

Essa situação foi, em grande medida, determinada pela forma de capitalização da produção rural que predominou durante todo o período de industrialização intensa. Até o início da década de 1960 o setor agrícola ainda era dominado pela produção extensiva em grandes propriedades, onde a mão-de-obra temporária ou não-qualificada era usada em larga escala, e pela produção de subsistência em pequenas propriedades, onde o trabalho familiar não-remunerado prevalecia. Até então, a maior parte dos subsídios estatais era voltada para o armazenamento e o transporte da produção rural. Durante o curto período do governo de João Goulart (1961-1964), esse

19 Ver a Tabela 1 anexa: Distribuição porcentual de estabelecimentos agrícolas por número e por área: 1920 a 1996.

modelo de desenvolvimento agrário foi fortemente criticado como concentrador de riquezas. Naquele momento, discutia-se a possibilidade de uma reforma que modificasse as características da estrutura agrária. Com o governo militar, a partir de 1964, mudou a política agrária, que visava então à modernização tecnológica da produção, mas não à modificação da estrutura fundiária. O governo expandiu enormemente o crédito para produção rural, mas o destinou principalmente para as grandes propriedades e para a agroindústria que produzia os insumos (maquinaria, fertilizantes, etc.) que proporcionaram a capitalização das grandes fazendas produtoras. Assim, o setor primário capitalizava-se por meio da modernização dos grandes produtores, que continuavam a tradição brasileira de forte agricultura exportadora. O grande problema desse tipo de desenvolvimento é a exclusão de políticas voltadas para os pequenos produtores. Embora alguns deles, principalmente no Sul do país, tenham transformado sua atividade em um algo lucrativo, a maioria continuou predominantemente voltada para a subsistência. Em suma, a divisão entre setores tradicionais e modernos no campo se manteve e, conseqüentemente, a desigualdade e a pobreza rural se perpetuaram (GOODMAN, 1986).

Essas características da sociedade rural brasileira levam à conclusão de que a grande massa de filhos de trabalhadores rurais que experimentou mobilidade social durante o século 20, principalmente aqueles cujos pais eram trabalhadores até a década de 1960, caracteriza-se pela falta de recursos sociais e econômicos. Essa falta certamente limitou suas chances de mobilidade ascendente, que seriam muito maiores se a estrutura agrária fosse menos desigual e os trabalhadores rurais, menos pobres. Na análise dos padrões de mobilidade social nos próximos capítulos é preciso atentar para as características da sociedade rural na qual grande número dos trabalhadores se origina, direta ou indiretamente, seja como migrante seja como filho de trabalhadores rurais.

Minha hipótese contrafactual é a seguinte: se os filhos de trabalhadores rurais tivessem herdado mais e melhores recursos econômicos e sociais, se seus pais não fossem tão pobres, um porcentual muito maior deles teria sido capaz de aproveitar a expansão de oportunidades de mobilidade social que ocorreu com a industrialização da sociedade brasileira. Ou, em lógica inversa, se essas pessoas com origens no campo tivessem herdado mais recursos, observar-se-ia

uma expansão ainda maior das oportunidades de mobilidade social.[20] Outra possibilidade para que esses filhos de trabalhadores rurais, bem como pessoas com origens em outras classes hierarquicamente baixas, superassem a falta de recursos econômicos e sociais (as desvantagens de origem) que os caracteriza seria o desenvolvimento de "capital humano" por meio da escolarização. Esta é, justamente, uma das principais vias de mobilidade ascendente para pessoas com origens nas classes mais baixas. Infelizmente, durante o período de mudanças sociais acentuadas entre as décadas de 1950 e 1970, o sistema educacional brasileiro continuou a apresentar enormes deficiências.

O SISTEMA EDUCACIONAL

Mesmo quando comparado com outros países latino-americanos, o Brasil é historicamente um retardatário no desenvolvimento educacional. Essa situação modificou-se a partir da década de 1950, quando o número de matrículas começou a crescer rapidamente e o sistema educacional brasileiro passou a se assemelhar ao de outros países latino-americanos que, apesar de exibirem melhor situação, também apresentavam sérios problemas.

O desenvolvimento do sistema educacional brasileiro também é atípico quando comparado com o de outros países industrializados. A experiência destes indica que, uma vez alcançada a saturação de um determinado nível do sistema educacional, diminui a taxa de crescimento desse nível e acelera-se o crescimento do nível imediatamente superior. O Brasil apresenta um padrão de crescimento inverso. Sem que houvesse saturação das matrículas no ensino primário, as matrículas nos níveis mais elevados apresentaram taxas de crescimento muito mais aceleradas. Durante a década de 1970, por exemplo, as taxas médias de crescimento das matrículas foram as seguintes: 30,9% para a pós-graduação, 11,6% para o ensino superior, 11,4% para o segundo grau e 3,6% para o primeiro grau (CASTRO, 1986).

20 Aqui há um problema clássico da relação entre ação e estrutura, com maiores recursos para a ação existiria uma estrutura diferente e, ao mesmo tempo, há uma estrutura limitando as capacidades de ação. Ver Giddens (1984) e Sewell (1992) para teorias sobre ação e estrutura.

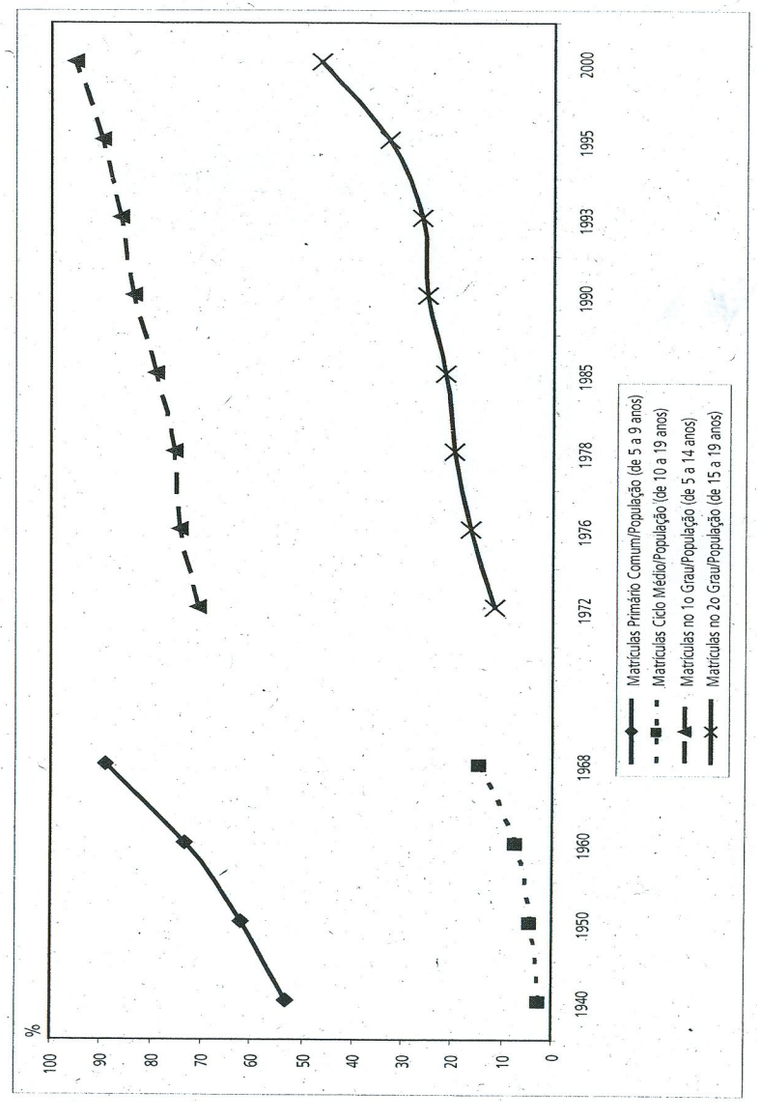
De acordo com Castro (1986), esse padrão atípico de crescimento está relacionado às pressões políticas dos membros da elite educada e da classe média. Uma vez satisfeitas suas necessidades por ensino de primeiro e segundo graus, a elite e a classe média passam a batalhar pelo ensino universitário e de pós-graduação. A hipótese da saturação aplicar-se-ia, assim, somente aos membros dessas classes mais privilegiadas.

Até o início da década de 1980 o ponto mais fraco da educação brasileira encontrava-se no ensino de primeiro grau. Além do número insuficiente de escolas desse nível, também havia fortes taxas de repetência e abandono, que são expressão da falta de qualidade do ensino de primeiro grau (RIBEIRO; KLEIN, 1991). Embora durante a década de 1970 a taxa média de permanência no ensino primário fosse de 7,5 anos, essas crianças geralmente completavam apenas quatro séries devido aos altos índices de repetência (CASTRO, 1986). Até a década seguinte, os alunos permaneciam muitos anos no ensino primário, mas seu avanço através da seqüência de séries era muito lento. A escola de primeiro grau foi extremamente ineficiente durante todo o período de crescimento econômico acelerado, bem como durante boa parte dos anos 1980.

Em 1971, houve uma importante reforma do sistema escolar. Até então, a escolarização era compulsória por lei somente para as quatro primeiras séries que constituíam o primário comum. Depois, os alunos entravam no ciclo médio, que era dividido entre ginasial (quatro séries iniciais do ciclo médio) e colegial (três séries finais). A partir dessa reforma, as oito primeiras séries passaram a ser compulsórias por lei e foram denominadas primeiro grau, enquanto as três últimas séries passaram a ser o segundo grau. O Gráfico 3 mostra a evolução do porcentual de crianças com idade relevante matriculadas no primário comum e no ciclo médio entre 1940 e 1968 e no primeiro e segundo graus entre 1972 e 2000.

Em 1972, apenas 70% das crianças em idade relevante estavam matriculadas no primeiro grau. Considerando também o baixo nível de matrículas no primário básico entre 1940 e 1968, facilmente conclui-se que um grande número de crianças que tinham direito à escolarização básica desde 1940 não pôde usufruir dessa chance. Como visto, as taxas de reprovação nas primeiras séries foram historicamente altas pelo menos até o final da década de 1980. Sem educação básica, um enorme contingente da população não pôde adquirir as qualificações elementares para progredir no sistema educacional e

Gráfico 3 – Matrículas registradas (no primário comum pré 1971, ciclo médio pré 1971, 1º grau pós 1971 e 2º grau pós 1971), por população em idade relevante – Brasil, 1940-2000



aumentar suas oportunidades de ascensão social. Enquanto nas décadas de 1950 e 1960 as políticas educacionais focalizaram o ensino técnico e na de 1970, o ensino universitário, foi somente a partir da década de 1980 que o ensino primário passou a ser a meta principal. Em meados da década de 1990 o ensino de primeiro grau finalmente passou a atingir a quase totalidade das crianças em idade relevante. No entanto, hoje em dia estudos mais pormenorizados vão além da quantidade de matrículas e, ao analisarem os conteúdos apreendidos por esses alunos, indicam que a qualidade do ensino primário brasileiro ainda é baixíssima quando comparada com a de diversos outros países (ALBERNAZ; FERREIRA; FRANCO, 2002). Talvez a quase universalização do ensino básico a partir de meados da década de 1990 impacte as chances de mobilidade ascendente no futuro, mas se a qualidade continuar baixa, provavelmente os efeitos serão muito reduzidos. Quanto às gerações anteriores, não há como recuperar a falta de escolaridade que grande parte da população enfrentou e que, certamente, diminuiu suas chances de mobilidade social ascendente.

A falta de matrículas e as altas taxas de repetência nas primeiras séries se refletem no baixo porcentual de alunos no ciclo médio, até 1968, e no secundário, a partir de 1972 (ver Gráfico 3). Ou seja, parte do baixo porcentual de jovens matriculados no segundo grau deve-se tanto ao fato de que um grande número de estudantes não conclui o primeiro grau quanto ao fato de que apenas um pequeno porcentual dos que o fazem[21] se matriculam no nível de ensino seguinte. Não obstante, cresceram fortemente as matrículas no segundo grau a partir de meados do século 20.

Até 1950, o colegial, três últimas séries equivalente ao ensino médio, era composto principalmente por escolas privadas – religiosas e laicas – e algumas poucas escolas públicas de grande prestígio (como Pedro II e as escolas militares, entre outras). Via-se esse nível de escolaridade como essencialmente de elite. De 1950 em diante o ensino secundário expandiu-se largamente, em grande parte devido à criação de escolas de segundo grau públicas, uma vez que a elite e as classes médias já tinham suas necessidades supridas majoritariamente pela rede privada. Os estabelecimentos públicos, no entanto, foram aos poucos per-

21 Em 1970, apenas um terço dos alunos concluía o primeiro grau (CASTRO, 1986, p. 124).

dendo em qualidade, à medida que aumentavam quantitativamente. Em geral, as melhores escolas de segundo grau, com algumas exceções, são privadas.

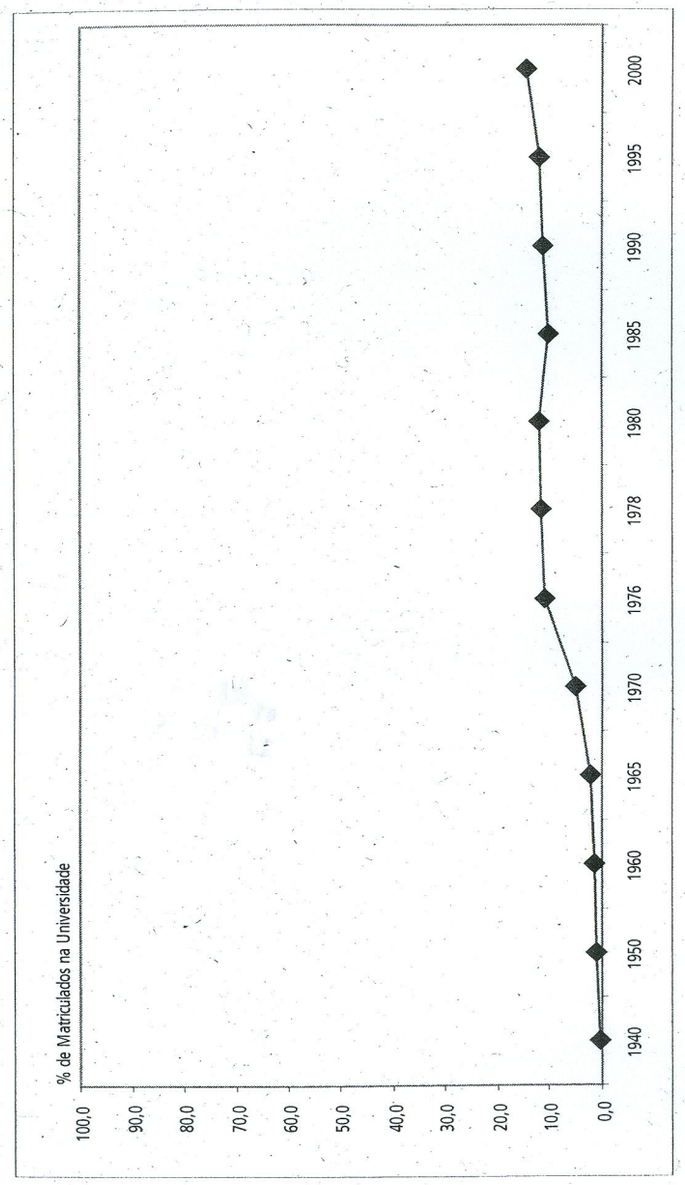
O Gráfico 3 mostra a incrível evolução das matrículas no segundo grau. Em 1950, havia apenas 60 mil inscrições, que correspondiam, grosso modo, a 1,1% dos jovens em idade relevante. Em 1972, 1,3 milhão ou 11% dos jovens estavam matriculados e, em 1985, eram 3 milhões ou 22% dos jovens. Em 2000, o número aumentou para 8,2 milhões ou 46% dos jovens em idade relevante matriculados no segundo grau. Este crescimento se deve em parte à expansão do ensino primário, que cada vez mais formava jovens que procuravam entrar no segundo grau. A dilatação do segundo grau se deu paralelamente à ampliação da universidade, o que levou muitos dos melhores professores a migrar para as universidades (CASTRO, 1986) e, conseqüentemente, contribuiu para piorar a qualidade do ensino secundário. Obviamente algumas escolas privadas mantiveram sua tradição de excelência ao longo de todo o período. Com a expansão da universidade, a maior parte dos alunos destas escolas privadas de elite encontrava facilidade para entrar no ensino de terceiro grau público.

Na década de 1960 havia, como ainda há hoje em dia, muita competição para entrar na universidade. Somente metade dos alunos que concluía o segundo grau encontrava vaga no nível superior. Diante de tais cifras e da necessidade de que o segundo grau fosse o final da carreira escolar para grande parte dos estudantes, em 1970 o governo obrigou, por meio da Lei n. 7.044, todas as escolas de segundo grau a oferecer ensino vocacional. Essa lei, um tanto quanto irrealista, não surtiu efeitos significativos. A maioria dos alunos que alcançava o segundo grau continuava com intenções de seguir seus estudos. Enquanto grande parte da elite garantia condições de entrar na universidade, a maioria das pessoas das classes mais baixas não tinha a mesma chance. No início dos anos 1980, verifica-se que, dentre os estudantes que concluíram o segundo grau, 82% dos filhos dos profissionais altamente qualificados ingressaram na universidade, ao passo que apenas 30% dos filhos de trabalhadores não-qualificados o fizeram.[22]

A política de ensino vocacional obrigatório em todas as escolas de segundo grau visava justamente dar uma formação profissional para a maioria dos filhos da classe trabalhadora, os quais não conseguiriam entrar na univer-

22 Dados calculados a partir da PNAD 1982.

Gráfico 4 – Pessoas matriculadas nas universidades (número de estudantes matriculados/população total entre 20 e 24 anos de idade) – Brasil, 1940-2000



sidade. Caso essa política funcionasse, seriam observadas, por um lado, conseqüências classistas, na medida em que a escola vocacional seria principalmente para os filhos da classe trabalhadora, como ocorre em diversos países com fortes sistemas vocacionais (ver MULLER; SHAVIT, 1998). Por outro lado, tal política provavelmente contribuiria para profissionalizar um enorme contingente de jovens, que acabaram concluindo seus estudos sem uma vocação específica. Em 1981, a lei que impunha o ensino vocacional foi revogada. A política para melhorar o segundo grau vocacional fracassara. Em contraste, as políticas das décadas de 1960 e 1970 para a expansão da universidade tiveram resultados mais evidentes. O Gráfico 4 mostra a evolução do porcentual de jovens em idade relevante matriculados na universidade entre 1940 e 2000.

Houve uma explosão de matrículas nas universidades entre 1965 e 1976. Em 1965, apenas 2% dos jovens estavam inscritos na universidade; em 1976, eles eram 11%. O número de matrículas passou de 155 mil para 1,1 milhão. Durante esses anos, diversos tipos de universidade foram criadas. Por um lado, inúmeras universidades públicas e centros de pós-graduação se estabeleceram. Nesses centros concentraram-se as pesquisas e a produção científica. Embora muitas dessas entidades públicas sofram diversos problemas institucionais e organizacionais, elas continuam a ser o principal foco de produção científica e, em geral, as escolas de maior prestígio. Por outro lado, diversas instituições privadas foram criadas, algumas de alta qualidade, mas a maioria mostra-se deficiente, sendo que muitas delas nem são legalmente consideradas universidades. Em 1960, 44% dos alunos estavam matriculados em instituições privadas, em 1980 já eram 56%. De modo geral, os alunos mais bem preparados ingressam em escolas públicas de qualidade ou nas poucas instituições privadas de excelência, ao passo que a maioria dos estudantes dirige-se a escolas privadas de baixa qualidade que funcionam como "fábricas de diplomas".

Com a enorme expansão da universidade na década de 1970 criaram-se finalmente condições para a pesquisa científica de qualidade e para a melhora do ensino de terceiro grau, mas ao mesmo tempo expandiram-se as instituições de baixa qualidade. Hoje em dia a situação do ensino universitário é bastante complexa e tende a se complicar ainda mais na medida em que a pressão de alunos que concluem o segundo grau e desejam passar ao terceiro grau é cada vez maior. O mercado complexo e heterogêneo que existe hoje em dia, incluindo instituições publicas e privadas de baixa e alta qualidade, é um tema

interessante de debates e pesquisas, mas que não tem influências sobre as taxas de mobilidade que estão em foco neste livro.

Em contraste, as deficiências do sistema educacional durante todo o período de grandes mudanças sociais ao longo do século 20 certamente diminuíram as chances de mobilidade ascendente de um grande número de jovens que entravam no mercado de trabalho nesse período. Se houvesse mais oportunidades educacionais, uma proporção maior desses jovens teria sido capaz de alcançar posições ocupacionais mais qualificadas. Talvez houvesse menos desigualdade e pobreza atualmente. Portanto, a hipótese contrafactual de que haveria mais mobilidade ascendente se o sistema educacional tivesse se desenvolvido melhor também parece ser plausível.

Apesar da falta de recursos que caracteriza as pessoas com origens no campo e das deficiências do sistema educacional, o mercado de trabalho no Brasil passou por profundas modificações e, ao mesmo tempo, deu continuidade a diversas contradições ao longo do século passado. Vejamos o que ocorreu entre 1940 e 2000, período para o qual há dados confiáveis sobre a divisão da população economicamente ativa entre as diversas áreas de atividade econômica.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E DESIGUALDADE DE RENDA

Os possíveis efeitos da herança rural e da escolarização, ou da falta de escolarização, sobre as chances de mobilidade social e as contradições da estrutura de classes referem-se ao passado. Ou seja, ligam-se à falta de recursos que é conseqüência da origem social rural e pobre e à possibilidade de adquirir conhecimento valioso para abrir caminhos de mobilidade ascendente por meio da escolarização. Como visto, o Brasil caracteriza-se historicamente pela falta de recursos desde as famílias de origem e pela falta de um sistema educacional bem organizado. Esses dois aspectos, como será exposto ao longo deste livro, influenciam a ocupação das pessoas ou a classe social a que são capazes de galgar. Em compensação, há contradições nos mercados de trabalho

que, ao mesmo tempo, derivam das características de origem e escolarização da população e da forma pela qual o desenvolvimento político-econômico da industrialização cria oportunidades de trabalho.

A industrialização brasileira caracterizou-se pela manutenção de setores tradicionais e modernos na economia. Nessas contradições encontram-se as bases das desigualdades de renda e da pobreza que distinguem a sociedade brasileira. Nela, a desigualdade e a pobreza não se devem à falta de recursos econômicos, mas à forma como esses recursos se distribuem pela população, que se divide entre setores modernos e tradicionais. Nesta seção, descrevo a evolução da distribuição da população economicamente ativa nos diversos setores da economia, bem como as contradições e desigualdades que se mantiveram ao longo do tempo.

É evidente que a industrialização e urbanização rápidas mudaram a distribuição dos trabalhadores nos setores agrícolas, industriais e de serviços da economia. Porém, menos óbvia é a correlação entre crescimento e estagnação econômica com a criação de oportunidades de trabalho. Para compreender essa correlação, é necessário averiguar como a expansão do mercado de trabalho, decorrente do crescimento econômico, foi acompanhada por aumentos ou diminuições das taxas de crescimento populacional. Se o mercado de trabalho cresce, mas a população cresce mais depressa, então, faltarão vagas no mercado apesar do crescimento econômico.

Até 1970, a média anual do crescimento populacional era de 3%, quando então decresceu para 2,5%, na década de 1980 passou para 1,9% e, finalmente, na década de 1990 chegou a 1,56% (CARVALHO, 1997). Entre 1940 e 1970, a população brasileira cresceu mais rapidamente do que o mercado de trabalho. Após esse período, a expansão do mercado ultrapassou a da população. O rápido incremento populacional até 1970 e o seu declínio posterior podem ser exemplificados pela relação entre o crescimento da população masculina e o respectivo mercado de trabalho. O número de homens com mais de 10 anos cresceu 34% durante os anos 1950 e 35% nos anos 1960, enquanto a população masculina ativa, nessa mesma faixa etária, aumentou 28% nos anos e 25% nessas décadas, respectivamente. Isto é, entre 1950 e 1970, a população masculina cresceu mais do que o mercado de trabalho masculino. Em contrapartida, nas duas décadas seguintes, o número de vagas para homens no mercado de trabalho cresceu mais do que a população masculina. Considerando os maiores de

10 anos, os aumentos foram de 33% (década de 1970) e 27% (década de 1980), enquanto a população masculina ativa cresceu 34% e 27%, respectivamente. Em resumo, entre 1970 e 1991, o mercado de trabalho para os homens cresceu mais do que a população desse sexo. No entanto, foi entre 1970 e 1980, quando a economia estava crescendo rapidamente e a população, lentamente, que a expansão do mercado atingiu o seu auge. Por outro lado, após 1980, a estagnação econômica foi neutralizada pela diminuição da taxa de crescimento populacional, enquanto ainda eram criadas vagas suficientes para os trabalhadores que iniciavam sua vida economicamente ativa. Nas décadas de 1970 e de 1980, as mulheres começaram a entrar no mercado laboral maciçamente. É extraordinário que, nesses dois decênios, o mercado de trabalho tenha conseguido não apenas absorver a população masculina, como também abrir novas vagas para o crescente número de mulheres que nele então ingressavam. Paralelamente, o sistema educacional expandia-se, o que significa que mais crianças e jovens optavam pela escola em vez de trabalhar. Apesar da estagnação econômica a partir de 1982, é preciso levar em conta que nas décadas de 1970 e 1980 o mercado de trabalho cresceu e que, mesmo com o declínio da industrialização, novos postos de trabalho foram abertos (FARIA, 1989).

As tendências de crescimento econômico, industrialização, urbanização, expansão do sistema educacional e as dinâmicas do crescimento populacional evidenciam que as mudanças estruturais significativas ocorreram entre 1970 e 1980. Foi naquela década que a economia cresceu mais rapidamente, que o processo de industrialização chegou a um termo, que a população rural diminuiu em números absolutos, que o sistema escolar e universitário expandiu-se mais rapidamente e que a taxa de crescimento da população sofreu a sua primeira retração perceptível. Portanto, é preciso considerar as conjunturas de mudanças estruturais contínuas entre 1930 e 1980, período que compreende as fases de substituição de importações e do "milagre econômico", e o ritmo lento dessas mudanças após 1980, que corresponde à fase de "estagnação econômica". Resta saber qual foi o impacto desses processos de industrialização, urbanização, escolarização e crescimento populacional na redistribuição da mão-de-obra entre os diversos setores da economia.

Para responder essa pergunta, descrevo a mudança na distribuição da mão-de-obra nos setores agrícolas, industriais e de serviços da economia entre 1940 e 2000. Além disso, apresento a evolução da participação feminina na po-

pulação economicamente ativa, tendo em vista que no Capítulo 4 abordarei os padrões de mobilidade das mulheres. O Gráfico 5 resume os dados dos censos sobre a distribuição da população economicamente ativa e inativa, com mais de 10 anos de idade, nos diversos setores da economia.

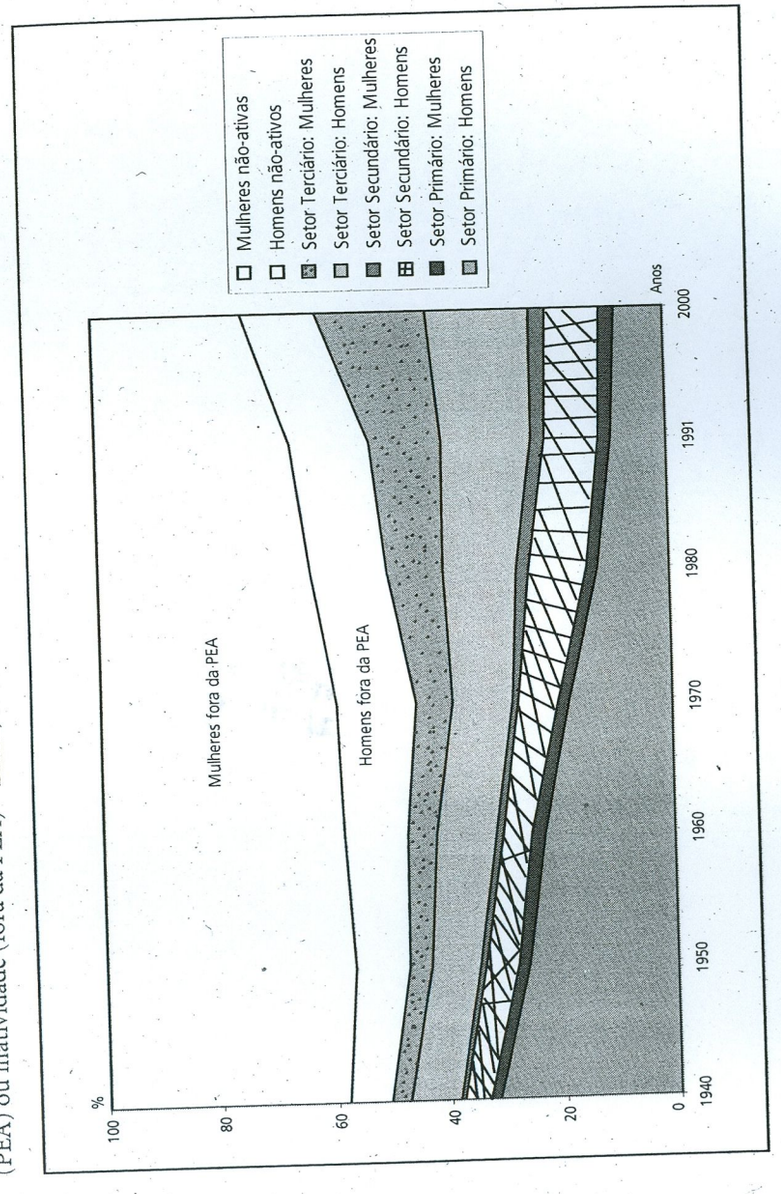
No gráfico, a tendência mais visível é o declínio do trabalho no setor primário. Em 1940, 9,7 milhões de pessoas (9,2 milhões de homens e 0,5 milhão de mulheres) – ou 71% da população economicamente ativa – trabalhavam no campo. Até 1970, o número absoluto de trabalhadores no setor primário cresceu para 13,1 milhões, o que então equivalia a 50,6% da mão-de-obra. Em 1980, a mão-de-obra do setor rural diminuiu para 12,7 milhões, equivalentes a 35% da mão-de-obra e, em 2000, esse porcentual recuou ainda mais (23,8%).

Embora o declínio do trabalho rural seja uma característica comum do desenvolvimento e da industrialização em geral, o caso brasileiro exibe algumas singularidades. É comum que a industrialização leve ao decréscimo do trabalho rural, na medida em que cria demanda de mão-de-obra nos centros urbanos e proporciona avanços tecnológicos na produção agrícola que extinguem a demanda por mão-de-obra nessas áreas. No Brasil, até o início da década de 1980, o avanço tecnológico da produção rural não acabou com a agricultura de subsistência, com a contratação de trabalhadores sazonais, nem com o emprego de trabalhadores não-qualificados nas grandes propriedades agrícolas (HASENBALG; SILVA, 1988, cap. 1; NEVES, 1997).

Como visto anteriormente, os números que descrevem os tipos de relação de trabalho no setor agrícola mostram, muito claramente, que, apesar de todas as mudanças, a estrutura agrária continuou a se caracterizar por formas de trabalho tradicionais. Embora as condições de vida no campo tenham melhorado bastante, principalmente no Sul do país, a modernização da produção agrícola não alterou a essência da estrutura agrária nacional. A propriedade da terra continua muito concentrada, ou seja, os latifúndios e minifúndios ainda são as formas mais comuns de propriedade da terra. As grandes propriedades passaram a adotar modernas técnicas de fertilização e de maquinaria. Em contraste, a maioria das propriedades pequenas continua dependendo do trabalho familiar, praticando a agricultura de subsistência.

Nos centros urbanos também persistem os contrastes entre setores modernos e tradicionais. O aumento da oferta de trabalho nessas áreas caracteriza-se por uma expansão não apenas do moderno setor industrial, que depende

Gráfico 5 – Distribuição da população residente de 10 anos ou mais de idade, por sexo e setor de atividade (PEA) ou inatividade (fora da PEA) – Brasil, 1940-2000



da mão-de-obra qualificada, mas também do setor de construção civil e do setor de serviços de nível mais baixo, os quais dependem de um grande contingente de mão-de-obra não-qualificada.

O número de pessoas no conjunto da indústria vivenciou um crescimento contínuo nas últimas décadas. De 1960 a 1980, o setor foi o mais dinâmico e responsável pela criação de vários postos de trabalho. Em 1940, 1,5 milhão ou 9,6% de todos os trabalhadores ativos atuavam no setor industrial. Em 1970, o número de trabalhadores nesse setor aumentou consideravelmente, passando a 5,3 milhões ou 20% da mão-de-obra ativa. Em 1980, após a década na qual o país se industrializou mais rapidamente, o setor empregava 10,8 milhões de pessoas ou 25% da mão-de-obra ativa. Na realidade, foi nas décadas de 1960 e 1970 que os principais parques industriais e a construção de infra-estrutura (estradas, portos, pontes, etc.) apresentaram maior dinamismo no Brasil. O Gráfico 5 também indica que a participação feminina no setor industrial sempre foi muito reduzida, embora tenha aumentado consideravelmente a partir de meados da década de 1970. Entre 1970 e 1980, o porcentual da PEA total constituído por mulheres no setor industrial passou de 2,2% para 4,1%, ou seja, um crescimento de 0,6 para 1,8 milhão de pessoas.

Dentro do setor industrial, a indústria de transformação (que inclui segmentos modernos, como de aço, de energia, automotivo e outros) foi a que apresentou maior dinamismo entre 1960 e 1980, com a criação de 1,1 milhão de postos de trabalho. Em outras palavras, em 1960 cerca de 8% da mão-de-obra masculina trabalhava nos modernos parques industriais; d20 anos mais tarde, esse segmento abarcava cerca de 17% dessa mão-de-obra. Nesse período, um moderno parque industrial estabeleceu-se definitivamente no país. Os trabalhadores da indústria de transformação são, em geral, qualificados, e a expansão desse setor da economia significou a criação de posições de classes de trabalho qualificado, como será visto no próximo capítulo. Por essa razão, a indústria de transformação se diferencia bastante da construção civil, que depende, em grande parte, de mão-de-obra não-qualificada.

Como conseqüência do investimento estatal maciço na construção de rodovias, portos, pontes e muitas outras instalações, o segmento de construção civil cresceu rapidamente após 1960. Os investimentos estatais na infra-estrutura foram as principais razões para a expansão da mão-de-obra nesse setor até

1980. Enquanto em 1960 cerca de 0,7 milhão de homens (4% da mão-de-obra masculina) estava no setor de construção civil, em 1980 eles eram 3,1 milhões (10% da mão-de-obra masculina).

Como o processo de industrialização no Brasil caracterizou-se não apenas pela criação de postos de trabalho que exigiam algum tipo de qualificação nos modernos parques industriais – a maioria na indústria de transformação –, mas também pela criação de postos de trabalho para mão-de-obra não-qualificada na construção civil ou no baixo setor de serviços, não se pode simplesmente enaltecer os benefícios da modernização. A maioria das pessoas que estavam deixando o setor agrícola, ou os filhos dessas pessoas, colocou-se como mão-de-obra não-qualificada na indústria de construção civil ou no baixo setor de serviços. Não é surpreendente, portanto, descobrir que a mão-de-obra não-qualificada como, por exemplo, porteiros ou peões de obra, sejam comumente conhecidos como paus-de-arara; isto é, trabalhadores rurais migrantes que viajaram para as cidades em caminhões rudimentares assim apelidados. Essas pessoas certamente experimentaram alguma melhoria de vida, tendo em vista que a população rural brasileira sempre viveu em situação de muita pobreza e desigualdade, e a mudança para os centros urbanos significa ainda a expansão de oportunidades. A vida nas grandes cidades, no entanto, apresenta diversas dificuldades para a população de baixa renda e com pouca qualificação.

Embora a maioria desses trabalhadores paus-de-arara e seus filhos tenham migrado para as áreas metropolitanas nas décadas de 1960 e 1970 , nas duas décadas seguintes eles continuaram a deixar, em massa, as regiões rurais pobres. A diferença está no fato de que, nas décadas de 1980 e 1990, era mais fácil encontrar trabalho no setor de serviços do que no setor industrial da economia. Além disso, o setor de serviços é o principal destino das mulheres, que começaram a entrar de forma acentuada no mercado de trabalho a partir da década de 70. Na realidade, nos anos 1980, a indústria e a agricultura começaram a diminuir em números relativos e o setor de serviços cresceu mais rapidamente do que nunca, tanto em termos absolutos como em relativos. Enquanto, em 1980, cerca de 19,8 milhões de trabalhadores (36% da mão-de-obra, sendo 11,4 milhões de homens e 8,4 milhões de mulheres) estavam no setor de serviços, em 2000, cerca de 49 milhões de trabalhadores (61% da mão-de-obra, sendo 23 milhões de homens e 25 milhões de mulheres) atuavam nesse setor da economia.

No setor de serviços, assim como no industrial e no agrícola, há contrastes marcados entre atividades modernas e tradicionais. Floresceram tanto as atividades de profissionais e outras ocupações qualificadas oferecendo serviços sofisticados, quanto as atividades tradicionais, tais como serviços domésticos e de baixa qualificação. Por exemplo, o setor informal oferecendo serviços de baixa qualificação incluía mais da metade da força de trabalho urbana ao longo da década de 90.

Esse tipo de dicotomia entre setores tradicionais e modernos da economia predominou na agricultura, na indústria e nos serviços. Diversos intérpretes da modernização brasileira enfatizam tal característica, que definem como a "modernização conservadora", ou seja, um processo de desenvolvimento em que grande parte da população fica excluída. Esse processo levou à perpetuação das desigualdades de renda desde a década de 1960 até os dias de hoje. O gráfico a seguir mostra a distribuição da renda total entre as famílias 1% mais ricas, 10% mais ricas, 40% intermediárias e os 50% mais pobres, entre 1960 e 2002.

A principal característica apontada pelo gráfico anterior é a estabilidade. Ou seja, a desigualdade de renda no Brasil não mudou significativamente desde os anos 1960. Além disso, a desigualdade é altíssima quando comparada à de outros países, sendo considerada uma das mais altas já registradas. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), esses altos níveis de desigualdade são uma das causas da pobreza que atinge a população (45%, até 1994, e 35% desde então). Tendo em vista que não faltam recursos, o Brasil não é um país miserável, mas de péssima distribuição de renda, a enorme quantidade de pobres é uma conseqüência das desigualdades.

De acordo com Bacha e Taylor (1976) e Serra e Tavares (1971), a alta desigualdade de renda está fortemente associada ao tipo de desenvolvimento baseado na convivência entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho, nos padrões de consumo e na economia em geral. Como venho sugerindo ao longo deste capítulo, a manutenção desses altos níveis de desigualdade e contradições também se deve aos baixos recursos disponíveis nas classes de origem (principalmente rurais) e no sistema educacional durante todo o processo de industrialização. Adicionalmente, um mercado de trabalho dividido também determinou um enorme número de posições de trabalho de baixa qualificação e de caráter tradicional.

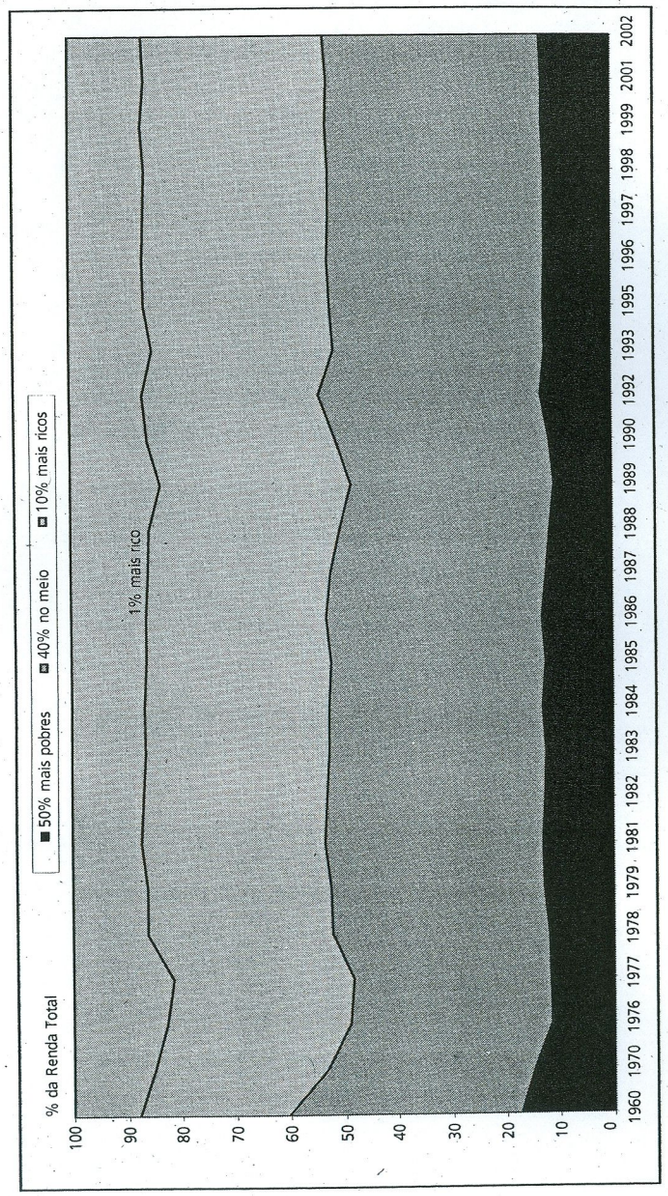


Gráfico 6 – Distribuição da renda acumulada pelos 1% mais ricos, 10% mais ricos, 40% no meio e 50% mais pobres – Brasil, 1960-2002

Se o mercado de trabalho tivesse se modernizado de forma mais homogênea, provavelmente haveria menos desigualdade e mais posições de classe de trabalho qualificado teriam sido criadas, impulsionando assim mais oportunidades de mobilidade social ascendente. Essas dicotomias do mercado de trabalho são, portanto, uma outra característica historicamente condicionada do desenvolvimento brasileiro, a qual definiu a formação da estrutura de classes por meio dos padrões de mobilidade social que descreverei nos próximos capítulos.

CONCLUSÃO

O tema da mudança social inspirou todos os sociólogos clássicos do século 19. Karl Marx, Alexis de Tocqueville, Max Weber, Vilfredo Pareto, Emile Durkheim e Ferdinand Tonnies, dentre vários outros pensadores, dedicaram grande parte de sua atenção para entender as transformações que ocorreram nas sociedades ao longo do referido século. Em meados do século 20, cientistas sociais latino-americanos também se debruçaram sobre o tema da expansão do capitalismo e do surgimento das sociedades de classes (FERNANDES, 1974). Esses estudiosos, trabalhando fora dos grandes centros, procuravam reformular as teorias clássicas à luz das diferentes formas de desenvolvimento econômico, social e político que observavam nos países da periferia. A teoria clássica parecia não ser capaz de explicar os caminhos diversos pelos quais essas sociedades se desenvolviam.

Em Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons, o sociólogo Charles Tilly (1984) faz um balanço crítico das teorias utilizadas para explicar a mudança social. Em sua crítica, Tilly alerta para os perigos da utilização de oito postulados perniciosos herdados da sociologia clássica do século 19. O primeiro é aquele que imagina que a sociedade é uma unidade definida, com fronteiras claras que separam uma da outra. Isso não é verdade porque as sociedades se caracterizam justamente pelo fato de serem constituídas a partir de redes e relações entre indivíduos e entre instituições. Por exemplo, o desenvolvimento de um Estado só pode ser compreendido a partir da relação que estabelece com outros Estados. O segundo postulado criticado é o de que eventos mentais são as causas de comportamentos sociais. Segundo Tilly, essa idéia não leva ao

entendimento de processos de mudança social de longa duração, posto que as escolhas individuais devem ser entendidas como estruturadas pelas redes de relações sociais nas quais os indivíduos se encontram. O terceiro postulado a evitar é o de que a mudança social consiste num fenômeno coerente, que segue um caminho claro e linear. O quarto postulado falso é uma conseqüência direta do anterior, ou seja, também devem ser evitadas as teorias que imaginam a mudança social seguindo estágios e etapas claras. Isso não é verdade, posto que em diversas sociedades e contextos as mudanças – tais como democratização ou expansão do capitalismo – seguem caminhos tortuosos e idiossincráticos.

O quinto postulado criticado por Tilly é a idéia de que a diferenciação é o principal processo que determina a mudança social. É óbvio que diversos aspectos da sociedade sofrem diferenciação ao longo da mudança social, mas muitos outros passam pelo processo oposto, ou seja, tornam-se mais semelhantes (por exemplo, a padronização das línguas, o desenvolvimento do consumo de massa, etc.). O sexto postulado a evitar é o que relaciona diferenciação e integração. Segundo essa idéia, quando há diferenciação sem integração surge todo tipo de desordem social. Assim, a diferenciação rápida e excessiva levaria à desordem social. Industrialização, urbanização e migração são exemplos de processos de diferenciação que, segundo diversas explicações, levariam à expansão da criminalidade, que é uma forma de desorganização social. Há, no entanto, inúmeras teorias alternativas sobre a criminalidade que rejeitam explicitamente a idéia de que é a mudança social que leva à desintegração de laços sociais e, conseqüentemente, à criminalidade. Teorias da ação racional, dos rótulos sociais, dentre outras, rejeitam a conexão direta entre diferenciação, falta de integração e desorganização social. O sétimo postulado falso, que está ligado ao anterior, enfatiza que com a mudança social criam-se desordens de diversos tipos. Essa idéia também foi identificada como falsa. Em diversas favelas que surgiram nas grandes cidades latino-americanas não é a desorganização que prevalece, etnógrafos urbanos mostraram claramente que há formas de organização complexas que surgem nessas áreas. O último postulado diferencia formas legítimas e ilegítimas de uso da força. A força policial, por exemplo, seria considerada legítima porque traz a ordem, ao passo que as revoltas sociais seriam ilegítimas porque trazem desordem. De fato, diversos cientistas sociais se contrapõem a tais idéias, tendo em vista que freqüentemente as forças definidas como legítimas são contrárias a mudanças

importantes (por exemplo, em governos ditatoriais) e forças ilegítimas podem ser os principais meios de transformação social.

Todos os postulados criticados por Tilly partem da idéia de que as transformações sociais rápidas e abruptas criam desordens econômicas, sociais e culturais de grande impacto. Evitar esses postulados perniciosos é fundamental na pesquisa histórica de cunho comparativo. Neste livro, dedico-me ao estudo aprofundado dos padrões de mobilidade social e desigualdade de oportunidades no Brasil, mas também procuro observar o país em perspectiva comparada. Pesquisas que realmente venham a contribuir para o avanço do conhecimento sociológico devem ser historicamente fundamentadas, pois cada nação seguiu caminhos diferentes de desenvolvimento que certamente influenciam seus padrões de mobilidade e que devem ser levados em conta.

A apresentação que fiz neste capítulo sobre a mudança social que ocorreu rapidamente no Brasil durante o século 20 procura evitar os postulados criticados, na medida em que descreve o contexto histórico em que se dão as tendências de mobilidade social que analisarei nos capítulos subseqüentes. Embora por vezes eu tenha utilizado a distinção entre características tradicionais e modernas que se combinaram ao longo da modernização da sociedade brasileira, não compartilho das idéias simplistas de que transições sociais devem seguir estágios claros e de que a desordem surge por causa desse tipo de mudança. O uso dos termos "tradicional" e "moderno", por exemplo, está muito freqüentemente ligado aos postulados criticados por Tilly. Ao usar tais idéias, quis apenas enfatizar algumas características da mudança social que ocorreu no Brasil. Certamente, muitos dos aspectos que salientei no processo de transformação da sociedade brasileira também estiveram presentes em outras sociedades. Por exemplo, talvez toda forma de modernização seja em alguma medida "conservadora", afinal, as desigualdades e formas de dominação estão presentes em qualquer sociedade. A desigualdade também não é uma conseqüência da desorganização social que seria derivada das transformações rápidas da sociedade brasileira.

Na realidade, em minha descrição do processo de mudança social que ocorreu na sociedade brasileira durante o século 20 enfatizei três características que foram conseqüência direta de decisões políticas e institucionais do passado. Essas decisões obviamente se deram em contextos estruturais complexos da economia e da sociedade brasileiras ao longo do século passado. O primeiro

aspecto que salientei foi o da "herança rural" da maioria da população brasileira. Ao destacar que a maioria das pessoas que ingressavam no mercado de trabalho era migrante do campo ou filha desses migrantes não quis de forma alguma dizer que essa origem rural levou à desorganização dos meios urbanos e dos mercados de trabalho. Não compartilho de nenhuma teoria do "homem marginal" ou da desorganização social. Simplesmente enfatizei que as pessoas oriundas do meio rural trouxeram muito poucos recursos econômicos de suas origens. Isso se deve a uma longa história de exploração do trabalho no campo e de concentração fundiária. A falta de recursos econômicos da maioria das pessoas com origem rural deve ser explicada antes por características da sociedade rural brasileira do que por falta de capacidade dessas pessoas. Para entender os padrões de mobilidade social é importante compreender as características da sociedade rural brasileira, porque a maioria da população tem origem no campo. Utilizei, como em qualquer explicação histórica, contrafactuais plausíveis, ou seja, destaquei que se no passado a desigualdade no campo tivesse sido resolvida ou minorada, então as pessoas com origens rurais teriam mais recursos e os padrões de mobilidade social observados seriam completamente diferentes.

O segundo ponto que grifei também resulta de escolhas políticas do passado. O lento desenvolvimento do sistema educacional brasileiro não foi uma conseqüência direta do processo de transformação rápida, mas produto de escolhas e políticas educacionais erradas. Primeiro as escolas se expandiram muito lentamente, talvez por falta de recursos econômicos. Mas depois, durante os anos 1960 e 1970, deu-se mais ênfase ao desenvolvimento da educação de terceiro grau, em detrimento da educação básica. Essa escolha implicou na exclusão de um enorme contingente populacional, em grande parte daqueles com origens rurais, que se viram sem acesso à educação e, portanto, sem recursos fundamentais para impulsionar a mobilidade social. Além de contar com recursos escassos em suas origens familiares, a maioria dos brasileiros teve poucas chances de obter recursos via escolarização. De novo fiz uso de explicação contrafactual, ou seja, se o desenvolvimento das escolas básicas houvesse sido mais inclusivo durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, observaríamos uma sociedade com muito mais mobilidade social. Nos próximos capítulos mostrarei que houve muita mobilidade, mas muito mais teria ocorrido se o sistema educacional brasileiro tivesse sido mais inclusivo.

Finalmente, enfatizei o fato de a economia brasileira ter se desenvolvido principalmente a partir da expansão das indústrias de bens sofisticados, visando atender apenas a uma parcela da população. De acordo com várias interpretações, descritas ao longo do capítulo, essa modernização criou enormes contrastes no mercado de trabalho brasileiro. Contrastes entre setores de produção e consumo modernos e tradicionais. Esse tipo de desenvolvimento não resultou de processos naturais, mas de políticas econômicas específicas. Não sei exatamente quais seriam as alternativas ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro,[23] talvez o maior problema das políticas adotadas ao longo do século passado não tenha sido o tipo, mas o tempo e a duração. A política de "substituição de importações", por exemplo, parece ter se prolongado muito mais do que deveria, criando uma enorme dívida externa. O fato é que o mercado de trabalho brasileiro permaneceu sendo dividido entre setores "modernos" e "tradicionais", o que certamente tem impacto sobre os padrões de mobilidade social.

A falta de recursos econômicos que caracteriza a maioria da população com origens rurais, o lento desenvolvimento do sistema educacional e a convivência de setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho são aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira que estão intimamente relacionados aos padrões de mobilidade social. Sem tais aspectos a história que descrevo seria completamente diferente. Em outras palavras, as informações e análises dos próximos capítulos só podem ser entendidas como parte do contexto histórico que delineei anteriormente.

23 Para algumas sugestões críticas sobre desenvolvimento econômico, ver Sabel e Piori (1984) e Sabel e Zeitlin (1997).

Capítulo 2

Classes Sociais e Chances de Vida

Em estudo sobre subdesenvolvimento e classes sociais no Brasil, Florestan Fernandes afirma: "O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente novas" (FERNANDES, 1968, p. 69).

Nas décadas de 1960 e 1970 Fernandes desenvolveu, por meio de análises históricas e teóricas, o argumento de que diversas formas de desigualdade social no Brasil estariam vinculadas ao regime de classes da emergente sociedade industrial periférica (ver, por exemplo, FERNANDES, 1965, 1968, 1974). Esse regime de classes, por sua vez, teria sido fundamentalmente marcado pelas características da sociedade agrária e rural que dava lugar às crescentes industrialização e urbanização. Essa sociedade agrária, caracterizada pela agricultura de exportação e pelo regime escravista, teria deixado uma herança de contrastes e desigualdades que continuariam a marcar, ao menos por algum tempo, a moderna sociedade de classes. A diferença da teoria de Florestan Fernandes em relação a outras sobre desigualdade é o ponto de partida estrutural, ou seja, ele parte da idéia de que as bases das desigualdades sociais encontram-se na estrutura de classes. Compartilhando dessa teoria estrutural das desigualdades, descrevo neste capítulo os fundamentos teóricos e a implementação do esquema de classes que utilizarei ao longo do livro. Abordo, ainda, as desigualdades ciais entre essas classes num período crucial do estabelecimento da sociedade industrial no Brasil, entre 1973 e 1996.[24]

24 Para um debate sobre mobilidade social e desenvolvimento econômico, ver Goldthorpe (1985) e Treiman (1970).

Embora diversos trabalhos baseados em pesquisas históricas e de campo tenham discutido o argumento de Fernandes por meio de análises das correlações entre sociedades agrária e industrial, desigualdades sociais, classes sociais e identidades políticas no Brasil,[25] poucos estudos com dados agregados e metodologia quantitativa foram desenvolvidos até meados da década de 1970. Até então, apenas os dados provenientes dos censos populacionais permitiam discutir, de um ponto de vista macrossociológico, a validade empírica dos argumentos de Fernandes.[26] Alguns estudos sociológicos relevantes para o debate sobre a estrutura de classes, como o de Lopes (1971), realizaram-se com base nos dados dos censos.

A maioria dos censos, com exceção do de 1960, fornecia apenas tabelas já publicadas e não as planilhas de dados que permitiriam elaborar novas classificações. Sem estes dados, o estudo e a análise do desenvolvimento da estrutura de classes e das desigualdades no Brasil eram bastante limitados. Foi a partir de 1973, com a realização, pelo IBGE, da primeira Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), representativa da população nacional,[27] que cientistas sociais passaram a ter dados confiáveis para descrever a estrutura de classes nacional e sua relação com as diversas formas de desigualdade observadas no país.[28] A PNAD e outras pesquisas amostrais importantes começaram a ser coletadas regularmente a partir do início da década de 1970 e permitiram o avanço do conhecimento de diversas características da estrutura social brasileira. No entanto, apenas poucos estudos sociológicos fizeram uso desses dados para descrever a estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade.[29]

Uma notável exceção é o programa de pesquisas desenvolvido por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1979, 1988, 1992, 1999). Esses sociólogos propõem-se a investigar as interações entre raça, classe e desigualdades sociais

25 Para uma revisão da bibliografia, ver Guimarães (1999).

26 Exceções são Lopes (1971), Queiroz (1965), Pinto (1963, 1967) e Soares (2001).

27 Na realidade, as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste não foram incluídas nessa PNAD.

28 O primeiro trabalho sociológico baseado nesses dados é o de Pastore (1981). Estudos anteriores (HUTCHINSON, 1957, 1958, 1960) restringem-se à cidade de São Paulo.

29 Ver Silva (1999) para revisões de parte dessa literatura.

na sociedade industrial brasileira. De forma simplificada, a principal conclusão é a de que raça permanece como um fator determinante das desigualdades sociais no país, o que não significa que classes sociais sejam menos relevantes como definidoras de desigualdades e diferenciações sociais. De fato, entendo esse programa de pesquisas como um longo argumento apontando para a importância de entendermos a continuidade das interações entre raça e classe em nossa moderna sociedade industrial. Não se trata de colocar raça e classe em uma espécie de corrida metodológica e teórica para ver qual é mais importante na determinação das desigualdades sociais, mas sim de reconhecer que ambos os fatores são relevantes para o entendimento da história das desigualdades sociais no Brasil.

Tendo em vista a existência de uma tradição de estudos que considerava que a sociedade brasileira era desprovida de racismo, Hasenbalg e Valle Silva enfatizaram a importância da raça ou cor na determinação de desigualdades. Não concordo, no entanto, com a idéia de que os trabalhos desses sociólogos tenham superado por completo o argumento de Florestan Fernandes. O raciocínio de que diversas formas de desigualdade social estão ancoradas no regime de classes e de que este regime é profundamente marcado pela sociedade agrária anterior continua sendo, a meu ver, extremamente relevante para compreender as características da sociedade brasileira. Ou seja, o argumento de que há bases estruturais na divisão do trabalho que determinam os níveis de desigualdade permanece central para a formulação de análises sobre desigualdades sociais.

Ainda há necessidade de avançar as reflexões macrossociológicas e empíricas sobre as possíveis conexões entre a estrutura de classes e as diversas formas de desigualdade e ação social. Apesar dessa urgência, a maioria dos estudos sobre desigualdades sociais que empregam dados agregados tem sido desenvolvida mais freqüentemente por economistas do que por sociólogos. Aqueles tendem a basear suas análises em dados sobre renda individual e familiar. Embora os estudos sobre desigualdade de renda no Brasil sejam de excelente qualidade (ver HENRIQUES, 2000), renda não pode ser usada como sinônimo de classe social. Esta não é apenas um reflexo da renda disponível para indivíduos e famílias. De acordo com longa tradição sociológica, classes sociais deveriam ser definidas conforme as posições ocupacionais de indivíduos dentro de unidades produtivas e mercados de trabalho.

Embora diversos trabalhos baseados em pesquisas históricas e de campo tenham discutido o argumento de Fernandes por meio de análises das correlações entre sociedades agrária e industrial, desigualdades sociais, classes sociais e identidades políticas no Brasil,[25] poucos estudos com dados agregados e metodologia quantitativa foram desenvolvidos até meados da década de 1970. Até então, apenas os dados provenientes dos censos populacionais permitiam discutir, de um ponto de vista macrossociológico, a validade empírica dos argumentos de Fernandes.[26] Alguns estudos sociológicos relevantes para o debate sobre a estrutura de classes, como o de Lopes (1971), realizaram-se com base nos dados dos censos.

A maioria dos censos, com exceção do de 1960, fornecia apenas tabelas já publicadas e não as planilhas de dados que permitiriam elaborar novas classificações. Sem estes dados, o estudo e a análise do desenvolvimento da estrutura de classes e das desigualdades no Brasil eram bastante limitados. Foi a partir de 1973, com a realização, pelo IBGE, da primeira Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), representativa da população nacional,[27] que cientistas sociais passaram a ter dados confiáveis para descrever a estrutura de classes nacional e sua relação com as diversas formas de desigualdade observadas no país.[28] A PNAD e outras pesquisas amostrais importantes começaram a ser coletadas regularmente a partir do início da década de 1970 e permitiram o avanço do conhecimento de diversas características da estrutura social brasileira. No entanto, apenas poucos estudos sociológicos fizeram uso desses dados para descrever a estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade.[29]

Uma notável exceção é o programa de pesquisas desenvolvido por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1979, 1988, 1992, 1999). Esses sociólogos propõem-se a investigar as interações entre raça, classe e desigualdades sociais

25 Para uma revisão da bibliografia, ver Guimarães (1999).
26 Exceções são Lopes (1971), Queiroz (1965), Pinto (1963, 1967) e Soares (2001).
27 Na realidade, as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste não foram incluídas nessa PNAD.
28 O primeiro trabalho sociológico baseado nesses dados é o de Pastore (1981). Estudos anteriores (HUTCHINSON, 1957, 1958, 1960) restringem-se à cidade de São Paulo.
29 Ver Silva (1999) para revisões de parte dessa literatura.

na sociedade industrial brasileira. De forma simplificada, a principal conclusão é a de que raça permanece como um fator determinante das desigualdades sociais no país, o que não significa que classes sociais sejam menos relevantes como definidoras de desigualdades e diferenciações sociais. De fato, entendo esse programa de pesquisas como um longo argumento apontando para a importância de entendermos a continuidade das interações entre raça e classe em nossa moderna sociedade industrial. Não se trata de colocar raça e classe em uma espécie de corrida metodológica e teórica para ver qual é mais importante na determinação das desigualdades sociais, mas sim de reconhecer que ambos os fatores são relevantes para o entendimento da história das desigualdades sociais no Brasil.

Tendo em vista a existência de uma tradição de estudos que considerava que a sociedade brasileira era desprovida de racismo, Hasenbalg e Valle Silva enfatizaram a importância da raça ou cor na determinação de desigualdades. Não concordo, no entanto, com a idéia de que os trabalhos desses sociólogos tenham superado por completo o argumento de Florestan Fernandes. O raciocínio de que diversas formas de desigualdade social estão ancoradas no regime de classes e de que este regime é profundamente marcado pela sociedade agrária anterior continua sendo, a meu ver, extremamente relevante para compreender as características da sociedade brasileira. Ou seja, o argumento de que há bases estruturais na divisão do trabalho que determinam os níveis de desigualdade permanece central para a formulação de análises sobre desigualdades sociais.

Ainda há necessidade de avançar as reflexões macrossociológicas e empíricas sobre as possíveis conexões entre a estrutura de classes e as diversas formas de desigualdade e ação social. Apesar dessa urgência, a maioria dos estudos sobre desigualdades sociais que empregam dados agregados tem sido desenvolvida mais freqüentemente por economistas do que por sociólogos. Aqueles tendem a basear suas análises em dados sobre renda individual e familiar. Embora os estudos sobre desigualdade de renda no Brasil sejam de excelente qualidade (ver HENRIQUES, 2000), renda não pode ser usada como sinônimo de classe social. Esta não é apenas um reflexo da renda disponível para indivíduos e famílias. De acordo com longa tradição sociológica, classes sociais deveriam ser definidas conforme as posições ocupacionais de indivíduos dentro de unidades produtivas e mercados de trabalho.

Recentemente, alguns sociólogos começaram a investigar as características da estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade e algumas formas de ação social no Brasil (RIBEIRO; SCALON, 2001; CARDOSO, 2000; FIGUEIREDO SANTOS, 2002; NEVES, 1997). Esses estudos seguem linhas teóricas distintas, mas todos procuram mostrar a centralidade das classes sociais na determinação de desigualdades sociais. Em oposição à definição de economistas e leigos, que costumam pensar em classes sociais e níveis de renda como sinônimos, os estudos sociológicos definem as classes de acordo com a posição na unidade de produção e/ou ocupação. Exemplos de trabalhos recentes incluem: estudos sobre mobilidade de classes realizados por Scalon (1999) e Ribeiro e Scalon (2001); estudos sobre posições de classe e interações entre classe e renda desenvolvidos por Figueiredo Santos (2002) e Neves (1997); estudos sobre ação sindical e carreira ocupacional feitos por Cardoso (1999, 2000).[30]

Este livro é uma contribuição, creio que essencial, ao debate sobre desigualdades e classes sociais no Brasil. Apesar de seguir a perspectiva sociológica, o trabalho também pode ser relevante ao debate mais amplo, na medida em que analisa aspectos centrais da relação entre classes e desigualdades sociais que são pouco explorados por sociólogos e economistas. Neste capítulo objetivo analisar as desigualdades de condições de vida ou chances de vida entre 16 classes sociais no período de 1973 a 1996. Nos próximos capítulos, desenvolvo diversas análises sobre oportunidades de mobilidade social. O estudo conjunto da estrutura de classes, da estrutura de oportunidades de mobilidade social e das condições de vida da população é essencial para avançar com mais rigor algumas das proposições de Florestan Fernandes. A estrutura de classes brasileira é marcada pela transição da sociedade agrária para a sociedade industrial – os dados indicam que pelo menos 50% dos homens entre 25 e 64 anos de idade têm origem em famílias da classe de trabalhadores rurais. As condições de vida estão, por sua vez, associadas a diferentes posições de classe. De fato, como mostro neste capítulo, as intuições de Fernandes estavam parcialmente corretas, uma vez que diversas formas de desigualdade estão relacionadas à estrutura de classes, embora não haja um aumento dessas desigualdades ao longo dos anos. No próximo capítulo, o argumento, central para Fernandes, de que o regime de classes no Brasil é marcado pela antiga estrutura agrária de monocultura e de exploração do trabalhador rural será estudado com mais rigor por meio de análises dos padrões de mobilidade de classe. Por conseqüência, o estudo das desigualdades ancoradas no regime de classes também depende da análise dos padrões de mobilidade social, já que a origem social dos indivíduos determina muitas de suas experiências e chances de vida. Antes de discutir as análises conceituais e empíricas que desenvolvi com o objetivo de explicitar a correlação entre estrutura de classes e desigualdades sociais, gostaria de apresentar, brevemente, quatro aspectos que perpassam todo o capítulo: as características do período analisado; a definição de classes sociais adotada e o conceito de condições de vida.

30 Provavelmente há outros estudos que deveriam ser incluídos na lista, mas como este trabalho não objetiva realizar uma revisão bibliográfica, sinto-me desincumbido de apresentar inventário exaustivo.

Este capítulo concentra-se no período de 1973 a 1996, que foi marcado por uma conjuntura de rápido crescimento econômico, até o início da década de 1980, seguida de uma fase de crise ou estagnação.[31] Essas características da história econômica recente são tematizadas nos novos estudos sobre classes sociais, na medida em que estes procuram investigar os impactos dos processos econômicos *stricto sensu* nas diversas formas de desigualdade social derivadas da estrutura de classes. Neste capítulo, portanto, procuro fazer um balanço da história recente, tendo em vista que analiso o impacto das conjunturas de crescimento e de crise econômica não apenas nas desigualdades, mas também na variação temporal da distribuição agregada de condições de vida. No entanto, antes de apresentar tais análises históricas, devo esclarecer qual conceito de classes sociais utilizo.

Embora seja verdade que estudos sobre a estratificação por classes sociais venham ganhando, nas últimas décadas, importância crescente na sociologia nacional, não há consenso quanto à melhor forma de conceituar e medir classes sociais. Essa falta de consenso não é uma particularidade da literatura brasileira; os debates teóricos e empíricos jamais chegaram a uma conclusão.[32]

31 Análises sobre esses períodos de crescimento e crise podem ser encontradas em Abreu e Verner (1997) e Faria (1989).

32 Sobre essa polêmica, ver Wright (1997), Goldthorpe (1982, 2000), Erickson e Goldthorpe (1992, 1993), Grusky e Sorensen (1998), Sorensen (1991) e Hauser e Warren (1997).

Portanto, não pretendo defender o esquema que uso como o supra-sumo da definição de classe social. Adoto uma abordagem mais pragmática:[33] utilizo um esquema de classes que facilita comparações internacionais, não fere as particularidades relativas a certas ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro e é amplamente utilizado e conhecido por pesquisadores da área de estratificação social.

Segundo a definição que adoto (ERICKSON et al., 1979; ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992), classes sociais devem ser estabelecidas pelas condições de emprego e mercado em que os trabalhadores se encontram. Em outras palavras, foi com o objetivo de distinguir relações de emprego que o esquema Casmin (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*, "análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas".)[34] foi proposto para estudos comparativos. Seguindo tradição sociológica que remonta a Max Weber (1978) e Karl Marx (1978), os sociólogos que formularam o esquema Casmin fazem uma distinção básica entre dois tipos de relação de emprego: proprietários (empregadores e autônomos) e empregados. Dentre os empregados há, ainda, uma distinção entre contratos de trabalho restritos (*labour contract*) e contratos delegando amplas responsabilidades aos empregados (*service relationship*). O esquema também respeita a divisão entre trabalho não-manual urbano, manual urbano e rural. Acrescento outras distinções que não estão presentes no esquema inicial na medida em que divido algumas classes do esquema Casmin de acordo com setores de atividade e tarefas específicas que são considerados extremamente importantes no caso brasileiro (SILVA, 1999). A divisão entre setores modernos e tradicionais da indústria, como mostrei no capítulo anterior, é uma característica marcante do processo de industrialização brasileiro. Portanto, incluir tal distinção nas classes de trabalhadores qualificados e não-qualificados é fundamental para que possamos chegar a um entendimento mais detalhado do processo de estratificação da sociedade brasileira. Desta forma, amplio o esquema Casmin de

33 Essa perspectiva pragmática foi recentemente defendida por um dos principais adeptos do marxismo analítico, Erik Olin Wright (2004), que afirma: "One can be a Weberian for the study of social mobility, a Bourdieunian for the study of the class determination of lifestyles, and a Marxian for the critique of capitalism".

34 Esse é o nome de um projeto de pesquisa comparativo internacional envolvendo pesquisadores de vários países e liderado por Robert Erickson e John Goldthorpe (1993).

11 para 16 classes. Utilizo diferentes agregações dessas 16 classes, bem como o conjunto desagregado, ao longo deste livro.

É importante lembrar que todas essas distinções são elaboradas levando em conta a ocupação das pessoas envolvidas, mas variáveis como renda e educação não entram diretamente na definição das classes sociais. Embora esses itens não sejam utilizados para elaborar as posições de classe, há uma forte correlação não só entre posição de classe, renda e educação, como também entre posição de classe e diversas outras variáveis que descrevem as condições de vida da população ou, como preferem os economistas, o nível de bem-estar social.

A distribuição das condições de vida entre as classes sociais é definida por variáveis que medem os recursos de renda e educação disponíveis para os membros de cada classe e as privações de serviços básicos de infra-estrutura. Já que desigualdade é um conceito comparativo (SEN, 1992), as desigualdades de condições entre classes sociais devem ser observadas pela distância que as separa em termos das condições de vida disponíveis. Outro aspecto importante a observar são as flutuações nas condições de vida disponíveis para cada classe nesse período. Portanto, neste capítulo, além de descrever as principais características do esquema de classes que utilizo, apresento a evolução das desigualdades de classe entre 1973 e 1996.

Nos capítulos subseqüentes amplio as análises sobre a relação entre classes sociais e chances de vida a partir do estudo minucioso dos padrões de mobilidade social no Brasil. Além de determinarem desigualdades de níveis de renda, chances educacionais e acesso a serviços e bens, as classes sociais em que as pessoas crescem influenciam enormemente suas chances de mobilidade social. Segundo Max Weber (1978), uma das principais chances de vida determinadas pelas classes sociais são as oportunidades de mobilidade social. Uma vez que cada classe social está associada a um nível distinto de condição de vida, as análises de distribuição de oportunidades de mobilidade social entre posições de classe mais e menos vantajosas são essenciais em qualquer balanço sobre as desigualdades sociais. Ao contrário do que ocorre com análises sobre as condições de vida ou níveis de bem-estar social, o estudo da estrutura de oportunidades de mobilidade social no Brasil tem sido bastante negligenciado por economistas e sociólogos.[35] Além disso, os trabalhos sociológicos sobre

35 Ver Silva (1999).

mobilidade social no Brasil não expressam claramente que, assim como em termos de condições de vida, também é necessário distinguir entre aspectos agregados e relativos da estrutura de oportunidades de mobilidade social, ou seja, que há oportunidades agregadas e desigualdade de oportunidades. Por exemplo, se uma determinada classe social privilegiada aumenta seu tamanho relativo ao longo do tempo, por exemplo entre 1973 e 1982, pode-se dizer que aumentaram as oportunidades agregadas de mobilidade social. No entanto, as chances relativas para aproveitar as maiores oportunidades agregadas podem ser bem ou mal distribuídas. Em outras palavras, pode haver maior ou menor desigualdade de oportunidades, ou nas chances relativas de mobilidade social, entre pessoas com origens em diferentes classes sociais. Uma sociedade em que há pouca desigualdade de oportunidades é concebida, grosso modo, como mais aberta ou justa. Já uma sociedade com muita desigualdade de oportunidades é definida como mais fechada ou menos justa.[36]

Embora os temas da mobilidade social e das desigualdades de oportunidade sejam matéria dos próximos capítulos, acho relevante mencioná-los aqui na medida em que mobilidade social também é um aspecto relacionado às desigualdades nas chances de vida, principal tema do presente capítulo. Apresento a seguir os fundamentos da teoria weberiana que informa a elaboração do esquema de classes que utilizo. Seguem-se as principais características das 11 classes sociais do esquema Casmin, bem como as subdivisões que estou sugerindo com base nas considerações da literatura brasileira. Depois, analiso as mudanças nos níveis agregados e na desigualdade de condições de vida no período de 1973 a 1996.

ANÁLISE DE CLASSES NEO-WEBERIANA

Para determinar se as desigualdades nas chances de vida entre indivíduos ou famílias são estruturadas com base em classes sociais, é essencial a definição de um esquema de classes *ex ante*. Ou seja, mostra-se necessário formular um

36 A relação entre taxas relativas de mobilidade social, ou desigualdade de oportunidades, e os conceitos de justiça social provenientes da filosofia política é explorada por Marshall et al. (1997).

esquema de classes antes de iniciar as análises empíricas. Essa abordagem não é a única possível, já que o esquema de classes poderia ser definido a partir da distribuição empírica das desigualdades em uma determinada sociedade. Esta segunda abordagem é denominada por Sorensen (2000) de abordagem de "classificações nominais". Tal alternativa "nominalista" é, em geral, excessivamente empírica e não leva em conta importantes distinções teóricas presentes na literatura. De qualquer forma, ambas perspectivas são válidas, embora a primeira seja a mais usual, tendo a vantagem não só de permitir a comparação histórica e internacional da análise de classes, como também de explicitar diretamente argumentos teóricos presentes nas diferentes teorias de classes desenvolvidas na sociologia. As diferentes teorias são importantes porque partem da idéia de que as desigualdades sociais não são apenas uma conseqüência das diferenças de esforço e habilidade entre indivíduos, mas da distribuição de poder ancorado na estrutura produtiva da sociedade. Em uma palavra, o uso de esquemas de classe definidos *ex ante* permite formular teorias estruturais sobre as desigualdades sociais. Em diferentes posições de classe as pessoas encontram recursos e capacidades de ação que restringem ou ampliam suas possibilidades de superar as desigualdades. Sendo assim, sociólogos empenhados em desenvolver análises de classe, em formular teorias estruturais sobre as desigualdades, empregam grande esforço na definição de esquemas que sejam capazes de delinear fronteiras significativas entre classes sociais.

Uma das mais influentes tradições de análise de classes nos estudos de mobilidade e estratificação social tem origem nos trabalhos de Max Weber, e foi inicialmente sugerida por John Goldthorpe e seus colaboradores. Embora Goldthorpe não denomine seu esquema de classes de neo-weberiano, diversos autores o fazem. Há duas alternativas ao esquema neo-weberiano, o neo-marxista desenvolvido por Erik Olin Wright e os esquemas hierárquicos e neo-durkheimianos desenvolvidos por David Grusky e outros sociólogos norte-americanos. Embora as duas alternativas sejam importantes para o estudo da estratificação social, cada uma encontra algumas dificuldades no que diz respeito à implementação dos esquemas de classe para a análise da mobilidade social.

O esquema neo-marxista exige uma série de distinções que não podem ser feitas para a classe de origem das pessoas, já que a maior parte dos bancos de dados não inclui variáveis essenciais para tanto. Wright (1997) superou tais dificuldades a partir de um ambicioso projeto envolvendo a coleta de dados

em diversos países. No livro *Class Counts* (1997) apresenta os principais resultados sobre diversos temas, inclusive mobilidade social, alcançados nesse projeto. Estudos comparando o esquema neo-marxista e neo-weberiano, no entanto, mostram que os resultados sobre mobilidade social são mais consistentes quando se utiliza o esquema neo-weberiano (MARSHALL et al., 1988). Além disso, parece haver muita semelhança entre as duas abordagens, uma vez que ambas valorizam qualificações, tipos de contrato de trabalho e propriedade dos meios de produção.

Embora a elaboração de um esquema neo-marxista seja difícil de implementar com os dados brasileiros, em importante estudo sobre estrutura de classes e desigualdade de renda, José Alcides Figueiredo Santos (2000) propõe criativamente um detalhado esquema de classes inspirado pelas idéias de Wright. Tal esquema, contudo, não pode ser usado para o estudo da mobilidade social no Brasil já que os bancos de dados nacionais não permitem elaborar as classes de origem seguindo essas proposições. Além disso, a utilização desse esquema impossibilitaria comparações internacionais.

Outra alternativa seria o esquema neo-durkheimiano de David Grusky. Sua principal idéia é de que grupos de classe também deveriam ser grupos de comunidade, ou seja, a posição ocupacional ou de classe da mesma forma estaria relacionada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade de valores. Essa concepção sofre influência direta do prefácio da segunda edição do livro *A Divisão do Trabalho Social*, de Durkheim. Nele, defende-se que as corporações e associações profissionais (ocupacionais) seriam um novo *locus* de sentimentos comunitários na sociedade moderna. Partindo dessa premissa, Grusky questiona as análises de classe de inspiração marxista e weberiana justamente porque elaboram classes sociais tão amplas que qualquer forma de sentimento comunitário seria impossível. A alternativa é elaborar um esquema de grupos ocupacionais bastante detalhado (GRUSKY; SORENSEN, 1996, 1998). Novamente, esse tipo de abordagem leva a enormes complicações tanto para comparações internacionais quanto para a análise de tabelas de mobilidade, que se tornam excessivamente grandes e praticamente impossíveis de estudar de forma a explicitar claramente as principais características do processo de estratificação. Afinal de contas, as análises devem, em alguma medida, simplificar a realidade para que se possa entender e explicar o que está ocorrendo no mundo social.

Diante de tais dificuldades práticas de implementação dos esquemas neo-marxista e neo-durkheimiano, a abordagem weberiana parece ser a mais adequada para a análise da mobilidade social no Brasil. Algumas das vantagens são: a relativa facilidade de classificar os dados brasileiros de acordo com as premissas exigidas, a possibilidade de fazer comparações internacionais e a clareza dos pressupostos teóricos que corroboram a utilização do esquema. Nas duas próximas seções deste capítulo apresento o esquema neo-weberiano (Casmin) e sugiro algumas especificidades importantes para entender a estrutura de classes brasileira, que comparo com diversos outros países no Capítulo 5. Aproveito esta seção para delinear um pouco melhor a visão de Max Weber sobre a análise de classes, tal como aparece em alguns de seus textos.

Segundo Weber (1978, p. 302), "uma situação de classes se caracteriza pela probabilidade típica de obter bens, alcançar posições na vida, e encontrar satisfação própria", em outras palavras, membros de uma classe têm chances de vida semelhantes. Weber vai adiante e afirma que é o mercado que distribui as chances de vida de acordo com os recursos que os indivíduos possuem. Os recursos, por sua vez, podem variar de diversas maneiras. Além da distinção entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, há diferentes tipos de qualificações e ativos que os indivíduos possuem. O fato importante sobre todos esses ativos é o valor que têm no contexto do mercado econômico. Portanto, a situação de classe é identificada a uma situação de mercado.

Uma das conseqüências do reconhecimento de que há vários ativos que levam a retornos no mercado é a proliferação de possíveis classes, que Weber denomina "classes econômicas". Classes sociais seriam agregações de classes econômicas de acordo não apenas com as características de mercado, mas também com outros aspectos da sociedade. Weber destaca a importância da mobilidade social: "uma classe social é composta pela totalidade das posições de classe entre as quais a mobilidade individual e intergeracional é típica e fácil" (WEBER, 1978, p. 302). Com base nessas idéias, Weber sugere a existência de quatro classes sociais nas sociedades capitalistas: empreendedores e proprietários, pequena burguesia, empregados com credenciais (classe média) e empregados que possuem apenas sua força de trabalho (classe trabalhadora).

No texto *Classe, Status e Partido* Weber afirma que as classes não são o único aspecto da distribuição de poder nas sociedades. Numa definição clás-

sica, diz que o poder é "a probabilidade de um ator em uma relação social estar numa posição em que pode impor seu desejo a despeito de resistências" (WEBER, 1978, p. 53). Essas posições de distribuição do poder são definidas, principalmente, pelas características de classes, grupos de *status* e partidos que se encontram nas sociedades. A distinção entre esses três aspectos determina os diferentes tipos de recursos que cada um tem para influenciar a distribuição de chances de vida. Embora a participação em cada uma das três esferas possa se sobrepor, nenhuma delas pode ser reduzida à outra. A ação coletiva pode ter como base cada um desses três aspectos, mas a probabilidade de os grupos de *status* e os partidos serem usados como fontes de ação coletiva é maior do que a das classes. A consciência de classe, portanto, não é uma necessidade histórica, mas simplesmente uma contingência "ligada a condições culturais gerais [...] e ligada em particular à transparência das conexões entre causas e conseqüências da situação de classe" (WEBER, 1978, p. 928-932). A simples associação entre diferentes chances de vida e classes sociais não leva à ação de classe.

Na concepção de Weber, os padrões de mudança social não podem ser explicados pela evolução das relações de classe, como ocorre no materialismo histórico de Marx. Também não há nenhuma concepção de exploração de classe, ou seja, os benefícios de uma classe não são obtidos a partir de alguma forma de expropriação em relação à outra classe. De fato, na sociologia weberiana não existe a pressuposição de que as classes são a principal fonte de conflitos sociais na sociedade capitalista ou de que são bases necessárias para a ação coletiva. Para Weber, classes são formas de distribuição de poder no mercado que determinam desigualdade nas chances de vida. O mercado, no entanto, não é concebido como natural ou a-histórico, pelo contrário, é visto como uma forma de ação social que depende de outras formas de ação social como, por exemplo, certos tipos de ordem legal e estatal (WEBER, 1978, p. 930). Para entender como os mercados se constituem mostra-se fundamental estudar a histórica de suas evoluções, e não simplesmente as relações de classe. Weber dedicou grande parte de seus esforços intelectuais para entender a evolução das relações entre Estados, religiões e mercados em diversos contextos históricos, principalmente na cultura ocidental.

Essa breve exposição indica que a principal característica de um esquema de classes de inspiração weberiana seria a capacidade de ligar a posição de indivíduos em mercados capitalistas a desigualdades na distribuição das chances de vida. Isso não significa que pessoas vivendo uma mesma situação de classe não terão valores e atitudes semelhantes. Em uma concepção weberiana, portanto, o estudo das classes sociais pode explicar não apenas a variação nas chances de vida, mas também diversas formas de ação, comportamento, atitudes e valores. O fato que distingue a perspectiva weberiana, no entanto, é a idéia de que a posição que os indivíduos ocupam nos mercados capitalistas determina chances de vida diferenciadas.

Segundo Sorensen (1991, p. 72), classes são "conjuntos de posições estruturais. Relações sociais dentro de mercados, especialmente mercados de trabalho, e dentro de firmas definem estas posições. Posições de classe existem independentemente das pessoas que as ocupam. Elas são 'lugares vazios'". A questão para qualquer forma de análise de classe é como essas posições devem ser distinguidas. Seguindo a pressuposição geral de Sorensen (1991), fica claro, pelo que expus nesta seção, que uma teoria de inspiração weberiana deve ser capaz de explicar como relações em mercados e firmas estão ligadas à distribuição de chances de vida.

O ESQUEMA DE CLASSES NEO-WEBERIANO

Os escritos de Max Weber sobre classes são fragmentários e nada conclusivos. Classes são definidas pelos recursos e ativos que as pessoas trazem para o mercado e que levam a diferentes chances de vida. Tal concepção poderia ser implementada de diversas maneiras e todas poderiam reclamar a filiação weberiana sem que houvesse contradições em relação aos escritos de Weber. Não pretendo propor uma nova classificação de inspiração weberiana. Pelo contrário, adoto um esquema amplamente utilizado em pesquisas sobre estratificação e mobilidade social, reconhecido como neo-weberiano na literatura sociológica. No entanto, não me limito a utilizar esse esquema, na medida em que proponho ampliá-lo para dar conta de algumas especificidades relacionadas às classes trabalhadoras no Brasil.

As classes que uso neste livro correspondem à versão brasileira do esquema elaborado no projeto *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations* ("análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas"), mais conhecido como o esquema Casmin, conforme as

iniciais em inglês. O esquema, amplamente utilizado há mais de 20 anos, foi especialmente desenhado para analisar os padrões de mobilidade social seguindo a perspectiva weberiana das análises de classe. Nessa perspectiva, como indica o trabalho de Weber, cada classe pressupõe um tipo diferente de relação e de contrato de trabalho, situação que deve estar correlacionada a chances de vida diferenciadas.

As primeiras versões do esquema de classe Casmin foram elaboradas pelo sociólogo inglês John Goldthorpe (1987), especificamente para analisar a mobilidade social, a qual, segundo ele, é moldada por três fatores: a desejabilidade relativa das diferentes classes de destino; os recursos disponíveis aos indivíduos em cada classe de origem e que determinam o seu acesso a classes de destino mais desejáveis; e, finalmente, as barreiras aos movimentos entre as classes. De modo geral, enquanto os recursos à mobilidade são de três tipos (econômicos, culturais e sociais), as barreiras relacionam-se à necessidade de possuir os meios de produção ou educacionais e outras qualificações exigidas para o acesso a posições ocupacionais de uma determinada classe. Esse modelo do processo de mobilidade caracteriza-se especialmente pelas classes sociais compreendidas em termos de um espaço relacional de posições e contrastes, em vez de se situarem em uma escala hierárquica. Conseqüentemente, a mobilidade deveria ser imaginada como movimentos entre posições de classes, que ocupam localizações diferentes e que não estão necessariamente arrumadas em alguma ordem socioeconômica predeterminada. Nos estudos sobre a mobilidade, esta abordagem é conhecida como "perspectiva de estrutura de classes".

Para averiguar o processo de mobilidade, concebido de acordo com a perspectiva de estrutura de classes, o esquema Casmin é construído para "diferenciar posições dentro dos *mercados de trabalho* e das *unidades de produção* ou, mais especificamente, poder-se-ia dizer, para diferenciar tais posições nas *relações de emprego* que elas pressupõem" (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993, p. 37). São definidos cinco grandes tipos de relações de emprego e posições envolvendo empregadores, empregados e autônomos. O primeiro constitui uma *relação de serviço* (*service relationship*), desfrutada caracteristicamente por trabalhadores administrativos e profissionais com mais *status*, na qual os benefícios distribuídos aos empregados resultam da necessidade de os empregadores delegarem responsabilidades e estabelecerem relacionamentos de confiança

duradouros com este tipo de trabalhador. Por causa de seu conhecimento especializado ou do exercício da autoridade delegada, esses empregados não podem ser supervisionados diretamente. As classes de profissionais, administradores e gerentes (classes I e II apresentadas no Quadro 1, na próxima seção) caracterizam-se por uma relação de serviço ou por um tipo de contrato delegando ampla autonomia e autoridade aos empregados. Não é raro que pessoas dessas classes tenham inclusive participação nas ações das empresas ou sejam donas de seus escritórios (por exemplo, médicos e advogados). Quando trabalham em empresas geralmente têm planos de carreira bem definidos e expectativas de progressão funcional ao longo da vida.

Em contrapartida, há uma segunda relação de emprego caracterizada por um *contrato de trabalho restrito* (*stricto sensu*) entre empregadores e empregados, envolvendo uma troca muito específica de salários por serviços prestados. Esse tipo de contrato de trabalho restrito caracteriza a condição dos membros da classe trabalhadora. É nas classes de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (IIIb), trabalhadores qualificados (VI), trabalhadores não-qualificados (VIIa) e trabalhadores rurais (VIIb) que o contrato de trabalho restrito é tipicamente encontrado.

A terceira situação de emprego é a do trabalhador "por conta própria", que se baseia na autonomia e no controle dos meios de produção e das condições de trabalho. Esse tipo de relação de autonomia pode ser de vários graus e deve ser especificado empiricamente de acordo com o tipo de ocupação; isto é, a designação dos trabalhadores às classes segue uma combinação de situação de emprego e de ocupação. Por exemplo, um advogado autônomo é classificado na classe de profissionais (I), enquanto um comerciante autônomo sem empregados o é na classe de pequenos proprietários sem empregados (IVb). Embora, no esquema Casmin, os trabalhadores autônomos possam ser encontrados em diferentes posições, na classe IVb encontram-se apenas aqueles que exercem funções de comércio ou de pequena produção.

O quarto tipo de situação de emprego é o dos *empregadores*, que contratam e dependem do trabalho dos empregados. Em pesquisas por amostragem, que visam representatividade da população nacional, grupos numericamente muito pequenos na população do país, como é o caso dos grandes empregadores, não são adequadamente representados na amostra. Dessa forma, esse grupo fica praticamente invisível nos dados coletados, e a classe dos empregadores

no esquema Casmin engloba majoritariamente pequenos e médios empregadores. Estes, quando pertencem às áreas urbanas, são colocados na classe IVa, e os das áreas rurais, na IVc.

Finalmente, existe um quinto tipo de relação de emprego que poderia ser definido pelo caráter misto de seu contrato, que envolve características tanto de autonomia e autoridade (do tipo *service relationship*) quanto do *contrato de trabalho restrito* (*stricto sensu*). Os supervisores de trabalhadores manuais (classe V) e trabalhadores de rotina não-manual de nível alto (classe IIIa) encontram-se em tais posições de contrato misto. Os empregadores precisam delegar tarefas de supervisão a outros empregados e conceder um certo grau de liberdade a supervisores, técnicos e trabalhadores não-manuais qualificados. No entanto, os empregadores não precisam assumir compromissos de longo prazo, como os empregados que pertencem à classe dos profissionais e administradores. Portanto, os supervisores do trabalho podem ser substituídos sem grandes dificuldades. Além desses cinco tipos de relações de emprego, o esquema de classes Casmin faz uma distinção setorial útil entre posições de trabalho não-manuais, manuais e rurais.

A base das cinco distinções traçadas anteriormente é o problema que os empregadores enfrentam para assegurar que seus empregados atuem de forma mais eficiente para as empresas. Tal controle se dá por meio dos contratos de trabalho diferenciados, conforme descrição anterior. Essa diferenciação dos contratos depende, de acordo com Goldthorpe (2000, p. 213), do grau de "especificidade dos ativos" e de dificuldade de monitoramento de cada trabalho. Tarefas que exigem conhecimento especifico ou *expertise* têm alto grau de especificidade de ativos, ao passo que aquelas que requerem apenas conhecimento generalizado exibem baixo grau.

No primeiro caso, o empregado deve ser persuadido a investir em qualificações mesmo sabendo que podem não ser úteis em outras empresas ou ocupações. O empregador, por seu lado, também deve garantir que o empregado qualificado não abandonará a empresa. Quanto mais específica a qualificação (ou ativo), mais garantias o empregador deverá oferecer ao empregado, que gozará de maior autonomia. Além disso, o problema de dificuldade de monitoramento do trabalho surge quando o empregador não pode saber em que medida o empregado está agindo de acordo com os interesses da empresa. O trabalho nas classes caracterizadas por um contrato de trabalho restrito envolve, em geral, qualificações gerais (ativos não específicos) e grande possibilidade de monitoramento por parte do empregador. Em contraste, classes em que o empregador depende do conhecimento específico do empregado (ativos específicos) e encontra grande dificuldade de monitoramento são caracterizadas pelo contrato de trabalho delegando amplas responsabilidades e autonomia (*service relationship*). Para garantir que os empregados, nesta segunda situação, atuem de forma a maximizar os interesses da empresa são estabelecidas diversas formas de incentivo. Os incentivos servem para tornar os interesses de empregadores e empregados semelhantes, o que é alcançado com o estabelecimento de uma ligação direta entre o avanço dos objetivos da organização e o sucesso da carreira e do bem-estar dos empregados (GOLDTHORPE, 2000, p. 42). Os empregados recebem diversos estímulos para que persigam os objetivos da empresa e lutem pelos interesses desta.

Em contraste, quando os "ativos" (ou qualificações) não são específicos e não há dificuldade de monitoramento do trabalho, são estabelecidos contratos de trabalho restritos. Por um lado, os empregadores podem facilmente substituir empregados cujas qualificações são gerais, uma vez que há vários trabalhadores no mercado disponíveis. Por outro lado, o monitoramento é fácil, já que o tipo de trabalho desenvolvido pode ser facilmente observado e controlado pelo empregador. Conseqüentemente, este não precisa garantir relacionamento de longa duração com o empregado. Nesses casos, estabelecem-se os contratos de trabalho restritos.

A principal conseqüência do contrato que delega amplas responsabilidades (*service relationship*) consiste em retornos crescentes ao longo da carreira dos indivíduos, ao passo que o outro tipo de contrato, de trabalho restrito, não leva a tais resultados. Como já especifiquei, os trabalhadores das classes de profissionais e administradores (classe I) estabelecem contratos que levam a vantagens crescentes conforme a empresa avança. Em suma, os empregados altamente especializados gozam de planos de carreira bem definidos. Em contraste, os trabalhadores manuais não-qualificados (classe VIIa) estabelecem contratos caracterizados pela troca direta de tarefas por atividades, o que não leva a boas perspectivas de avanço ao longo da carreira. Classes intermediárias,

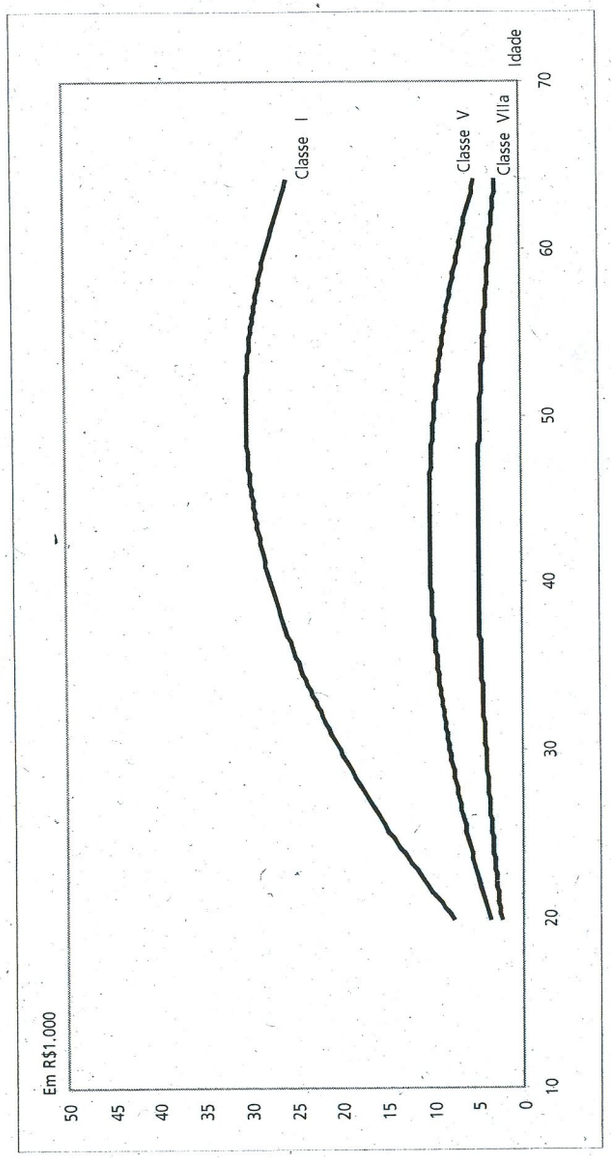


Gráfico 7 – Curva de rendimentos, por idade para profissionais e administradores de alto nível (classe I), técnicos e supervisores (classe V) e trabalhadores manuais não qualificados (classe VIIa) – 1996

como a de técnicos e supervisores (V), contariam com perspectiva de carreira um pouco melhor do que a dos trabalhadores manuais, mas não tão boa quanto a dos profissionais.

Essas pressuposições teóricas confirmam-se no caso dos dados brasileiros. O Gráfico 7 apresenta a renda média estimada de trabalhadores nas classes de profissionais e administradores (I), técnicos e supervisores (V) e trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) em diferentes idades. Os dados revelam de forma bastante clara que a perspectiva de crescimento da renda do trabalho ao longo da vida é bem acentuada para os profissionais (classe I), quase inexistente para os trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) e intermediária para os técnicos e supervisores (classe V). O gráfico mostra, portanto, que as pressuposições teóricas do esquema Casmin são válidas para o caso brasileiro, e que as classes sociais parecem realmente distinguir entre diferentes chances de vida, inclusive chances de progressão ao longo da carreira dos indivíduos em cada classe social.

PARTICULARIDADES DA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA

Seguindo as suposições teóricas gerais que definem a natureza das *relações de emprego* no esquema Casmin, a designação de indivíduos às classes segue três etapas. Primeiro, os respondentes são colocados em grupos ocupacionais de acordo com o tema de seus trabalhos; segundo, a eles é atribuída uma *situação de emprego* que reflete seus relacionamentos sociais no trabalho, a saber, empregador, autônomo, empregado ou supervisor. Finalmente, as classes sociais são obtidas ao se cruzarem os dados relevantes da classificação ocupacional com o de situação de emprego (STEINMANN; BRAUNS; HAUN, 1997). As posições de classes obtidas por meio desses procedimentos implicam também na distinção setorial entre trabalho não-manual, manual e rural.

Para classificar os dados brasileiros de acordo com as distinções entre os cinco tipos de relações de emprego, os procedimentos propostos por Steinmann, Brauns e Haun (1997) precisaram ser um pouco modificados. Isto é, para construir o esquema de categorias de classes Casmin para as quatro pesquisas

analisadas aqui, apliquei duas etapas preliminares. Primeiro, os códigos de ocupação brasileiros foram traduzidos para a codificação ocupacional Isco[37] de 1968. Essa tradução foi feita de maneira a não corromper o significado de alguns agrupamentos de ocupações artesanais e de agricultura de subsistência muito específicos, que são comumente encontrados no mercado de trabalho brasileiro e foram bem definidos por Silva (1988). É fundamental salientar que, tendo como base as pesquisas nacionais de 1973, 1982, 1988 e 1996 usadas neste trabalho, as particularidades do chamado "mercado de trabalho informal" são difíceis de mapear em qualquer classificação possível. Entretanto, fica claro que a maioria dos trabalhadores na pequena burguesia sem empregados (classe IVb) pertence a esse segmento.

A segunda etapa preliminar foi a definição de quatro *status* de trabalho: empregador, empregado, autônomo (conta-própria) e supervisor. Essa definição foi feita a partir do título das ocupações, tendo em vista que ele já inclui tais divisões. Os dados ingleses e os de outros países, utilizados no projeto Casmin, também continham a diferenciação de *status* de trabalho junto dos títulos ocupacionais,[38] em vez de utilizar uma variável separada, como ocorre em diversas pesquisas sobre emprego. Na etapa seguinte, os grupos ocupacionais recodificados e as *situações de emprego* foram combinados e geraram as 11 posições de classes apresentadas na segunda coluna do Quadro 1. Nesse processo, algumas especificidades dos dados foram incorporadas à versão brasileira do esquema Casmin, o que produz uma ligeira diferença entre o meu esquema de classes e aquele usado em outros países. Justamente por causa desse tipo de diferença alguns autores preferem, em pesquisas comparativas, usar o esquema de sete classes (na quarta coluna do Quadro 1), que faz algumas agregações com o objetivo de diminuir as diferenças entre países. Ao fazer análises comparativas, no Capítulo 5, lanço mão da versão com sete classes.

A versão brasileira da classe I (profissionais e administradores e gerentes de nível alto) exclui os grandes proprietários porque os dados não distinguem esses empregadores (com mais de 25 funcionários) dos pequenos, como exige o

37 *International Standard Classification of Occupations*, "padrão internacional de classificação de ocupações" do International Labor Office (ILO).

38 Em comunicação pessoal, o professor Hiroshi Ishida, que fez parte do projeto Casmin, forneceu-me tal informação.

procedimento do Casmin. Como conseqüência, a versão brasileira das classes I (profissionais e administradores) e IVa ("pequenos" proprietários com empregados) difere de outras versões porque todos os empregadores são incluídos na classe IVa. Justifica-se esse procedimento porque a probabilidade de os grandes empregadores serem incluídos em pesquisas como as usadas neste livro é muito baixa. Outra diferença reside no fato de a classe dos pequenos proprietários rurais (IVc), no caso dos dados brasileiros, incluir apenas os proprietários empregadores, ou seja, a classe IVc da versão brasileira é, na verdade, constituída por proprietários rurais com empregados em vez de proprietários rurais que trabalham por conta própria. Como o conjunto de dados de 1973 não distingue os proprietários rurais que trabalham por conta própria dos trabalhadores rurais, esta última classe (VIIb) engloba os dois grupos. No caso brasileiro, esse procedimento é justificável porque os proprietários rurais que trabalham por conta própria são, na verdade, agricultores que vivem da produção de subsistência em condições socioeconômicas comparáveis àquelas dos empregados rurais. Quanto ao resto do esquema de classes, a versão brasileira segue todos os outros procedimentos definidos por Steinmann; Brauns e Haun (1997).

Segundo Breen e Whelan (1996, p. 20): "esses procedimentos colocam juntas, dentro de uma mesma categoria de classe, aquelas posições cujos membros são tipicamente comparáveis em termos de suas fontes e níveis de rendimento, seus graus de segurança econômica, suas oportunidades de avanço econômico e seus graus de autonomia ao desempenhar tarefas de trabalho". Embora, em relação a essas características, as posições em cada classe sejam comparáveis, o esquema não é desenhado de acordo com uma ordem hierárquica explícita, ainda que implicitamente esse ordenamento socioeconômico ocorra. Isso não significa, como mostrarei nas seções seguintes deste capítulo, que a distribuição de oportunidades de vida – como averiguadas por meio de outras variáveis como a renda, o padrão de consumo, etc. – segue a mesma ordem hierárquica. Por exemplo, apesar de a classe dos técnicos e supervisores de trabalho manual (V) estar em uma posição mais baixa de *status* socioeconômico que a dos trabalhadores manuais de nível baixo (IIIb) e a dos pequenos proprietários sem empregados (IVb), ela dispõe, em média, de níveis de renda consideravelmente mais elevados. Mais adiante abordarei a distribuição das oportunidades de vida entre as posições de classe. Na terceira coluna do quadro 1 a seguir apresento a versão do esquema com 11 classes descrita anteriormente.

Quadro 1: Esquema de classes e suas subdivisões

Esquema com 10 estratos (cap. 4)		Esquema expandido (16 classes)		Esquema CASMIN 11 classes		Esquema CASMIN 7 classes	
I	Prof e Adm, nível alto	I	Prof e Adm, nível alto	I	Prof e Adm, nível alto	I+II	Profissionais e Administradores
II	Prof e Adm, nível baixo	II	Prof e Adm, nível baixo	II	Prof e Adm, nível baixo		
IIIa	Não-man. Rot, nível alto	IIIa	Não-man. Rot, nível alto	IIIa	Não-man. Rot, nível alto	IIII	Trabalhadores de Rotina Não-manual
IIIb	Não-man. Rot., nível baixo	IIIb	Não-man. Rot., nível baixo	IIIb	Não-man. Rot., nível baixo		
IVab	"Peq. Burguesia" (Peq. Prop.)	IVa	Pequenos Propriet., empregadores	IVa	Peq. Prop., empregadores	IVab	"Pequena Burguesia" (Peq. Proprietários)
		IVb	Pequenos Propriet., sem empregados	IVb	Peq. Propriet., sem empreg.		
V-VIa-VIIa2	Trab. Man. Ind. Moderna	V	Técnicos e superv. do Trab. Manual	V	Téc. e sup. do Trab. Man.	V+VI	Trab. M. Quali, Tec, e sup.
		VIa	Trabalhadores Manuais Qualif., Ind. Moderna	VI	Trab. Manuais Qualif.		
VIb-VIIa1	Trab. Man. Ind. Tradicional	VIb	Trabalhadores Manuais Qualif., Ind. Tradicional				
		VIc	Trabalhadores Manuais Qualif., Serviços				
VIc-VIIa4	Trab. Man. Set. Serviços	VIIa2	Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ind. Mod.	VIIa	Trab. Manuais Não-qualif.	VIIa	Trabalhadores Manuais Não-qualif.
		VIIa1	Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ind. Trad.				
		VIIa4	Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ambulantes				
VIIa3	Trabalhadores Manuais Não-qualif. Serv Domest.	VIIa3	Trabalhadores Manuais Não-qualif., Serv Domest.				
IVc-VIIb	Classes Rurais	IVc1	Peq. Prop. rurais, com empreg.	IVc1	Peq. Prop. Rur., com emp.	IVc1	Peq. Prop. rurais, c/ emp.
		VIIb	Trab. Manuais rurais	VIIb	Trab. Manuais rurais	VIIb	Trab. Manuais rurais

Além da versão com 11 classes, utilizarei neste livro uma versão expandida com 16 classes (na coluna 2 do quadro anterior), uma versão com dez classes elaborada especialmente para analisar a mobilidade social das mulheres (na coluna 1 do quadro anterior) e a versão com sete classes utilizada em diversos estudos comparativos de mobilidade social (na coluna 4 da quadro anterior). Apesar de a versão com sete classes ter sido amplamente utilizada em pesquisas comparativas internacionais (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993; BREEN, 2005), há muitas críticas no sentido de que agregar posições ocupacionais que são bastante distintas em termos de condições de vida e, até mesmo, chances de mobilidade seria uma simplificação excessiva.[39] De qualquer forma, em análises comparativas entre países é comum esse tipo de agregação, tendo em vista que não é possível classificar todos os diferentes bancos de dados de forma detalhada. Além disso, pesquisas por amostra incluindo poucos casos não permitem a construção de tabelas de mobilidade com muitas categorias, porque tais tabelas acabam por conter muitas células com zero, o que impossibilita a análise estatística rigorosa. Caso contrário, seria interessante utilizar mais categorias de classe se houvesse distinções sociologicamente relevantes e estatisticamente significativas.

Os bancos de dados brasileiros (as PNADs) são enormes e permitem o aumento do número de categorias de classe sem que haja tal problema de células vazias nas tabelas de mobilidade. Resta saber se o aumento do número de categorias é interessante do ponto de vista das análises empíricas e dos argumentos substantivos.

No primeiro estudo sobre mobilidade social representativo de toda a sociedade brasileira, Pastore (1981) utilizou um esquema com seis grupos de *status*, hierarquizados entre o *status* inferior-inferior e a elite. No entanto, em cada um dos seis grupos existe uma enorme heterogeneidade, conseqüência da agregação excessiva. Essa diversidade interna a cada classe deixa invisível uma grande parte da mobilidade social que ocorreu no Brasil. Com o objetivo de reproduzir as análises de Pastore (1981), Silva e Pastore (2000) utilizaram o mesmo esquema com seis estratos para comparar os dados de 1973 e 1996. Silva re-

39 Para crítica, ver o trabalho de Hout e Hauser (1992).

conhece que isso limita análises mais detalhadas.[40] Com o objetivo de transpor tal restrição, o pesquisador (SILVA, 1988) propôs 18 grupos ocupacionais que são mais homogêneos internamente em termos de *status* socioocupacional. Este esquema, no entanto, nunca foi diretamente analisado, uma vez que todos os estudos que o utilizam agregam estratos com o objetivo de tornar a análise da tabela de mobilidade mais palatável (SCALON, 1999; SILVA, 2004).

De acordo com Scalon (1999), que utilizou métodos desenvolvidos por Goodman (1981), é possível agregar as 18 categorias ocupacionais propostas por Silva (1988) sem perder poder analítico no que diz respeito tanto a níveis de renda e educação específicos quanto a padrões de mobilidade. No entanto, ao final das análises supracitadas, Scalon sugere que a agregação deve ser decidida com base em pressupostos teóricos e práticos. Do ponto de vista prático, a socióloga necessitava de número reduzido de classes para estimar os modelos topológicos sem que a tarefa se tornasse excessivamente complexa. Por motivos semelhantes, Silva (2004) também analisa a mobilidade intergeracional a partir de uma agregação dos 18 estratos em 8 grupos.

Do ponto de vista teórico, tanto Silva (1988) quanto Scalon (1999) seguem a perspectiva neo-weberiana, predominante nos estudos de mobilidade social internacionais (HOUT, 2003b). Nesse sentido, Ribeiro (2003) e Ribeiro e Scalon (2001) dão um passo adiante ao utilizar o esquema de classes Casmin proposto por Goldthorpe e Erickson (1993), sociólogos que inicialmente desenvolveram a perspectiva neo-weberiana. Esse passo adiante, no entanto, trouxe algumas limitações. Por um lado, o uso do esquema Casmin permite comparações internacionais e por isso é vantajoso em relação aos anteriormente utilizados. Por outro lado, esse esquema, desenhado para a análise da mobilidade social em sociedades de industrialização avançada, faz muitas distinções entre as classes médias de trabalho não-manual e poucas distinções entre as de trabalhadores manuais, tornando-se, assim, inadequado para o estudo pormenorizado da mobilidade no Brasil, onde existem muitas diferenciações importantes entre trabalhadores manuais. Nesse sentido, o esquema

40 Nelson do Valle Silva me incentivou a utilizar maior número de categorias para analisar a mobilidade social no Brasil. No Capítulo 3 procuro mostrar como o emprego do esquema com 16 classes melhora o entendimento sobre a mobilidade social no Brasil.

de Silva (1988) apresenta vantagens em relação ao Casmin justamente por fazer diversas distinções significativas entre diferentes tipos de trabalho manual. Distingue, por exemplo, a indústria moderna da tradicional, os trabalhadores ambulantes daqueles de serviços gerais. Tais separações parecem ser extremamente importantes na economia brasileira, que se modernizou sem acabar por completo com formas tradicionais de emprego.

Com o objetivo de preservar a capacidade comparativa do esquema de classes Casmin e, ao mesmo tempo, não perder a especificidade de certos grupos ocupacionais típicos da sociedade brasileira, cruzei o esquema Casmin de 11 classes com o de 18 classes de Silva (1988).[41] A primeira coisa que esse cruzamento revela é que os dois esquemas são muito parecidos. Isso não surpreende, já que ambos partem dos mesmos princípios teóricos e utilizam os mesmos bancos de dados. Além disso, o cruzamento revela que as classes VI e VIIa (trabalhadores manuais qualificados e não-qualificados) do esquema Casmin podem ser subdivididas de acordo com diferenciações do esquema de Silva (1988) relativas ao tipo de indústria (tradicional ou moderna) e ao tipo de trabalho no setor de serviços (serviços gerais, domésticos e ambulantes). Tais subdivisões levam a um esquema com 16 classes (na segunda coluna do Quadro 1). Não é apenas o fato de proporcionar descrições detalhadas que justifica o uso desse esquema expandido, mas sobretudo a consideração de algumas interpretações importantes sobre o processo de industrialização da sociedade brasileira.

Os economistas José Serra e Maria da Conceição Tavares (1971), por exemplo, afirmam que o processo de industrialização no Brasil não foi capaz de eliminar a indústria tradicional, que é encontrada, por exemplo, em certos processos produtivos na área de alimentação ou confecção de roupas, bem como na oferta de serviços tradicionais (como serviços domésticos, empregadas domésticas, etc.). Paralelamente, segundo os mesmos autores, há o surgimento de indústrias modernas caracterizadas, de um lado, por processos produtivos utilizando tecnologia avançada (por exemplo, indústria metalúrgica, de automóveis e mais recentemente de informática) e, de outro lado, por serviços especializados baseados em domínio de conhecimentos modernos (por

41 Ver em Ribeiro (2003, anexo 2) uma tabela com o cruzamento do esquema Casmin com o de 18 categorias de Nelson do Valle Silva (1988).

exemplo, serviços bancários e contábeis, atividades de escritório, profissionais e administrativas). Portanto, o processo de industrialização no Brasil se deu de tal forma que setores tradicionais e modernos permanecem presentes nas atividades produtivas da sociedade. Por exemplo, os trabalhadores qualificados na indústria moderna diferenciaram-se enormemente em termos de chances de vida do mesmo tipo de trabalhador na indústria tradicional. Há, inclusive, localizações geográficas bastante distintas, já que a indústria moderna (como a metalúrgica) concentra-se em certas áreas do Sudeste, ao passo que a tradicional encontra-se em outras regiões do país. Em suma, a idéia de que há setores tradicionais e modernos no mercado de trabalho brasileiro implica não apenas em uma diferenciação quanto às relações de trabalho, como previsto no esquema Casmin, mas também em relação à hierarquia de chances de vida, inclusive de mobilidade, entre os estratos ocupacionais obtidos na classificação ampliada incluindo 16 categorias.

A perspectiva hierárquica é sugerida por Silva (1988). Portanto, a classificação obtida a partir do cruzamento entre os estratos de Silva e as 11 classes Casmin leva a uma divisão das classes de trabalhadores manuais qualificados (VI) entre indústria moderna (VIa), indústria de serviços (VIc) e indústria tradicional (VIb). Tendo em vista que o trabalho no setor moderno envolve mais tecnologia; no setor de serviços, mais capacitação para relações sociais; e no setor tradicional, menos tecnologia e capacitação, haveria uma ordem hierárquica em termos de chances de vida. Segundo tal ordenamento, VIa é superior a VIc, que, por sua vez, está acima de VIb. A divisão da classe de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) segue lógica hierárquica semelhante: aqueles na indústria moderna (VIIa2) estariam em posição superior aos ambulantes (VIIa4), em seguida viriam os empregados nos serviços domésticos (VIIa3) e, ao final, os não-qualificados na indústria tradicional (VIIa1). A subdivisão das duas classes trabalhadoras (VI e VIIa) leva à formulação do esquema com 16 categorias apresentado na segunda coluna do Quadro 1. Outras subdivisões seriam possíveis, mas não poderiam ser utilizadas em análises de mobilidade social baseadas em tabelas de mobilidade. As tabelas cruzando classes de origem (definidas pela ocupação do pai) e de destino (definidas pela ocupação dos respondentes) tornam-se muito esparsas quando se utilizam mais do que 16 categorias de classe. Uma tabela com 16 categorias de origem e 16 de destino contém 256 células, o que aumenta a probabilidade de zeros. O emprego de

tabelas esparsas torna a estatística qui-quadrado, utilizada para testar diversos modelos, indeterminada, ou seja, os testes passam a ser ineficientes para determinar quais modelos ajustam-se melhor aos dados. Devido a essa limitação técnica, decidi utilizar a classificação com 16 classes nas análises mais detalhadas deste livro. Esmiuçar tabelas com mais de 16 categorias aumentaria a possibilidade de erros estatísticos e comprometeria as interpretações sociológicas sobre o processo de mobilidade no Brasil.

No entanto, como as pesquisas anteriores sobre mobilidade social no Brasil utilizaram esquemas com seis estratos (PASTORE, 1981; PASTORE; SILVA, 2000), oito (SILVA, 2004), nove (SCALON, 1999), onze (RIBEIRO, 2003) e sete estratos (RIBEIRO; SCALON, 2001), o presente estudo, baseado na análise de tabelas com 16 classes de origem e de destino, é o mais detalhado sobre os padrões de mobilidade intergeracional desenvolvido até o presente. Tal detalhamento não é apenas um preciosismo, mas realmente possibilita a análise de aspectos fundamentais do processo de mobilidade negligenciados ou insatisfatoriamente analisados anteriormente. O uso de mais categorias de classe permite observar inúmeros movimentos entre classes que ficam invisíveis quando são utilizadas poucas categorias. Ou seja, o que é visto como imobilidade num estudo com seis categorias pode ser, na realidade, mobilidade entre grupos muito distintos do ponto de vista das condições de vida usufruídas. O emprego de esquemas muito agregados obriga o pesquisador a juntar grupos ocupacionais bastante distintos. O uso de categorias adicionais permite observar com mais detalhe a heterogeneidade existente no sistema de estratificação da sociedade. Conseqüentemente, a descrição da mobilidade ascendente e descendente torna-se mais precisa e informativa.

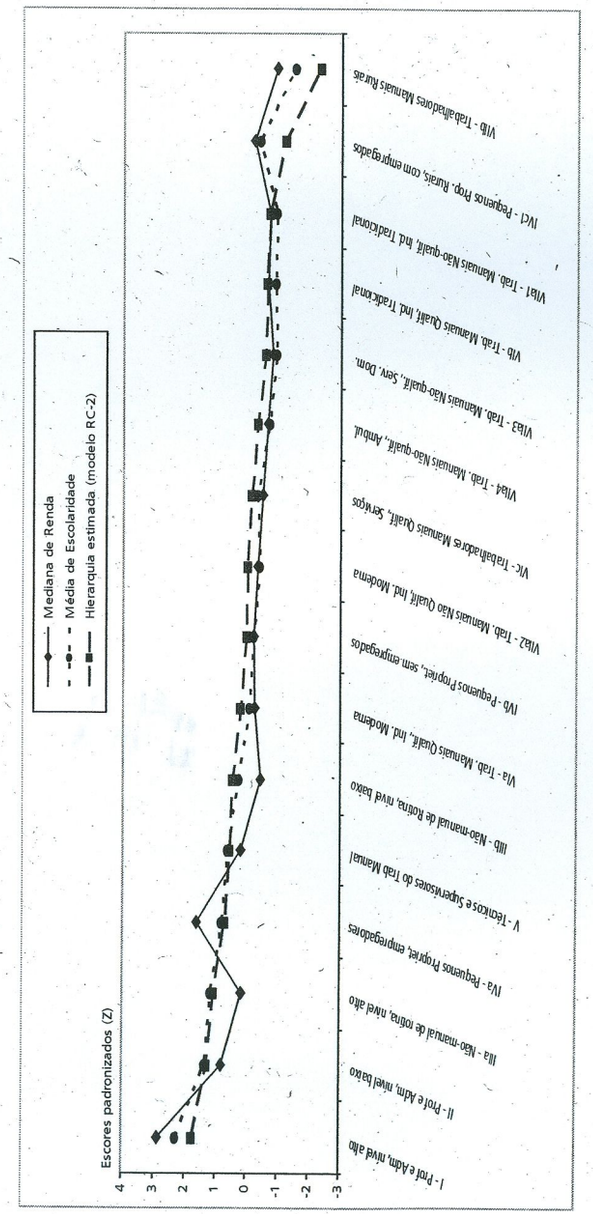
Além disso, o uso de um maior número de estratos ocupacionais permite estimar e ajustar modelos log-lineares que testem diretamente o aspecto hierárquico e vertical da mobilidade social. Os estudos anteriores limitaram-se a delinear algumas barreiras à mobilidade social, por meio de parâmetros que separam certos grupos de classe, mas não foram capazes de considerar todos os estratos hierarquizados em uma única escala. Segundo diversos autores, o aspecto hierárquico entre as classes é fundamental no processo de mobilidade intergeracional, uma vez que a distância entre as classes, em termos de condições de vida e *status* socioeconômico, seria a principal característica, aumentando ou diminuindo as chances de mobilidade social (HOUT; HAUSER,

1992; GANZEBOOM et al., 1989; BREEN, 1996; DUNCAN, 1979). Em suma, a utilização de mais classes permite observar mais mobilidade social ascendente e descendente que seja sociologicamente significativa e possibilita analisar verdadeiramente o aspecto hierárquico desse processo.

Para testar a hipótese de que as 16 classes apresentadas na coluna 2 do Quadro 1 estão hierarquicamente ordenadas utilizei duas metodologias. Primeiro, estimei dois modelos de análise de variância (Anova), com os dados da PNAD 1996, tendo como variável independente os 16 estratos de classe e como dependentes a renda de todos os trabalhos e os anos completos de educação.[42] Segundo esses modelos, os grupos ocupacionais explicam 25% da variação na renda e 45% da variação nos anos de educação completos, e revelam uma clara ordem hierárquica entre os estratos (apresentada no Gráfico 8, a seguir). A segunda metodologia está diretamente ligada às analises de mobilidade que implemento no Capítulo 3. Ou seja, estimei o modelo log-linear RC-II, proposto por Goodman (1979), que calcula uma ordem hierárquica latente a qual governa o processo de mobilidade intergeracional. Esse modelo foi ajustado simultaneamente às quatro tabelas de mobilidade intergeracional com 16 classes de origem e destino nos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, ou seja, o modelo foi ajustado a uma tabela cruzando 16 classes de origem por 16 de destino por quatro anos. Caso o modelo se ajuste a esses dados, então pode-se concluir que há um claro aspecto hierárquico determinando a mobilidade entre os 16 estratos ocupacionais de origem e destino. De fato, o modelo ajusta-se bem aos dados (esse é o modelo 3 da Tabela 8 do Capítulo 3) e os valores estimados para hierarquizar as 16 classes representam a verticalidade da mobilidade social, ou seja, designam as distâncias entre as classes em termos de chances de mobilidade ascendente – quanto mais distantes as classes, mais difícil a mobilidade entre elas. Com o objetivo de comparar as escalas de renda, anos de educação e mobilidade (escores do modelo RC-II), converti todas para uma única métrica (escores Z) com média igual a zero e desvio padrão igual a um. Esses escores padronizados são apresentados no Gráfico 8, a seguir.

42 Também estimei esses mesmos modelos para 1982 e 1988 e apenas para anos de educação utilizando os dados de 1973 (não há variável contínua para renda no banco de dados). Todos os modelos de Anova são significativos e levam aos mesmos resultados apresentados neste capítulo para 1996.

Gráfico 8 – Hierarquia das 16 classes sociais (escores estimados pelo modelo RCII, anos de educação e renda do trabalho mensal – Brasil, 1996



O Gráfico 8 ordena as classes de acordo com a hierarquia dos valores estimados para cada uma delas segundo o modelo RC-II. As outras duas escalas seguem ordem muito semelhante à sugerida por esse modelo. Uma única inconsistência aparece na renda média, que, tomada como critério de hierarquização, colocaria a classe IVa (pequenos proprietários empregadores) logo abaixo da classe I. Essa inconsistência não compromete a análise, mas revela que há provavelmente heterogeneidade interna à classe IVa. Como destaquei anteriormente, essa heterogeneidade deve-se à impossibilidade de separar grandes de pequenos empregadores, o que leva à classificação de ambos na referida classe.[43] No entanto, como o número de grandes empregadores é pequeno na sociedade, sua inclusão na classe IVa não interfere no resultado.

Na realidade, a hierarquia que emerge dessas análises, resumidas no Gráfico 8, é substantivamente consistente e comprova algumas hipóteses levantadas anteriormente. No topo da hierarquia estão os profissionais e administradores (classes I e II), que realmente são a elite socioocupacional. Em seguida, vêm os trabalhadores de rotina não-manual de alto nível (classe IIIa), grupo composto por todos os trabalhadores administrativos que não possuem o nível de qualificação e responsabilidade dos profissionais. Os pequenos proprietários com empregados (IVa), que vêm em seguida, também são um grupo privilegiado em termos de condições de vida e trabalho. Em seguida, aparecem os técnicos e supervisores do trabalho manual (classe V), que, embora classificados como trabalhadores manuais, são relativamente qualificados, exercem função de supervisão em vários setores produtivos e constituem, portanto, a elite da classe trabalhadora. Os trabalhadores de rotina não-manual de nível baixo (classe IIIb), principalmente pessoal de vendas, encontram-se logo acima dos trabalhadores qualificados na indústria moderna (VIa), que também podem ser considerados como uma elite da classe trabalhadora. Abaixo deles vêm os pequenos proprietários sem empregados (IVb), classe composta por donos de pequenos negócios nos setores formal e informal. Os trabalhadores manuais não-qualificados na indústria moderna (VIIa2), como sugerido pela literatura, encontram-se em posição relativamente alta justamente por estarem no setor moderno da economia. Os trabalhadores manuais não-qualificados

43 De fato, é na classe IVa que se observa o maior desvio padrão em termos de renda (2,6), o que indica alta heterogeneidade de renda.

ambulantes (VIIa4) e nos serviços domésticos (VIIa3) estão em posição ligeiramente superior aos trabalhadores manuais qualificados (VIb) e não-qualificados (VIIa1) na indústria tradicional. Como se nota, na área de trabalho manual, empregados nos setores moderno e tradicional ocupam posições hierárquicas opostas. Esse ordenamento dentro da classe trabalhadora ficava completamente invisível em todos os estudos anteriores sobre mobilidade que utilizavam um número menor de classes sociais. A classe de pequenos proprietários rurais (IVc) encontra-se logo acima da de trabalhadores rurais (VIIb) na escala de mobilidade, o que expressa uma afinidade em termos de mobilidade entre esses dois grupos. No entanto, em termos de renda média e anos de educação, a classe IVc aproxima-se dos grupos de trabalhadores urbanos com *status* socioocupacional mais baixo. Isso não é um problema nas análises de mobilidade, porque a metodologia utilizada para calcular a mobilidade vertical leva em conta essa diferenciação, considerando mobilidade de curta distância aquela entre a classe IVc e as classes trabalhadoras urbanas, e de média distância aquela entre a classe VIIb e as mesmas classes urbanas. Como mostrarei nos próximos capítulos, a utilização dessa ordem hierárquica entre as classes traz grandes vantagens na análise de mobilidade social no Brasil.

Os esquemas com dez classes (primeira coluna do Quadro 1) e com sete classes (quarta coluna do mesmo quadro são obtidos a partir da agregação de algumas das 16 classes apresentadas anteriormente. Explicarei a lógica de agregação dessas duas versões quando forem utilizadas, respectivamente nos Capítulos 4 e 5.

CHANCES DE VIDA E CLASSES SOCIAIS

Em esquemas de inspiração weberiana, as classes sociais são relevantes na medida em que se relacionam a diferentes chances de vida, inclusive de mobilidade social. O conceito de chances de vida foi definido por Anthony Giddens (1973, p. 130) como "as oportunidades que os indivíduos possuem de compartilhar os 'bens' culturais ou econômicos socialmente produzidos que existem em uma determinada sociedade". Ou seja, as chances de vida são as chances que as pessoas têm de acesso a bens valorizados. É óbvio que esses "bens" não são distribuídos eqüitativamente entre todos os indivíduos ou fa-

mílias. Isso significa que em qualquer sociedade há desigualdade na distribuição das chances de vida.

Ao longo dos anos, a provisão de determinado "bem", por exemplo vagas na escola primária, pode aumentar enormemente. Observar apenas esse fato equivale a fazer um balanço da distribuição agregada de um determinado bem. No entanto, se se compara a distribuição desse bem entre grupos sociais, descreve-se uma forma de desigualdade entre os grupos. Isso significa que as chances de vida da população podem melhorar de um ponto de vista agregado, na medida em que há mais oportunidades disponíveis, e que a desigualdade de chances de vida entre classes também pode se modificar, ou não, ao longo do tempo.

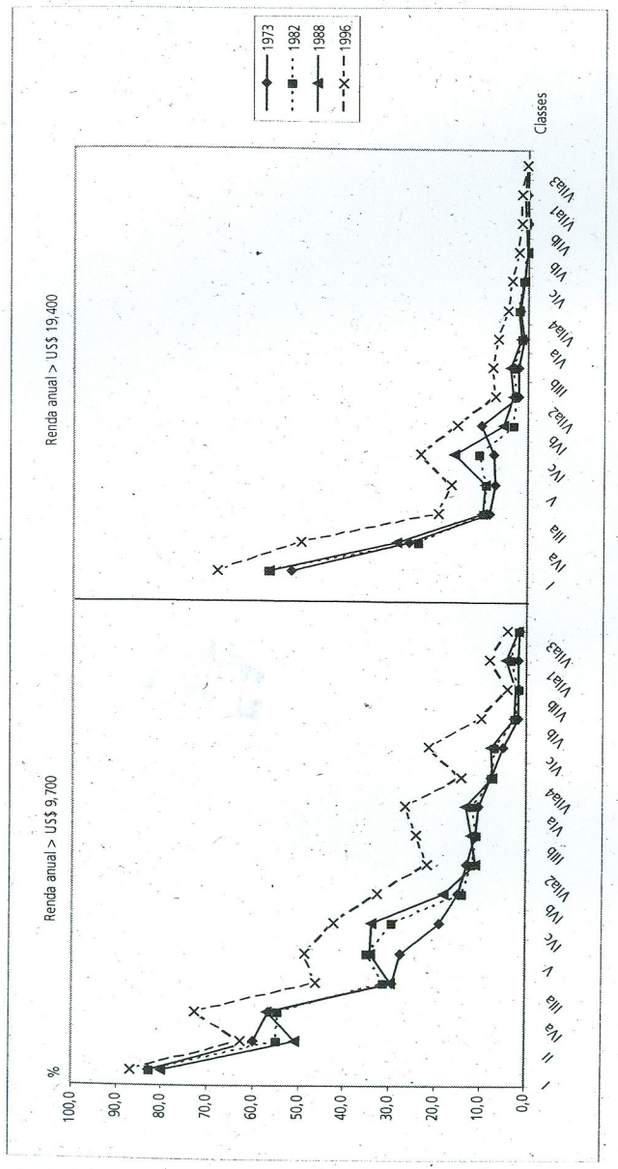
De fato, as chances de vida variam significativamente de acordo com as 16 classes sociais mencionadas anteriormente. Dessa forma, ao descrever a variação agregada das chances de vida das famílias brasileiras entre 1973 e 1996, procuro ao mesmo tempo verificar se as distâncias entre classes se mantêm ou se modificam. As condições de vida do conjunto da população parecem ter melhorado nesse período, mas as desigualdades de condições de vida e a média das chances de vida parecem ter permanecido inalteradas. Para descrever a variação temporal e a desigualdade utilizo quatro variáveis: renda familiar, nível educacional, privação de bens básicos e privação de serviços domiciliares básicos. Renda familiar e nível educacional constituem variáveis que indicam os recursos disponíveis. Já a privação de serviços domiciliares e de bens básicos apontam os padrões básicos de consumo desses itens. O conjunto das quatro variáveis mostra a condição ou qualidade de vida dos membros de cada classe.[44]

Classe Social e Recursos Econômicos

Para uma descrição da relação entre chances de vida e classe social, o ponto de partida óbvio é o exame das variações nos níveis de renda. O Gráfico 9 mostra o porcentual de homens com renda familiar anual superior a 9.700 dólares e a 19.400 dólares, segundo posição de classe, em 1973, 1982, 1988 e

44 Para discussões e análises sobre padrão e qualidade de vida, ver Albuquerque e Villela (1993).

Gráfico 9 – Participação de homens entre 25 e 64 anos com renda anual maior do que US$ 9.700 e US$ 19.400, segundo classe social (16 categorias) – Brasil, 1973-1996



Nota: Os cálculos foram feitos de acordo com o "Consumer Price Index, Federal Reserve Bank of Mineapolis"; e a taxa de câmbio do dólar do Banco Central do Brasil. O valor de US$ 9.700 (em valores de 2000) é equivalente a US$ 2.500 em 1973; US$ 5.425 em 1982; US$ 6.650 em 1988; e US$ 8.825 em 1996. A taxa de câmbio entre o dólar (US) e a moeda brasileira (BR) era: 1 US = 6,32 BR em 1973; 1 US = 155,3 BR em 1982; 1 US = 267,5 em 1988; e 0,98 US = 1 BR em 1996.

1996. Esses dois limites mínimos de renda foram selecionados porque equivaliam a 2.500 dólares e a 5.000 dólares em 1973. Como a PNAD desse ano não incluiu uma variável contínua para a renda, não é possível analisar a variação média desse item ou realizar qualquer outro tipo de análise de renda.

A renda familiar varia sistematicamente de acordo com a posição de classe. As classes de profissionais e administradores (classes I e II) têm os mais altos porcentuais de pessoas com renda elevada. As classes I e II têm duas vezes mais trabalhadores com rendas elevadas do que qualquer outra – exceto a dos empregadores urbanos (IVa). Os técnicos e os supervisores do trabalho manual (V), que compõem a elite da classe trabalhadora manual, contam com mais pessoas com renda elevada do que as classes não-manuais, tais como a dos "pequenos" proprietários sem empregados (classe IVb) e a dos trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb). Entre as classes rurais, a que é formada pelos empregadores rurais de médio porte (IVc) possui mais de 10% de seus membros com renda relativamente elevada, ao passo que as classes não-manuais e manuais exibem baixa proporção de pessoas com renda acima dos cortes definidos. Por exemplo, o porcentual de empregadores rurais com renda anual acima de 9.700 dólares é mais alto do que o de trabalhadores qualificados e não-qualificados urbanos (classes VIa, VIb, VIc, VIIa1, VIIa2, VIIa3 e VIIa4), de "pequenos" proprietários sem empregados (classe IVb) e de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb). Em compensação, as classes de trabalhadores rurais (VIIb), trabalhadores qualificados e não-qualificados na indústria tradicional (VIb e VIIa1) e trabalhadores não-qualificados nos serviços domésticos (VIIa3) praticamente não têm pessoas com renda anual superior a 9.700 dólares.

Além dessas indicações, o gráfico mostra que os níveis de desigualdade entre as classes sociais permaneceram constantes e altos nos quatro anos pesquisados. Como conseqüência do Plano Real, que colocou o real e o dólar em paridade entre 1994 e 1998, os porcentuais de pessoas em cada classe com renda acima dos pontos de corte em 1996 são mais elevados do que nos outros anos. A distribuição de renda, no entanto, não se modificou, uma vez que as distâncias relativas entre as classes não mudaram. Esse fato aponta o que diversos estudiosos já confirmaram: a desigualdade de renda permaneceu praticamente inalterada ao longo das décadas de 1970 e 1980 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Também fica claro no gráfico, e que os

estudiosos anteriores não ressaltaram, que essa desigualdade de renda está fortemente associada à estrutura ocupacional da sociedade brasileira. Como sugeri no início deste capítulo, uma teoria estrutural das desigualdades deveria observar não apenas a distribuição de renda, mas também a estrutura de classes que determina em parte as iniqüidades nessa distribuição. Na realidade, alguns estudos importantes mostram a relevância de desenvolver análises de classe para entender a desigualdade de renda no Brasil (SANTOS, 2000).

Outra informação que pode ser apreendida a partir da observação do Gráfico 9, principalmente com relação ao corte de 9.700 dólares, é o padrão da distribuição de renda. Ou seja, além de revelar a presença da desigualdade de renda, o gráfico destaca o padrão dessa desigualdade entre as classes sociais. Esse padrão não se caracteriza apenas pela existência de um pequeno grupo no topo e um grande grupo na base da distribuição de renda. Pelo contrário, há diversas classes em situações intermediárias, o que significa que o padrão não pode ser resumido à idéia de que há forte concentração no topo, porque na realidade a desigualdade se dá entre os diversos grupos de classe. É verdade que os profissionais, administradores e proprietários empregadores (I, II, e IVa) estão claramente no topo e que trabalhadores do campo, do setor tradicional e dos serviços domésticos (VIIb, VIb, VIIa1, e VIIa3) encontram-se na base da distribuição de renda. Mas há também algumas classes em situações intermediárias – por exemplo, os técnicos e supervisores (V), os trabalhadores não-manuais de rotina (IIIa) e os trabalhadores manuais qualificados na indústria moderna (VIa e VIIa2).

Em importante estudo, Torche (2004, 2005) argumenta que a relação entre desigualdades de oportunidades, tal como apreendida nas taxas relativas de mobilidade ou fluidez social, está fortemente associada antes ao padrão de desigualdade de renda do que aos níveis desse tipo de desigualdade, como sugerem Goldthorpe e Erickson (1993). No Chile, país estudado por Torche (2005), embora a desigualdade de renda seja muito alta, o padrão é caracterizado pela concentração no topo e pouca desigualdade abaixo. Isso implica em altas taxas de desigualdade de oportunidades entre a elite e as outras classes e pouca desigualdade entre estas últimas. No Brasil, o padrão de desigualdade de renda é ligeiramente diferente, na medida em que há altos níveis de desigualdade não apenas entre a elite e os outros grupos, mas também entre os grupos abaixo da elite. No último capítulo deste livro, analiso comparativamente o

padrão de desigualdade de oportunidades no Brasil e discuto em mais detalhe a relevância da hipótese de Torche para o caso brasileiro.

Por ora, é importante destacar que não há mudança entre 1973 e 1996 nos níveis de desigualdade de renda entre as classes sociais no Brasil, embora entre 1988 e 1996 tenha aumentado o porcentual de pessoas com renda relativamente elevada em cada classe. Esse aumento é certamente uma conseqüência do Plano Real, fato já reconhecido em diversos estudos (HENRIQUES, 2000).

Classe Social e Recursos Educacionais

A educação é uma variável fundamental nas análises de estratificação. O sistema escolar é freqüentemente considerado como o principal fator de ligação entre classes de origem e de destino. As diversas teorias sobre estratificação debatem se o sistema escolar ajuda a impulsionar as pessoas para cima na estrutura de classes. (KERR et al., 1960; JENCKS et al., 1972, 1979), se funciona como um poderoso mecanismo de reprodução (BOURDIEU; PASSERON, 1977; BOWLES; GINTIS, 1976; COLLINS, 1974), ou ainda se é caracterizado por uma combinação das duas alternativas anteriores (GAMBETTA, 1987; HALSEY; HEATH; RIDGE, 1980). A importância da educação nas teorias de estratificação é tanta que algumas delas chegam a considerar que os níveis altos de escolaridade aumentam o "capital humano" de um indivíduo (BECKER, 1993). Além disso, inúmeros programas de pesquisa indicam que a escolaridade alcançada associa-se a muitas outras esferas da vida, de condições sanitárias melhores ao sucesso econômico.[45] Por conseguinte, o nível de escolaridade alcançado deveria ser compreendido como uma variável que mede um recurso de definição, quase indispensável, das oportunidades de vida.

Nesta seção, descrevo a variação do nível educacional entre os descendentes de cada classe social. Se as origens de classe determinarem diferenças nas chances de avanço no sistema escolar, então será possível afirmar que as classes em que as pessoas crescem influenciam suas chances de obter recursos educacionais fundamentais para acessar algumas classes de destino. O importante, portanto, não é verificar a educação média das pessoas em cada grupo de

45 Para uma resenha da literatura, ver Hallinan (1988).

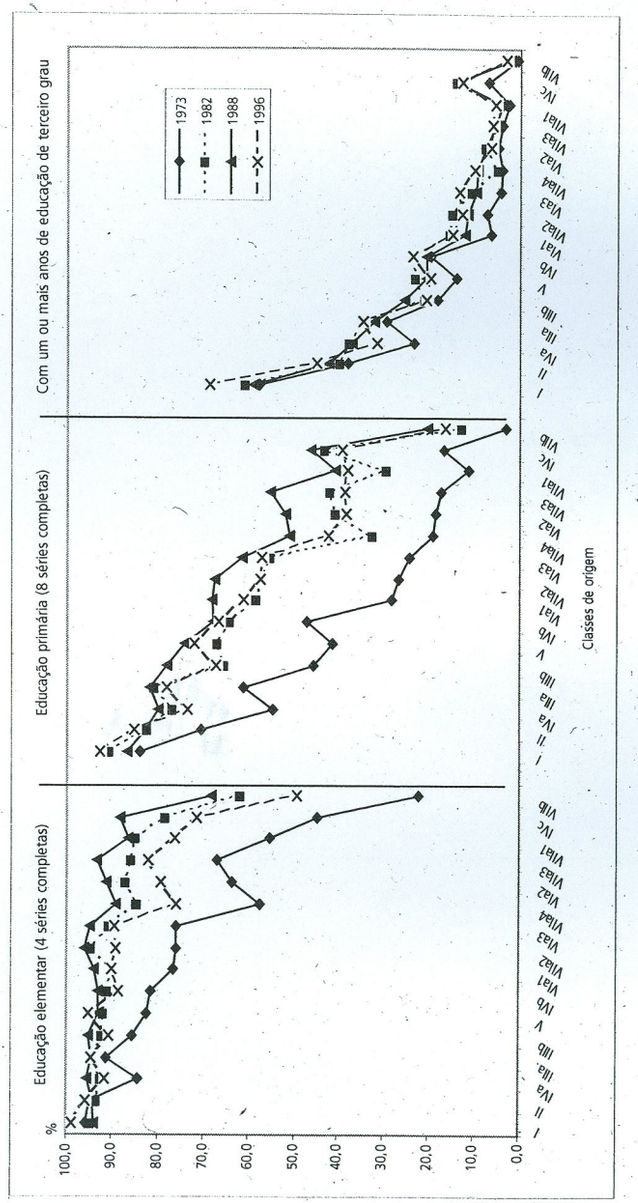


Gráfico 10 – Participação de homens entre 25 e 64 anos, por nível educacional alcançado, segundo classe social de origem – Brasil, 1973-1996

destino, mas o nível educacional alcançado por pessoas com diferentes origens de classe.

O Gráfico 10 mostra a variação na escolaridade alcançada, por classe de origem, em 1973, 1982, 1988 e 1996. Três limites educacionais são apresentados: o porcentual de pessoas com os quatro primeiros anos do curso primário (que, até 1971, formavam a escolaridade mínima exigida por lei no Brasil); o porcentual de pessoas com os primeiros oito anos da educação elementar (que, após 1971, passaram a ser o mínimo exigido por lei); e o porcentual de pessoas com, pelo menos, um ano de faculdade ou de qualquer nível de educação de terceiro grau.

Em vez de seguir a prática comum de usar a média dos anos de escolaridade alcançada como uma forma de medir os níveis de educação, para o caso brasileiro, a apresentação de três transições é mais esclarecedora porque as taxas de reprovação no sistema educacional têm sido historicamente altas. A pesquisa sobre a obtenção de escolaridade no Brasil, empreendida pelo físico Sergio Costa Ribeiro e pelo estatístico Ruben Klein (1991), indica que, embora o número de alunos que termina cada ano escolar do sistema serial de educação seja muito baixo, a média dos anos de escolaridade para a população jovem é muito alta. Ou seja, as pessoas permanecem na escola muitos anos, mas demoram muito para chegar às séries mais adiantadas. Na década de 1980, a taxa de reprovação na primeira série do curso primário era de cerca de 50%. O Gráfico 10 mostra alguns outros aspectos da variação dos níveis de escolaridade entre as pessoas oriundas das 16 classes que analiso.

A comparação dos dados ao longo do tempo mostra que, entre 1973 e 1982, melhoraram bastante as taxas de conclusão da educação primária para pessoas oriundas de quase todas as classes, com exceção dos filhos de profissionais e administradores, que sempre tiveram quase certeza de finalização dos níveis elementar e primário. Essa melhoria nas taxas de acesso à educação primária e elementar deve-se em parte à expansão do sistema educacional durante o período político democrático, entre 1945 e 1964. Durante esses anos o governo investiu maciçamente na educação elementar. Após 1964, a ditadura militar mudou o foco do investimento, direcionando-o ao terceiro grau. Todavia, mesmo durante esse período os efeitos da expansão do sistema educacional elementar puderam ser observados (CUNHA, 1975). De fato, com exceção das classes rurais, o acesso à educação elementar não está estratificado

por classe de origem. Pessoas de praticamente todas as classes têm chances de terminar as quatro séries elementares. A conclusão do primeiro grau, no entanto, continua ligada à classe de origem, embora tenha se tornado mais comum a partir de 1982.

Em contraste, as taxas de acesso ao terceiro grau estão fortemente estratificadas por origem de classe e permaneceram praticamente inalteradas no período analisado. Embora sejam necessários estudos mais sofisticados, a desigualdade na obtenção da educação de terceiro grau já fica evidente após um exame superficial do Gráfico10. De cada dez filhos de profissionais, administradores e gerentes de nível alto (classe I), cinco têm, pelo menos, um ano de educação universitária. Ao passo que no máximo um em cada dez filhos de trabalhadores manuais (VIa, VIb, VIc, VIIa1, VIIa2, VIIa3, VIIa4, e VIIb) entra na universidade. Em situação intermediária observa-se que dois ou três em cada dez filhos de pequenos proprietários (IVa, e IVb) e trabalhadores manuais de rotina (IIIa e IIIb) entram na universidade. Essas chances, como acentuei, não se modificaram significativamente entre 1973 e 1996.

Em suma, os dados indicam que, entre 1973 e 1982, melhoraram substancialmente as chances de pessoas oriundas das classes mais baixas concluírem as quatro séries de educação elementar. Conseqüentemente, diminuiu a desigualdade de acesso a esse nível de educação. Embora as chances de pessoas de estratos mais baixos concluírem o primeiro grau também tenham se ampliado entre 1973 e 1982, a desigualdade de classe permaneceu significativa até 1996. Em contraste, a classe de origem permaneceu, ao longo de todo período, fortemente associada ao acesso à universidade, ou seja, não se reduziu a desigualdade de acesso ao terceiro grau.

Classe Social e Condições de Vida

Renda e educação são recursos, ou meios, para a obtenção de diversos bens e resultados socialmente valorizados. Passo, agora, a apresentar a relação entre classe social e alguns desses bens ou resultados disponíveis, em dois conjuntos de dados: itens de consumo básicos e serviços fundamentais oferecidos aos domicílios. Mais especificamente descrevo a privação que as pessoas em cada posição de classe sofrem, ou seja, meço a falta de acesso a

Gráfico 11 – Percentual de domicílios sem acesso a TV e a geladeira, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996

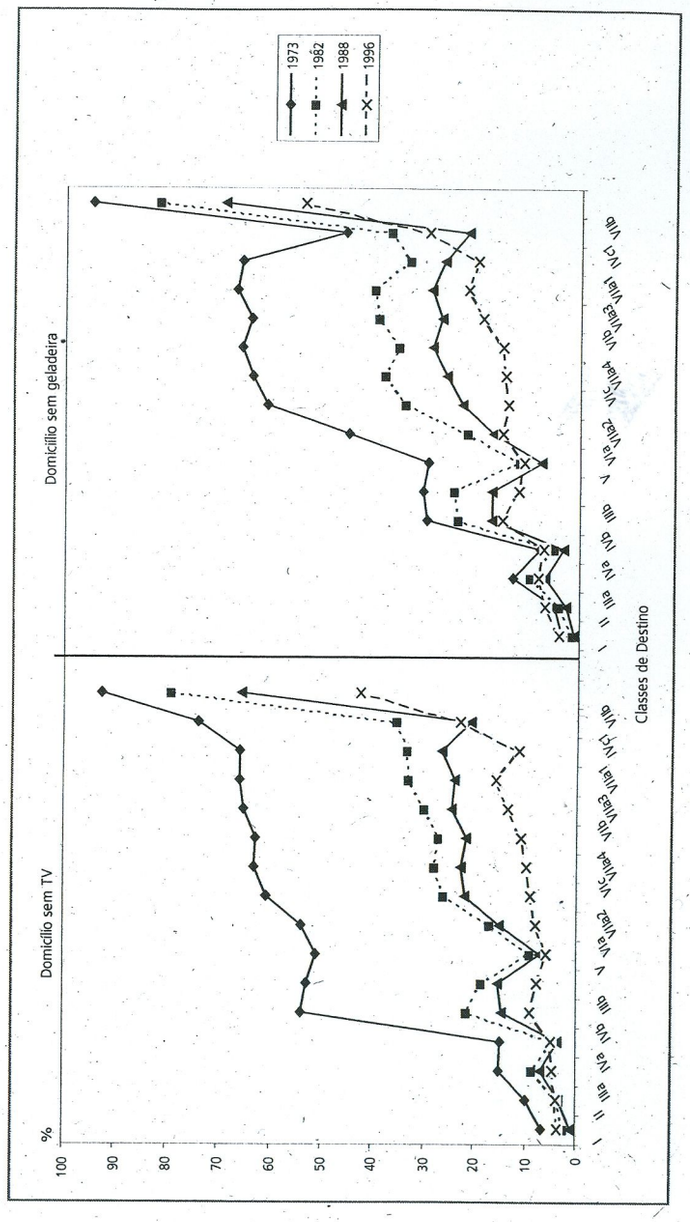
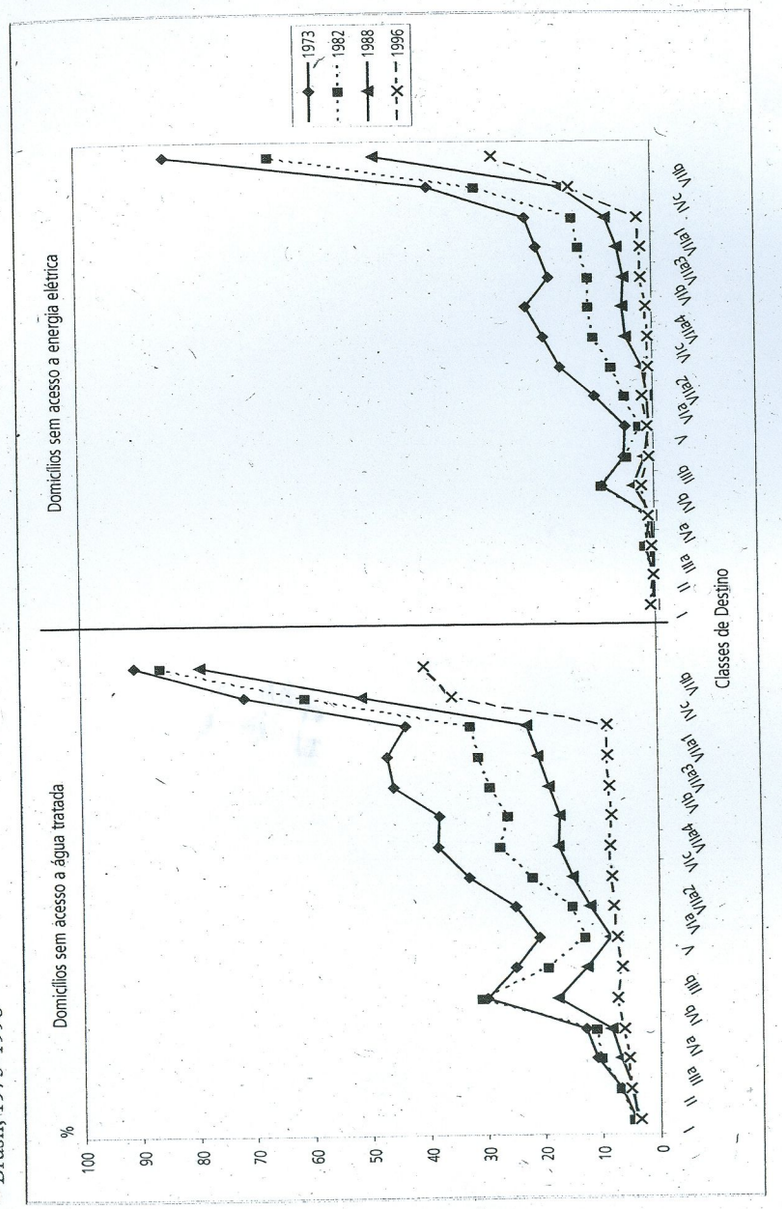


Gráfico 12 – Percentual de domicílios sem acesso à água tratada e energia elétrica, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996



alguns bens e serviços básicos. Exibo o porcentual em cada classe que não tem acesso a televisão e geladeira (bens básicos) e a fornecimento de água tratada e energia elétrica (serviços básicos). Os dados sobre falta de acesso a tais bens e serviços elementares são apenas indicadores dos níveis de bem-estar disponíveis a cada classe social. A possibilidade de alcançar outros serviços e bens valorizados deve, de alguma forma, estar associado ao acesso aos itens básicos que apresento. Em outras palavras, se um alto porcentual de pessoas em uma determinada classe não dispõe dos itens básicos, provavelmente uma boa parte dos integrantes da classe não tem acesso a diversos outros bens e serviços socialmente valorizados.

Os Gráficos 11 e 12 mostram as taxas de privação ou o porcentual dos domicílios que não têm acesso a televisão, geladeira, água tratada e rede elétrica.

O Gráfico 11 descreve os graus de privação de dois itens de consumo básicos para cada classe ao longo dos quatro anos. O porcentual de casas sem televisão diminuiu tanto para os profissionais e administradores de nível alto (classe I) como para os trabalhadores rurais (classe VIIb): em 1973, as proporções eram de 6,8% e 92,8%, respectivamente, e chegaram a 3,7% e 42,4%, em 1996. As disparidades entre as classes sociais em termos de acesso a geladeira seguem padrões similares aos observados para disponibilidade de televisão. Outra característica evidente no gráfico é a diferença nos níveis de consumo entre as classes urbanas e rurais, demonstrando que algumas das desigualdades têm mais ligação com a geografia do que com a posição de classe. Isso não significa que, em relação às classes sociais, não haja uma distribuição desigual, na medida em que o gráfico também revela que os padrões de consumo variam significativamente entre as posições de classes. Como já se esperava, as classes mais privilegiadas possuem acesso quase irrestrito aos itens de consumo básicos, ao passo que para os membros de classes menos privilegiadas as chances de esses itens faltarem são maiores. Apesar da variação considerável nos padrões de consumo entre classes sociais nos quatro anos estudados, fica evidente que, com o passar do tempo, os níveis de consumo para todas as classes aumentaram gradativamente.

O Gráfico 12 apresenta dados sobre a falta de acesso a serviços básicos em todas as 16 classes sociais. Esse quesito varia, também, de acordo com a localização geográfica porque as classes urbanas apresentam mais probabilidade de dispor desses serviços do que as rurais. Todavia, dentro das classes rurais e

urbanas, há variação considerável com relação ao fornecimento de água tratada e de energia elétrica. Ao longo dos anos, a diferença entre as classes diminuiu consideravelmente. Enquanto, em 1973, as chances de os trabalhadores manuais não-qualificados na indústria tradicional (VIIa3) não receberem água tratada eram 10 vezes maior do que as dos profissionais e administradores de nível alto (I), em 1996 o primeiro grupo tinha apenas 3 vezes mais chances de não receber esse serviço do que o segundo grupo. Em resumo, embora a carência desses serviços varie muito entre classes sociais, os dados do Gráfico 12 indicam que, entre 1973 e 1996, houve melhora gradativa na sua oferta à população.

Os dados analisados nesta seção mostram que o abastecimento de itens de consumo básico e o fornecimento de serviços essenciais melhoraram consideravelmente no período de referência. Além disso, em termos da privação desses itens e serviços, as distâncias entre as classes diminuíram ao longo do tempo, ou seja, nesse quesito a desigualdade de classes decresceu enormemente ao longo das décadas analisadas. Mais especificamente, alcançou-se grande melhoria principalmente entre 1973 e 1982 – estes resultados confirmam análises anteriores sobre as condições de vida no Brasil (ALBUQUERQUE; VILLELA, 1993).

CONCLUSÃO

Após apresentar o esquema de classes usado neste livro, descrevi a variação das diferentes dimensões de chances de vida entre as 16 classes sociais da versão mais ampliada desse esquema. Quatro temas foram discutidos no capítulo. Primeiro, abordei a concepção teórica neo-weberiana que informa a elaboração das classes sociais. Segundo, indiquei algumas especificidades da implementação do esquema neo-weberiano ao caso brasileiro e mostrei de que forma essas classes se encontram em uma ordem hierárquica. Terceiro, apresentei análises que revelam que classe social é uma variável importante para a compreensão da desigualdade das chances de vida. Quarto, exibi dados que podem ser usados para questionar a concepção de que as diversas formas de desigualdade diminuem com o desenvolvimento econômico. Os resultados

das análises apresentadas revelam: que o esquema neo-weberiano é teórica e empiricamente relevante no caso brasileiro, que as classes sociais encontram-se hierarquicamente ordenadas, que as chances de vida estão claramente estratificadas por classes, e que a teoria de que o desenvolvimento econômico leva a uma desigualdade menor das chances de vida entre as classes sociais deve ser questionada.

Como mostrei ao abordar a concepção neo-weberiana, as classes sociais devem medir principalmente diferenças nas chances de vida. Ao longo de todo o capítulo apontei que tais chances de vida realmente estão associadas à posição de classe das pessoas, definida pelas "relações de emprego" que caracterizam o trabalho ligado a cada classe social. Por meio do Gráfico 7 revelei que as chances de progressão ao longo da carreira estão claramente diferenciadas entre as classes sociais. De acordo com a teoria exposta por Goldthorpe (2000), esse tipo de progressão funcional é uma das principais maneiras de acessar a diferença entre o trabalho nas classes de profissionais e administradores e nas de trabalhadores comuns. Enquanto os profissionais gozam de mais benefícios de carreira porque exercem atividades essenciais e de difícil controle por parte dos empregadores, os trabalhadores comuns desempenham tarefas de controle simples e podem ser substituídos com facilidade. Conseqüentemente, Goldthorpe (2000) prevê que as carreiras dos profissionais são marcadas por benefícios a longo prazo e a dos trabalhadores, pela falta desse tipo de benefício. Os dados brasileiros, apresentados no Gráfico 7, confirmam essas expectativas teóricas e, nesse sentido, comprovam a relevância do esquema neo-weberiano para sua classificação.

Embora os dados nacionais possam facilmente ser classificados de acordo com a tradição neo-weberiana, algumas diferenciações importantes da estrutura ocupacional do país ficam ocultas no esquema Casmin com 11 classes sociais. O principal problema é que o esquema foi formulado para analisar a mobilidade social em países europeus de industrialização avançada. Nesses países há muita diferenciação entre as classes de trabalho não-manual e pouca diferenciação naquelas de trabalho manual. Ao classificar os dados brasileiros de acordo com esse esquema, verifica-se que um enorme contingente de pessoas (mais de 40%) concentra-se em duas classes: a de trabalhadores manuais qualificados (VI) e a de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa). De acordo com literatura brasileira discutida, há muitas distinções importantes dentro da

classe trabalhadora que devem ser levadas em conta para analisar a estratificação no país. Setores da indústria moderna e tradicional, em particular, seriam claramente diferenciados, colocando trabalhadores qualificados e não-qualificados em posições hierárquicas bastante distintas. Apresentei análises que confirmam essa expectativa e sugeri um esquema ampliado incluindo 16 classes, em vez de apenas 11. O esquema ampliado, por um lado, mostra-se relevante na medida em que faz distinções importantes dentro da classe trabalhadora e, por outro lado, possibilita a análise conseqüente da dimensão hierárquica entre as classes, que é fundamental no processo de mobilidade social que descreverei no próximo capítulo.

As análises deste capítulo mostram que diversas variáveis, que medem aspectos diferentes das chances de vida, estão estratificadas de acordo com as divisões de classe. Entre os 16 grupos, o dos profissionais e administradores de nível mais alto (classe I) é o que desfruta as melhores condições de vida. No outro extremo, estão as classes de trabalhadores manuais urbanos na indústria tradicional e de trabalhadores rurais (VIb, VIIa1, e VIIb). Cada uma das variáveis descritas é distribuída entre as classes sociais de maneira desigual. Mas, como é que essas distribuições mudaram no período que vai de 1973 a 1996?

Isso depende de cada uma das dimensões que analisei. Por exemplo, quando se trata de renda, a distância entre as classes permaneceu inalterada com o passar do tempo. Isto é, durante o período estudado, a desigualdade de renda entre as classes foi alta e constante. Essa descoberta adquire um significado especial se considerarmos que as teorias do desenvolvimento econômico e da desigualdade de renda estipulam a diminuição da desigualdade com o avanço das sociedades industrializadas. O Brasil permanece como um caso que desafia tais tipos de teorias porque o país passou por um processo de industrialização muito rápido, que não foi acompanhado por uma diminuição paralela da desigualdade de renda. Essa "estabilidade inaceitável", para usar uma expressão cunhada por alguns economistas (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), resulta do fato de que, em termos absolutos, a modernização do Brasil foi marcada por uma expansão concomitante dos setores ricos e pobres da população. Como, em termos absolutos, a população é grande, o pequeno porcentual do setor rico engloba, na realidade, um grande número de pessoas, as quais se beneficiaram do desenvolvimento econômico. Essa pequena proporção

de ricos, que engloba um grande número de pessoas, é suficiente para mover os padrões de consumo que levam ao crescimento econômico.

Em relação à educação, mostro que houve uma certa melhora. As médias de escolarização das pessoas com origens em cada classe social aumentaram de modo geral, ou seja, independentemente da classe social de origem, o acesso à educação primária cresceu. No entanto, o nível superior continua a ser um privilégio desfrutado, principalmente, pelas pessoas com origens nas posições de classes mais elevadas. A ampliação do acesso à educação primária foi mais rápida entre 1973 e 1982 e diminuiu após esse período. Outra descoberta interessante foi o fato de que pessoas provenientes das classes não-manuais tendem a apresentar níveis de escolaridade mais altos do que as que vieram de famílias das classes manuais. Apesar dessas melhoras, o nível de escolaridade alcançado pela população continua a ser muito baixo. Isso distingue o Brasil de outros países. Essa descoberta desafia as teorias que vinculam a obtenção de educação à industrialização. O Brasil está se industrializando rapidamente, mas continua a ter um grande contingente de pessoas com parcos recursos educacionais. Tal situação precisa ser compreendida mais em termos institucionais (isto é, do mau funcionamento dos sistemas educacionais) do que em termos de desenvolvimento econômico. Eu insisto em afirmar que o crescimento econômico não soluciona os problemas da baixa obtenção de escolaridade e da desigualdade de renda no Brasil.

Finalmente, em relação aos itens de consumo e ao acesso a serviços básicos, a privação também está distribuída de maneira desigual entre classes sociais. Tendo como base os anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, os dados mostram que as classes mais altas não sofrem com a falta de itens como televisão e geladeira, tampouco com a carência de água limpa, sistemas de esgoto, fornecimento de energia e coleta de lixo. Em compensação, as classes mais baixas não possuem acesso a esses itens e serviços básicos. No entanto, para estas, especialmente entre 1973 e 1982, o acesso a esses itens e serviços aumentou muito. Em outras palavras, como esses bens e serviços foram difundidos para um maior porcentual de toda a população, aparentemente a desigualdade diminuiu. Todavia, isso não significa que as condições de vida estejam, de maneira geral, sendo distribuídas de forma mais igualitária, porque, na realidade, a diversidade de serviços e de itens de consumo também aumentou muito durante o período estudado. Por exemplo, ao mesmo tempo em que as classes mais baixas têm

mais acesso a itens como televisões e geladeira, as classes mais altas começam a adquirir aparelhos de vídeo e computadores. Seria precipitado concluir que em termos de condições de vida, tendo como base apenas a distribuição dos bens e serviços que descrevi, a desigualdade esteja diminuindo.

Ao longo deste capítulo argumentei de diversas formas que o estudo das classes sociais é fundamental para entender diversas formas de desigualdade social no Brasil. Mostrei que uma concepção weberiana de classes sociais, embora constantemente reformulada e criticada, é extremamente útil para explicar as desigualdades sociais. Os próximos capítulos revelam que o esquema weberiano também é relevante para analisar os padrões de mobilidade social nacionais, bem como para implementar comparações internacionais.